

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ZONAS CONCELHIAS HOMOGÉNEAS
NO ALENTEJO

Contributo para a Definição de Uma
Política de Desenvolvimento Regional

PAULO ALEXANDRE LUCAS DA FONSECA

ÉVORA
Março de 1998

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ZONAS CONCELHIAS HOMOGÉNEAS
NO ALENTEJO

Contributo para a Definição de Uma
Política de Desenvolvimento Regional

PAULO ALEXANDRE LUCAS DA FONSECA

92103

ÉVORA
Março de 1998

680.194.4
FON

*Dissertação para a obtenção do grau de Mestre
em Sociologia*

*Universidade de Évora
I Curso de Mestrado em Sociologia*

*Évora
Março de 1998*

Alentejo

*Outro é o tempo
outra a medida.*

*Tão grande a página
tão curta a escrita.*

*Entre o achigã e a perdiz
entre chaparro e choupo*

*tanto país
e tão pouco.*

*Manuel Alegre
in Alentejo e Ninguém*

ÍNDICE GERAL

Índice Geral

Índice de Quadros	5
Índice de Mapas	8
Apresentação	9
1. Introdução	10
2. Objectivos do Trabalho	13
3. Estrutura do Trabalho	16
Capítulo 1: Metodologia	18
1.1. Introdução	19
1.2. Unidades de Análise e Variáveis de Base Utilizadas na Definição e Caracterização de Zonas Concelhias Homogéneas	21
1.3. Metodologia de Trabalho para a Definição e Caracterização de Zonas Concelhias Homogéneas.....	25
Capítulo 2: O Alentejo e o Desenvolvimento Regional	30
2.1. Introdução.....	31
2.2. Desenvolvimento e Crescimento, Homogeneidade e Polarização, Espaço e Região: Conceptualização e Problematização	31
2.3. O Alentejo e a Política de Desenvolvimento Regional em Portugal	37
Capítulo 3: O Alentejo no Contexto Nacional: Indicadores Estatísticos	48
3.1. Introdução	49
3.2. Povoamento, Estruturas e Movimentos Demográficos	50
3.3. Estrutura e Actividade Económica.....	57
3.4. Indicadores Sociais	64
Capítulo 4: Homogeneidades e Assimetrias Concelhias no Alentejo	70
4.1. Introdução.....	71
4.2. Componentes Principais de Caracterização Concelhia.....	72
4.3. Scores Concelhios nas Componentes Principais.....	83
4.4. Clusters Concelhios	111

Capítulo 5: Conclusões e Recomendações	122
5.1. Alentejo: Espaço Homogéneo ou Assimétrico?	124
5.2. Para Uma Política de Desenvolvimento Regional a Aplicar ao Alentejo	130
Bibliografia	137
Apêndices	152
1. Variáveis de Base do Modelo Original	153
2. Classificação de Actividades Económicas	158
3. Loadings das Variáveis do Modelo Original	159
4. Variáveis Seleccionadas para o Cálculo dos Scores Concelhios.....	164
5. Scores Concelhios	168

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Variação de alguns indicadores estatísticos no Continente entre 1960 e 1991	38
Quadro 2: População residente e densidade populacional em Portugal e no Alentejo em 1981 e 1991	50
Quadro 3: População residente segundo a dimensão dos lugares em Portugal e no Alentejo em 1981 e 1991	51
Quadro 4: População residente por grandes grupos de idades em Portugal e no Alentejo em 1981 e 1991	52
Quadro 5: Crescimento demográfico em Portugal e no Alentejo entre 1981 e 1991	52
Quadro 6: Taxas brutas de natalidade e de mortalidade em Portugal e no Alentejo em 1988/89 e 1994/95	53
Quadro 7: Índices anuais médios de atracção e de repulsão demográfica em Portugal e no Alentejo em 1973/81 e 1985/91	54
Quadro 8: Taxa de nupcialidade e de divorcialidade em Portugal e no Alentejo em 1988/89 e 1994/95	55
Quadro 9: Taxa de fecundidade geral em Portugal e no Alentejo de 1990/91 a 1994/95	56
Quadro 10: Indicadores económicos em Portugal e no Alentejo em 1990 e 1992	57
Quadro 11: Indicadores económicos por sectores de actividade em Portugal e no Alentejo em 1990 e 1992	58
Quadro 12: Estrutura empresarial no Continente e no Alentejo em 1990 e 1995	59
Quadro 13: Actividade empresarial no Continente e no Alentejo em 1990 e 1995	59
Quadro 14: Taxa de actividade por sexos no Continente e no Alentejo em 1992 e 1996	60
Quadro 15: População activa por grupos de idade no Continente e no Alentejo em 1992 e 1996	61

Quadro 16: Taxa de desemprego no Continente e no Alentejo em 1992 e 1996.....	62
Quadro 17: Trabalhadores por conta de outrem segundo o tipo de contrato laboral no Continente e no Alentejo em 1992 e 1996.....	62
Quadro 18: População empregada por sectores de actividade económica no Continente e no Alentejo em 1992 e 1996.....	63
Quadro 19: População residente segundo os níveis de instrução escolar em Portugal e no Alentejo em 1981 e 1991.....	65
Quadro 20: População residente segundo os grupos socio-profissionais em Portugal e no Alentejo em 1991.....	65
Quadro 21: Receitas líquidas e despesas anuais médias dos agregados familiares no Continente e no Alentejo em 1989/90.....	67
Quadro 22: População residente segundo as condições dos alojamentos em Portugal e no Alentejo em 1981 e 1991.....	67
Quadro 23: Taxa de cobertura de equipamentos de saúde, segurança social e educação no Continente e no Alentejo em 1994 e 1995.....	68
Quadro 24: Indicadores de saúde e de cultura em Portugal e no Alentejo para 1992/93 e 1994/95.....	69
Quadro 25: Componentes principais. Variância explicada.....	73
Quadro 26: Componente principal 1. Excelência concelhia. Variáveis e loadings.....	74
Quadro 27: Componente principal 2. Vitalidade demográfica natural e actividade económica. Variáveis e loadings.....	76
Quadro 28: Componente principal 3. Infra-estruturas da habitação. Variáveis e loadings.....	77
Quadro 29: Componente principal 4. Indústria transformadora. Variáveis e loadings.....	78
Quadro 30: Componente principal 5. Indústria extractiva. Variáveis e loadings.....	79
Quadro 31: Componente principal 6. Agricultura. Variáveis e loadings.....	80
Quadro 32: Componente principal 7. Desemprego e baixa qualificação profissional. Variáveis e loadings.....	81
Quadro 33: Componente principal 8. Turismo e habitação. Variáveis e loadings.....	81
Quadro 34: Componente principal 9. Família. Variáveis e loadings.....	82

Quadro 35: Componente principal 1. Excelência concelhia. Scores concelhios (ordem decrescente)	85
Quadro 36: Componente principal 2. Envelhecimento demográfico e inactividade económica. Scores concelhios (ordem decrescente)	88
Quadro 37: Componente principal 3. Infra-estruturas da habitação. Scores concelhios (ordem decrescente)	90
Quadro 38: Produção em algumas indústrias no Alentejo em 1989	93
Quadro 39: Componente principal 4. Indústria transformadora. Scores concelhios (ordem decrescente)	94
Quadro 40: Componente principal 5. Indústria extractiva. Scores concelhios (ordem decrescente)	96
Quadro 41: Componente principal 6. Agricultura. Scores concelhios (ordem decrescente)	99
Quadro 42: Componente principal 7. Desemprego e baixa qualificação profissional. Scores concelhios (ordem decrescente)	103
Quadro 43: Componente principal 8. Turismo e habitação. Scores concelhios (ordem decrescente)	106
Quadro 44: Componente principal 9. Família. Scores concelhios (ordem decrescente)	109
Quadro 45: Zonas concelhias homogéneas no Alentejo	112
Quadro 46: Scores concelhios médios das zonas homogéneas nas 9 componentes principais.....	118
Quadro 47: Eixos de intervenção estratégica e concelhos de intervenção prioritária.....	135

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Componente principal 1. Excelência concelhia. Scores concelhios.....	86
Mapa 2: Componente principal 2. Envelhecimento demográfico e inactividade económica. Scores concelhios.....	89
Mapa 3: Componente principal 3. Infra-estruturas da habitação. Scores concelhios.....	91
Mapa 4: Componente principal 4. Indústria transformadora. Scores concelhios.....	95
Mapa 5: Componente principal 5. Indústria extractiva. Scores concelhios.....	97
Mapa 6: Componente principal 6. Agricultura. Scores concelhios.....	100
Mapa 7: Componente principal 7. Desemprego e baixa qualificação profissional. Scores concelhios.....	104
Mapa 8: Componente principal 8. Turismo e habitação. Scores concelhios.....	107
Mapa 9: Componente principal 9. Família. Scores concelhios.....	110
Mapa 10: Zonas concelhias homogéneas no Alentejo. 7 clusters.....	116
Mapa 11: Zonas concelhias homogéneas no Alentejo. 2 clusters.....	128
Mapa 12: Zonas concelhias homogéneas no Alentejo. 3 clusters.....	129

APRESENTAÇÃO

1. Introdução

O presente trabalho vem a lume num momento em que se discute, no nosso país, um eventual processo de regionalização. Da panóplia argumentativa pró e contra esta reforma administrativa, merece-nos destaque a discussão sobre a maior ou menor unidade nacional. Para uns, Portugal é um país uno, sem profundos contrastes regionais, que, a regionalizar, poderia descambar em vícios separatistas exacerbados. Os que assim opinam, lembrando o caso do país vizinho, são contra aquela reforma. Para outros, a unidade nacional e a falta de tradição regionalista no nosso país são argumentos falaciosos, não consonantes com um Estado democrático que pretendem descentralizado e mais próximo dos cidadãos. Para estes, a regionalização é fundamental e inadiável ¹.

Para nós, a regionalização do país, com aquilo que ela possa ter de positivo ou de negativo, é uma questão, ainda assim, secundária. Entendê-mo-la assim, porque num país de fortes assimetrias regionais económicas e sociais, de onde sobressai o contraste litoral-interior continental, interessa-nos, particularmente, o direccionamento da política nacional para a minimização daquelas assimetrias. Com ou sem regionalização, o cerne da questão regional reside, na nossa opinião, nos *fins* e não nos *meios*. E, se neste caso, para alguns, os fins justificam os meios, diremos que nem os primeiros podem ser confundidos com os segundos, nem os segundos devem perpetuar o adiamento dos primeiros. Os esforços deverão centrar-se, antes de mais, no delineamento de uma política nacional de desenvolvimento regional, com opção pela clara discriminação positiva das regiões menos desenvolvidas. O equilíbrio dos hiatos económico-sociais do território nacional, contrastantes com a sua homogeneidade étnico-cultural, deverá constituir-se no propósito essencial de uma política que, muito teorizada, está por praticar.

Paradoxalmente, a opção política aqui explicitada em prol do desenvolvimento das regiões mais carenciadas, afigura-se-nos como a única via

¹ Aos leitores que procuram argumentos ou sistematizar ideias a favor ou contra a regionalização nacional, sugerimos as seguintes consultas. A favor: Oliveira, 1994/95, Figueira, 1996 e Figueira, 1997. Contra: Aguiar, 1996 e Cascais, 1996.

que possibilitará a resolução efectiva dos problemas crescentes que alguns dos principais centros urbanos do país vêm defrontando. No essencial, problemas ambientais induzidos pelo congestionamento urbano e problemas sociais de habitação, desemprego, marginalidade e exclusão social. Não faz sentido, a nosso ver, canalizar cada vez mais e mais investimentos para estes centros na tentativa de se solucionar (ou remediar) aqueles problemas, já que é a reprodução deste investimento que, ao torná-los mais atractivos, perpetua e acentua aqueles problemas. Mais cedo ou mais tarde, a falta de solidariedade para com os que foram sendo secularmente desprivilegiados, dará lugar a uma descoberta e usufruto da qualidade de vida ambiental que caracteriza, de uma forma geral, o interior do continente. E este é um fenómeno que, embora ainda pontualmente, já se vai verificando. Não sendo, no entanto, o resultado de uma opção política, este será um processo natural, espontâneo, mais demorado do que o exigível. Não falta, aliás, quem anteveja nesta demora o germe de possíveis conflitualidades regionais futuras, alimentadas pela frustração de ambições sucessivamente adiadas. Na concretização da profecia, o argumento da unidade nacional na boca dos que, hoje, recusam a regionalização não mais poderia ser usado.

Neste sentido, o presente trabalho pretende contribuir para um maior conhecimento da realidade economico-social de uma região do continente português - o Alentejo - que, no contexto regional do país, se destaca por um estágio de desenvolvimento muito deficitário. Um conhecimento que, mediante a análise das realidades infra-regionais, sustente acções estratégicas de longo prazo, em detrimento da lógica imediatista, que articule intervenções sectorialmente abrangentes e ultrapasse a perspectiva meramente economicista, que permita apoiar exogenamente as potencialidades endógenas, que fomente, em suma, o desenvolvimento integrado daquela região.

Este é um trabalho que, sob a forma de dissertação final do Primeiro Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade de Évora, contou na sua realização com algumas facilidades e com algumas adversidades. Das primeiras, destaca-se a posição privilegiada de que o autor usufruiu para a recolha de informação

estatística de base ² . Das segundas, sobressaem as exigências de uma actividade profissional exercida numa entidade em consolidação, por vezes pouco atreitas à necessidade de tempo e de isolamento que um trabalho de investigação exige. Seja como for, o que vale a pena daquilo que foi feito é o que se apresenta, e do rol de críticas que o trabalho possa merecer, as primeiras são nossas.

Finalmente, os agradecimentos. Esta é já uma praxe dos trabalhos académicos. Não obstante, prestamo-los sentidamente.

Ao Prof. Doutor Eduardo Figueira, orientador científico desta tese de mestrado, pela colaboração prestada e pela disponibilidade demonstrada sempre que necessária.

Ao Prof. Doutor Carlos Marques, Director Regional do Alentejo do Instituto Nacional de Estatística. Perante as exigências de uma entidade em consolidação como a DRA/INE, soube a forma apropriada para tornar mais fácil a minha participação no referido Curso de Mestrado.

Aos técnicos da DRA/INE, em particular, ao José Banza, ao Nuno Lacerda e à Rosário C. Barroso, pela colaboração na recolha de informação estatística.

À Mané, pelo encorajamento e pela compreensão nos momentos de maior isolamento.

² O autor exerce a sua actividade profissional no Gabinete de Estudos da Direcção Regional do Alentejo do Instituto Nacional de Estatística.

2. Objectivos do Trabalho

O Alentejo é uma das regiões económica e socialmente menos desenvolvidas de Portugal. O conhecimento do senso-comum e das estatísticas comprovam-no. Além do mais, uma situação que se vem arrastando desde há várias décadas e que exige, na nossa opinião, uma outra atenção política que não a que lhe tem sido dedicada até ao momento. A este respeito, o actual Presidente da República afirmava recentemente: "A revitalização do interior é absolutamente necessária", "o Alentejo tem futuro, o Alentejo tem que ter futuro" ³. Urge, por quem de direito, passar das palavras aos actos e encarar o Alentejo, seriamente e sem preconceitos, como uma região-problema. Uma região para a qual a resolução dos problemas exige medidas de excepção, sob pena de se hipotecar o futuro de um território que representa quase 1/3 do espaço nacional.

É neste quadro regional e com este espírito que nos conduzimos. Sem sectarismos ideológico-partidários. Preambulando o ensaio de Ernesto Figueiredo *Portugal: Que Regiões?*, editado em 1988, Eugénio Castro Caldas considerava-o um garante da imparcialidade político-partidária que a análise destas questões merece. No que nos diz respeito, e alheando-nos das querelas partidárias suscitadas pela recente discussão sobre o processo de regionalização nacional, a cientificidade que perseguimos só é entrecortada pelas cautelas que nos impomos ante o *objectivismo* do quantitativo. À estatística dizemos *sim*, conquanto preocupados que a consciencialização da abstracção numérica nos limite os entusiasmos excessivos da análise ⁴.

Independentemente disso, somos adeptos fervorosos das estatísticas e é com elas que contamos, em grande medida, neste trabalho. Um trabalho que

³ Excertos de discursos proferidos por Jorge Sampaio durante uma jornada presidencial feita no distrito de Évora, em Fevereiro último.

⁴ Dissertando sobre o carácter falacioso das estatísticas, dizia René Guénon que "(...) é necessário que nos demos conta de que o espaço e o tempo reais, contrariamente às concepções modernas, não são apenas continentes homogêneos e modos de quantidade pura e simples, mas que há também um aspecto qualitativo das determinações espaciais e temporais". Além do mais, "(...) destes números pode tirar-se tudo o que se quiser, de tal modo em si mesmos, eles estão desprovidos de significação (...)" (Guénon, 1989, pp. 70 e 72). Sem se pretender derrapar para o extremo da *dúvida metódica*, aquela é uma realidade, muitas vezes, escamoteada e da qual devemos estar cientes.

sirva uma intenção última, política, em prol do desenvolvimento regional; uma política assente no método e no rigor que o conhecimento científico permite.

Para esta intenção última, concorre aquele que elegemos como objectivo principal desta investigação e que consiste na identificação e caracterização de zonas concelhias homogéneas no Alentejo. Um exercício analítico que, identificando e localizando os principais estrangulamentos e potencialidades económico-sociais desta região-problema, contribua para a minimização dos primeiros e para o aproveitamento das segundas.

Para a concretização deste objectivo, partiremos da análise de uma base inicial de dados, construída com recurso a variáveis de cariz demográfico, económico, social, cultural e infra-estrutural, a fim de, entre o rol analisado, se indentificarem as que mais contribuem para a homogeneização e assimetriação dos municípios do Alentejo. Caracterizadas as principais realidades económicas e sociais concelhias do Alentejo, visamos, em fase final do trabalho, uma definição dos contornos genéricos fundamentais que uma intervenção política aplicável ao Alentejo deve, em nossa opinião, contemplar. Desta nossa finalidade política falaremos já a seguir. Antes disso, convém sintetizarmos como objectivo principal do trabalho a identificação e caracterização de zonas concelhias económica e socialmente homogéneas no Alentejo, mediante a análise multivariada de indicadores estatísticos que caracterizem os agregados territoriais em que aquela região se pode, analiticamente, dividir, e sobre os quais se deve, politicamente, intervir.

Na finalidade política do nosso trabalho estão inerentes duas vertentes, uma de cariz administrativo, outra de intervenção estratégica sectorial e geograficamente localizável.

A primeira derivação política do nosso objectivo central constitui-se numa análise da territorialidade global do Alentejo. A partir da localização e da caracterização dos agregados concelhios identificados inicialmente, procuraremos aferir da posição da região, como um todo, num quadro de maior unicidade ou de maior diversidade espacial. Por esta via, concluiremos se a

região é ou não globalmente homogénea e se se justifica ou não considerá-la em partições do tipo norte-sul ou oeste-este.

Neste ponto, o nosso trabalho assume um carácter comprovativo relativamente às conclusões de um trabalho anterior, realizado por Jorge Pinto (Pinto, 1992). As conclusões então avançadas sobre a eventualmente aconselhável delimitação interna da região alentejana não se mostraram, na nossa opinião, inteiramente esclarecedoras. No essencial, subsistiu para nós a dúvida sobre a eventual unicidade geral da região, contraposta com a pertinência de hipotéticas diferenciações infra-regionais do tipo oeste-este ou norte-sul. No nosso trabalho e mediante a análise que consubstancia o objectivo central desta investigação, procuraremos responder àquela questão.

A segunda derivação política desta investigação prende-se com as linhas gerais pelas quais, a nosso ver, e com base na análise das realidades infra-regionais, uma política de desenvolvimento regional aplicada ao Alentejo se deve direccionar. Definidas as zonas homogéneas e caracterizadas as realidades concelhias da região, pretendemos apontar, ainda que genericamente, os sectores e as zonas prioritárias para uma intervenção política estratégica de desenvolvimento do Alentejo. Serão propostas de acção política, não exaustivas, mas que reflectem no seu conjunto as prioridades, sectoriais e geográficas, que, no nosso entendimento, essa acção deve respeitar.

Da razão por que optamos na nossa análise pelo critério da homogeneidade, em detrimento do da polarização, remetemos o leitor para o desenvolvimento teórico que elaboramos no segundo capítulo. De momento, diremos apenas que, sendo nosso desiderato, a nível internacional e nacional, o reequilíbrio regional, outra não poderia ser a nossa opção, por coerência e por convicção, a nível infra-regional.

3. Estrutura do Trabalho

O trabalho desenvolve-se de acordo com o seguinte plano:

Apresentação

Capítulo 1. Metodologia

Capítulo 2. O Alentejo e o Desenvolvimento Regional

Capítulo 3. O Alentejo no Contexto Nacional: Indicadores Estatísticos

Capítulo 4. Homogeneidades e Assimetrias Concelhias no Alentejo

Capítulo 5. Conclusões e Recomendações

Bibliografia

Apêndices

Depois da parte de *apresentação*, onde se faz uma introdução e se definem os objectivos e estrutura do trabalho, o *primeiro capítulo* trata de referências metodológicas. Aqui se dá conta do delineamento metodológico global da investigação, com particular incidência sobre o trabalho de definição e caracterização de zonas homogêneas para a região Alentejo.

O *segundo capítulo* disserta, sumariamente, sobre algumas questões teóricas associadas à temática em análise e põe em evidencia alguns dos traços mais característicos que as estratégias de acção política, aplicadas ao país e à região nos últimos anos, denotam. Sendo um capítulo de enquadramento teórico, serve também, em última análise, de justificativo ao delineamento global do nosso trabalho.

No *terceiro capítulo* faz-se um enquadramento estatístico do Alentejo, como um todo, no quadro regional do país. A partir da análise de um conjunto de indicadores estatísticos de âmbito demográfico, económico e social, elaboramos uma comparação do estágio actual de desenvolvimento da região com o da globalidade nacional.

A definição e caracterização de zonas concelhias homogêneas no Alentejo formam o conteúdo do *quarto capítulo*. Aqui se encontra o

desenvolvimento estatístico aplicado à região Alentejo, num plano infra-regional, e que serve o objectivo que preside à investigação.

O *quinto capítulo* trata de conclusões e de recomendações. Sob esta forma, apresentamos a análise relativa à territorialidade global do Alentejo e os contornos gerais que os resultados dos capítulos precedentes nos sugerem acerca da política de desenvolvimento a aplicar naquela região.

A *bibliografia* apresenta todas as obras e artigos consultados ao longo da investigação, distinguindo os que serviram de enquadramento teórico, de enquadramento metodológico e as fontes de informação estatística.

Finalmente, em *apêndices*, apresentamos alguma informação de suporte ao desenvolvimento estatístico aplicado à região e com a qual não quisemos sobrecarregar a exposição. O primeiro apêndice é uma listagem das variáveis que constituíram a nossa base inicial de dados. O segundo apêndice é uma listagem dos ramos de actividade económica segundo a CAE (Classificação de Actividades Económicas) e serve de apoio à consulta do primeiro apêndice, onde algumas variáveis são desagregadas segundo aqueles ramos. Os restantes apêndices contêm informação derivada do tratamento estatístico da base inicial de dados.

Capítulo 1

METODOLOGIA

1.1. Introdução

A metodologia prosseguida ao longo de toda a investigação pode resumir-se, em traços gerais, em quatro partes distintas, uma de recolha e consulta bibliográfica, duas de tratamento estatístico, outra de reflexão e sistematização dos resultados apurados e analisados nas fases anteriores.

Numa primeira parte, de enquadramento teórico, procedeu-se a uma recolha bibliográfica, com preferência por aquela que nos elucidasse sobre a realidade regional portuguesa e alentejana. Por isso, parte significativa das consultas efectuadas referem-se a artigos publicados em revistas e cadernos mais ou menos especializados e não a obras completas de enquadramento genérico.

Da bibliografia utilizada merece destaque para a análise que aqui desenvolvemos o trabalho de Ernesto Figueiredo *Portugal: Que Regiões?*, o último grande ensaio de que tomamos conhecimento sobre delimitação regional aplicada ao continente e, de uma forma geral, os artigos divulgados pela revista *Economia e Sociologia* do Instituto Superior Económico e Social de Évora. Para além destes, mereceu-nos particular atenção a obra de Simões Lopes, *Desenvolvimento Regional*, ainda uma referência no panorama bibliográfico de autoria portuguesa disponível sobre esta temática, bem como o trabalho já referido de Jorge Pinto, aplicado à região Alentejo. Os resultados desta pesquisa bibliográfica encontram-se um pouco por todo o trabalho, mas a necessidade de sistematizar as posições e os ensinamentos já produzidos por outros, levou-nos ao seu tratamento particularizado no capítulo 2.

Numa segunda parte, de enquadramento estatístico da região Alentejo no contexto nacional, reunimos um conjunto de indicadores demográficos, económicos e sociais, extraídos de diversas fontes de informação estatística. Na selecção destes indicadores, cuja análise se processa no capítulo 3, foi nossa intenção limitarmo-nos àqueles que, de entre a informação disponível, retratassem, no essencial, o estágio de desenvolvimento actual (ou recente) do Alentejo na comparação com a globalidade do país. Para além disso, procurou-

-se utilizar nesta fase informação estatística de entre aquela que iria servir, num plano infra-regional, ao estudo das homogeneidades inter-concelhias.

Como unidade de análise para esta contextualização da região Alentejo no país, servimo-nos da divisão estatística do território nacional em NUTS ⁵, fazendo uma comparação entre a NUTS Alentejo e a situação média nacional (ou continental, consoante os dados disponíveis). Dado tratar-se de um enquadramento estatístico genérico da região no contexto nacional e para não nos alongarmos na exposição, dispensamos qualquer comparação desta região com as outras regiões nacionais, consideradas individualmente.

A informação estatística recolhida em estado mais ou menos bruto, foi transformada em rácios e proporções para uma melhor leitura dos fenómenos em análise e resumida e apresentada em quadros de dupla entrada. Os quadros referem sempre as fontes estatísticas da informação recolhida, pelo que nos dispensamos de enumerá-las aqui.

A terceira parte metodológica do trabalho responde ao objectivo central da investigação, a definição e caracterização de zonas concelhias homogéneas na região Alentejo. Por isso, apresentaremos com maior detalhe nos dois pontos que se seguem neste capítulo, as unidades de análise, as variáveis de base e o tratamento estatístico subjacente à prossecução daquele objectivo.

Finalmente, a quarta parte metodológica da investigação é a que consubstancia o capítulo final de conclusões e recomendações. Tratando-se de procedimentos que se baseiam, essencialmente, num exercício de reflexão e sistematização dos resultados analisados nos capítulos precedentes, não haverá muito a acrescentar a este respeito. No caso da análise à territorialidade global da região servimo-nos, basicamente, de alguma produção cartográfica permitida pela definição de zonas concelhias homogéneas. Para o delineamento da política de desenvolvimento regional orientamo-nos pelas características económicas e sociais dos agregados concelhios, mas também

⁵ Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. Esta nomenclatura divide o território continental em cinco NUTS de nível II: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. A NUTS II do Alentejo corresponde ao território concelhio dos distritos de Portalegre, Évora e Beja, subtraído do concelho

pela tipicidade de cada concelho, evitando excessivas particularizações ou generalizações.

1.2. Unidades de Análise e Variáveis de Base Utilizadas na Definição e Caracterização de Zonas Concelhias Homogéneas

O primeiro procedimento estatístico para a definição de zonas concelhias homogéneas na região Alentejo foi a criação de uma base de dados. Para esta base construímos uma matriz de dupla entrada, escolhendo como unidades de análise os 46 concelhos daquela NUTS II e um total de 206 indicadores estatísticos.

A opção pelos concelhos como unidades de análise correspondeu ao melhor compromisso encontrado entre a necessidade de se conseguir um elevado grau de desagregação geográfica (que possibilitasse a caracterização das realidades infra-regionais) e as vantagens analíticas de se manusear um conjunto relativamente grande de informação estatística ⁶. As principais alternativas ao nível de desagregação escolhido seriam as freguesias ou os distritos. A desagregação espacial em freguesias diminui drasticamente a quantidade de informação estatística de base disponível. Na prática, a nossa bateria de indicadores reduzir-se-ia a menos de metade da dimensão conseguida com a opção concelhia. Por sua vez, a recolha ao nível distrital tornar-se-ia pouco adaptável aos nossos objectivos, não só pelos limites de informação que esta desagregação impõe ⁷, mas, principalmente, porque generaliza em demasia as realidades territoriais, não permitindo o tratamento

de Gavião (do distrito de Portalegre) e adicionado aos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines (do distrito de Setúbal).

⁶ As principais vantagens que se podem encontrar no manuseamento de uma grande bateria de dados residem no facto de não se limitar a caracterização dos agregados territoriais a um número restrito de factores e na maior possibilidade de se minimizar os desvios provocados por valores extremos.

⁷ Desde a criação das NUTS em 1989, a produção e difusão estatística a nível distrital praticamente deixou de se fazer. No Instituto Nacional de Estatística, por exemplo, já quase nenhum projecto estatístico, nacional ou regional, utiliza o distrito como unidade de recolha ou como nível de representatividade geográfica estatística. A recolha por inquérito limita-se às NUTS de nível II ou III e os levantamentos por recenseamento ou por acto administrativo são difundidos, na esmagadora maioria, ao nível das NUTS ou dos concelhos.

geográfico mais desagregado aqui perseguido. Aliás, não é só por opção analítica que os trabalhos mais recentes nestas áreas incidem, em grande maioria, sobre diferenciações concelhias. O nível de desagregação geográfica da maior parte da informação de base disponível é também uma forte condicionante.

No que se refere à selecção das variáveis para tratamento estatístico concelhio, foi nossa preocupação reunir um conjunto significativamente abrangente de informação, para atender às vantagens já enunciadas, e com datas de referência relativamente próximas ⁸.

Sobre a informação recolhida, procurou-se que ela quantificasse, mas, também, que qualificasse os fenómenos em análise. Para isso, a maior parte da informação inicialmente seleccionada foi sujeita a uma relativização por capitação e por proporção. Por capitação, tendo em vista uma quantificação em relação ao contingente populacional a que os dados diziam respeito. Por proporção, para se considerar a distribuição dos fenómenos pelas categorias em que uma mesma variável se poderia desagregar ⁹. Grosso modo, é nestes dois tipos de indicadores estatísticos que se baseia a nossa bateria inicial de dados e com a qual partimos para a análise das homogeneidades concelhias.

Relativamente às datas de referência, a maior parte da informação de base reporta-se à primeira metade da década de 90. Para além das comparações inter-censitárias da população (1981-1991) e dos dados recolhidos do último Recenseamento Geral Agrícola (1989), só muito pontualmente se extravasa aquele limite. E sempre que tal aconteceu foi por manifesta indisponibilidade de dados quando da sua recolha. Para além disso, e sempre que possível, procuramos que a recolha de informação estatística se reportasse

⁸ No apêndice 1 referenciam-se as variáveis de base do modelo original. A leitura das variáveis desagregadas por ramos de actividade económica pode ser complementada com a consulta do apêndice 2, que consiste numa listagem das actividades económicas segundo a CAE (Classificação de Actividades Económicas), desagregadas a um dígito.

⁹ Assim, por exemplo, no domínio do emprego consideramos, entre outros indicadores, a capitação da população empregada (variável B5) e a taxa de desemprego registado (B6) e também a percentagem da população empregada segundo os ramos de actividade económica (B33 a B41), segundo grupos etários (B60 a B63), segundo níveis de instrução escolar (B64 a B67), segundo a situação na profissão (B68 a B71), segundo o número de horas de trabalho semanal (B78 a B81), etc.. Com estes últimos indicadores percentuais procurou-se, neste domínio, qualificar e caracterizar o maior ou menor volume de emprego retratado pelos indicadores de capitação.

à média de dois ou mais anos. Desta forma, tentou-se minimizar os efeitos provocados por eventuais valores extremos de informação estatística referenciada a um único ano. Também aqui a regra foi quebrada apenas pela indisponibilidade das fontes ou pelas características de algumas delas, nomeadamente, dos recenseamentos.

Sobre a abrangência temática da informação recolhida diremos que ela se pode catalogar em três grandes áreas - demográfica, económica e social -, cada uma delas com algumas ramificações sectoriais.

Para a área demográfica, composta por 30 indicadores, reunimos informação de base que retrata os fenómenos relacionados com o povoamento, as estruturas e os movimentos populacionais. Para o povoamento utilizamos dados vulgarmente analisados e relacionados com a densidade populacional e com a distribuição da população segundo a dimensão populacional dos lugares concelhios. No domínio das estruturas demográficas atendemos à distribuição da população por grupos etários e por estado civil. A inclusão da estrutura etária justifica-se pela necessidade de se atender a um dos fenómenos mais marcantes da demografia regional e que tem a ver com o seu envelhecimento. A análise do estado civil serve de enquadramento ao tratamento de indicadores relacionados com a instituição familiar - casamento, divórcio, etc.. Relativamente aos movimentos demográficos, analisamos as duas componentes possíveis: movimento natural (natalidade, mortalidade, fecundidade, etc.) e movimento migratório (saldo migratório, atracção e repulsão demográficas).

A área económica foi analisada a partir de um número mais extenso de indicadores (115 indicadores), possibilitado pela maior abundância de informação disponível. Neste caso, os indicadores utilizados retratam o essencial da estrutura empresarial, da actividade económica e do emprego da região. Em todas estas componentes, e sempre que possível, a informação foi desagregada por actividades económicas, de forma a permitir uma análise tematicamente mais aprofundada (sectorialmente caracterizável). Para além disso, destaca-se o facto de os indicadores económicos escolhidos permitirem uma qualificação generalizada. No caso da estrutura empresarial, as empresas são quantificadas pela dimensão de pessoal ao serviço e de volume de negócios. A actividade

económica é retratada na óptica do consumo e da produção. O emprego permite, como já vimos, a quantificação da mão-de-obra disponível na região, mas também a sua caracterização em termos de qualificação profissional, distribuição etária, situação profissional (trabalho por conta de outrem, por conta própria, etc.), produtividade, etc..

A área social foi formada por 61 indicadores, que incidem, fundamentalmente, sobre o nível e a qualidade de vida regionais. Cinco sub-grupos compõem esta área: infra-estruturas, saúde e segurança social, educação e cultura, nível de vida e paridade sexual. Relativamente às infra-estruturas, e de acordo com a informação disponível, recolhemos indicadores sobre o grau de dotação dos alojamentos neste domínio e também alguns dados sobre as vias de comunicação. Para a saúde e segurança social e para a educação e cultura retivemos variáveis que nos informam do grau de dotação concelhia de equipamentos e de serviços. Nos equipamentos, a raridade de alguns deles (hospitais e universidades, por exemplo) levou-nos a considerar a sua contagem em valores absolutos. Naqueles cuja quantidade o justificasse, privilegiamos a sua capitação. A caracterização do nível de vida teve por base as componentes que mais o formam: instrução escolar, grupo socio-profissional e rendimentos. Para além disso, foram tidas em conta outras vertentes relacionadas com o poder de compra: principal fonte de rendimentos, valores de contribuição autárquica, sisa, depósitos bancários, consumo doméstico de electricidade e de água, etc. Finalmente, o sub-grupo da paridade sexual compõe-se de indicadores que comparam a importância de alguns fenómenos entre sexos: níveis de instrução escolar, emprego e qualificação profissional e rendimentos do trabalho. Neste sub-grupo estava em causa aferir da maior ou menor discrepância do nível de vida feminino face ao masculino.

Com esta bateria inicial de dados pensamos ter conseguido reunir informação em quantidade e qualidade que servem os propósitos da investigação. Em quantidade, porque 206 indicadores é um número que julgamos suficiente para o assim podermos considerar. Em qualidade, não só porque as fontes estatísticas utilizadas, apesar das limitações pontuais que

algumas possam comportar, a garantem ¹⁰, mas também porque os indicadores que seleccionamos cremos aplicarem-se cabalmente ao objecto de estudo. Pelo menos, esta é a conclusão que tiramos da análise prévia a outros trabalhos de igual natureza e cujos critérios de selecção informativa não diferem, substancialmente, dos que aqui seguimos.

1.3. Metodologia de Trabalho para a Definição e Caracterização de Zonas Concelhias Homogéneas

Como é fácil de observar, o tratamento estatístico de uma matriz de dados que se estende por 46 casos (concelhos) e 206 variáveis seria algo complicado (para não dizer impossível) sem o recurso a técnicas de análise multivariada de dados. Foi a este tipo de técnicas que nos dedicamos, respeitando o seguinte faseamento:

- 1- normalização dos dados;
- 2- extracção de componentes principais e selecção dos indicadores;
- 3- cálculo dos scores concelhios em cada componente principal;
- 4- identificação e caracterização de zonas concelhias homogéneas.

A primeira fase - normalização dos dados - tem como objectivo tornar comparáveis todos os indicadores originais, transformando valores absolutos e relativos (percentagens, proporções, etc.) numa mesma unidade de medida. Para esse efeito, recorreremos ao processo comumente aplicado que torna as médias nulas e os desvios-padrão unitários ¹¹.

¹⁰ As fontes de informação estatística utilizadas são referidas na bibliografia, no fim do trabalho.

¹¹ Esta normalização dos dados tem por base o seguinte cálculo:

$$Z_i = (x_i - \mu) / \delta_i, \text{ em que:}$$

Z_i = valor normalizado da variável i ;

x_i = valor original da variável i ;

μ = média da distribuição original da variável i ;

δ_i = desvio-padrão da distribuição original da variável i .

Na segunda fase - extracção de componentes principais e selecção de indicadores - procuramos aferir da maior ou menor pertinência dos 206 indicadores originais para a explicação do modelo global e caracterizar os vectores mais significativos que se podem construir a partir da relação entre aqueles indicadores ¹². Para isso, aplicamos a *análise factorial por componentes principais* (ACP), com rotação ortogonal pelo método *varimax* ¹³.

Na aplicação da ACP duas etapas são fundamentais: a opção pelo número de factores a considerar e a escolha das variáveis ¹⁴. Para nenhuma destas tarefas a prática empírica apresenta unanimidade processual, sendo o critério do investigador que acaba por imperar naquelas decisões.

No nosso caso, e relativamente à opção pelo número de factores a considerar, retivemos de entre os que assumiam uma contribuição (valor-próprio) superior à unidade ¹⁵, aqueles cuja leitura prévia das variáveis nos assegurava um significado claro para o conjunto do factor. No que se refere à selecção das variáveis em cada factor, atendemos não só ao valor dos coeficientes de correlação (*loadings*) existentes entre si, mas também, num critério mais subjectivo, ao significado de cada relação variável-factor no contexto significativo do factor. Pelo critério estatístico, retivemos de início as variáveis com *loadings* iguais ou superiores a 0,40, considerando primordialmente as

¹² Naturalmente que os 206 indicadores não contribuem da mesma forma para a diferenciação concelhia. O que aqui procuramos é isolar aqueles que se mostram mais importantes para essa diferenciação e analisar de que forma os indicadores seleccionados podem constituir-se em sub-conjuntos caracterizadores das diferentes realidades concelhias da região.

¹³ A *análise factorial por componentes principais* é uma técnica de análise multivariada de dados, que permite extrair de uma grande quantidade inicial de dados, aqueles que sendo representativos do modelo original valham (e tornem possível) a análise, sem perda significativa de informação. O resultado traduz-se na redução de muitas variáveis em poucas componentes principais. A aplicação do método *varimax*, um dos mais utilizados na rotação dos eixos, facilita aquela tarefa de redução, forçando as contribuições das variáveis a localizarem-se num número restrito (preferencialmente numa) de componentes principais.

¹⁴ Nestas duas decisões deve estar subjacente a equação linear dos factores, que se traduz da seguinte maneira:

$$F_m = W_{m1} X_1 + W_{m2} X_2 + \dots + W_{mn} X_n, \quad \text{em que:}$$

F_m = factor em análise;

w = contribuições das variáveis para a formação do factor F_m ;

X = valores das variáveis que contribuem para a formação do factor F_m .

Como é facilmente compreensível, quanto maior for o modelo original, menor será a concentração das contribuições para a formação dos factores num reduzido número de variáveis. O resultado mais visível é a dispersão da explicação do modelo por um grande número de factores, dos quais é necessário seleccionar os mais importantes, sob pena de se inviabilizar a leitura do modelo global.

¹⁵ Uma contribuição por factor superior à unidade significa uma contribuição superior à de qualquer variável.

contribuições de montante superior. Pelo critério mais subjectivo, optamos, de entre aquelas, pelas que mais se enquadravam no contexto temático global evidenciado por cada factor.

Do sentido específico das principais variáveis de cada factor, retiramos o seu significado global, intitulado cada uma das componentes principais seleccionadas. Estas componentes principais passam a representar sùmulas parciais organizadoras e representativas do essencial que há a captar do complexo original de indicadores.

A partir daqui passamos para a terceira fase, a do cálculo dos scores concelhios em cada componente principal. Para o efeito, utilizamos somente as variáveis previamente seleccionadas (as que deram nome às componentes principais) e corremos novamente a ACP, desta feita sem rotação dos eixos. Sem rotação dos eixos, porque o que aqui estava em causa já não era forçar diferenciações entre as componentes, mas calcular em cada uma, individualmente, a posição relativa dos concelhos. Esta posição traduziu-se em scores concelhios para cada componente, considerando-se os valores do primeiro factor resultante em cada uma destas novas aplicações parciais da ACP ¹⁶.

Estes scores concelhios, extraídos componente a componente, permitem uma primeira caracterização concelhia da região. Trata-se, no entanto, de uma caracterização parcializada pelos resultados de cada componente. Mais do que isso, interessa-nos uma identificação de zonas concelhias homogéneas que globalize a sectorização temática oferecida pela ACP.

Assim sendo, passamos para uma quarta fase, visando não só a identificação de zonas concelhias homogéneas na região, mas também a sua caracterização global. Para a definição de zonas homogéneas, os scores concelhios obtidos na fase anterior, componente a componente, foram submetidos, de uma só vez, à *análise de clusters* (ACL).

¹⁶ Os scores concelhios resultam do somatório dos produtos entre os valores originais (normalizados) das variáveis e os coeficientes de regressão que a aplicação informática atribui a cada uma delas na sua relação com as componentes principais. Desta forma, os scores aparecem normalizados, com média igual a zero e desvio-padrão igual à unidade.

Na aplicação da ACL utilizamos como medida de semelhança a *distância euclideana* entre os scores dos concelhos calculados pela ACP e como teste de agregação o método de *Ward* ¹⁷. O resultado final é o de uma agregação de concelhos em clusters concelhios, em que os membros de um cluster são tão semelhantes quanto possível e sempre mais semelhantes entre si do que quando comparados com elementos de outros clusters.

Com a aplicação da ACL concretiza-se a definição de zonas concelhias homogêneas. Falta, no entanto, a sua caracterização. Para esta caracterização, utilizamos os scores concelhios e calculamos para cada cluster e para cada componente principal a média aritmética desses scores. Passamos a ter, assim, scores médios dos clusters para cada componente principal. A comparação destes scores médios permite-nos calcular a posição de cada cluster concelhio em cada componente principal e aferir das suas características globais a partir das variáveis que, genericamente, deram forma a estas componentes.

Uma última nota é devida ao delineamento global da metodologia adoptada no nosso trabalho. Esta metodologia assenta em técnicas de análise multivariada de dados que, não obstante terem tido aplicação original no domínio das ciências naturais, são, na actualidade, muito empregues em ciências sociais, e, particularmente, em ciência regional ¹⁸. A multidisciplinaridade dos modelos analíticos a isso obriga e as crescentes capacidades informáticas de que dispomos facilitam-nos a sua utilização.

¹⁷ A *análise de clusters* impõe, em momentos distintos, a utilização de uma medida de semelhança (ou distância) e de um teste de agregação (ou desagregação) de casos. Das várias hipóteses possíveis de medidas de semelhança, a *distância euclideana* é uma das mais utilizadas. Esta medida tem por base a seguinte fórmula:

$$d_{ij} = \sqrt{\sum_{v=1}^m (x_{iv} - x_{jv})^2}, \quad \text{em que:}$$

d_{ij} = valor da distância euclideana entre os casos i e j ;
 x_{iv} = valor do caso i relativo à variável v ;
 x_{jv} = valor do caso j relativo à variável v .

Entre os testes de agregação, o método de *Ward* é também um dos mais usados e preferido, por vezes, a outros testes, por contemplar todos os membros dos clusters em criação e não apenas alguns deles, como acontece nos métodos *single linkage* ou *complete linkage*. Para além disso, o método de *Ward* tem a vantagem de resultar, normalmente, em clusters compactos e relativamente homogêneos no número de elementos que os constituem.

¹⁸ Para o conhecimento ou exploração destas técnicas, consultar, por exemplo: Hair, 1992, Dillon, 1984, Reis, 1990, Reis, 1991, Lopes, 1980 e Norusis, 1994. Relativamente à investigação empírica que se tem

No nosso país, como já vai sendo hábito noutros domínios, a sua generalização tardou e ainda hoje se encontra, por vezes, pouca abertura à sua utilização. Neste contexto, o nosso trabalho apresenta-se-nos em termos metodológicos, não inovador, mas enriquecedor.

produzido no nosso país com base nestas e noutras técnicas de igual natureza, veja-se: Figueiredo, 1988, Rodrigues, 1985, Portela, 1984, Viegas, 1997, Carvalho, 1985, CCRA, 1993, CCRA, 1990 e Nicolau, 1979.

Capítulo 2

O ALENTEJO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1. Introdução

Este capítulo serve de enquadramento teórico à problemática do desenvolvimento regional e estrutura-se em duas partes.

Numa primeira parte, conceptualizamos algumas das noções que estão em estreita associação com a temática do desenvolvimento e problematizamos o alcance e a adequação destas noções no contexto de uma política de desenvolvimento regional. Em última análise, está aqui em causa a justificação, de um ponto de vista teórico, para o delineamento atribuído a este trabalho, no que diz respeito à identificação e caracterização de espaços homogéneos no Alentejo.

Na segunda parte, reflectimos um pouco sobre os traços mais marcantes das estratégias de desenvolvimento que têm sido prosseguidas para a região Alentejo e sobre as linhas gerais de uma política alternativa que tem sido avançada por alguns autores.

2.2. Desenvolvimento e Crescimento, Homogeneidade e Polarização, Espaço e Região: Conceptualização e Problematização

Desenvolvimento e crescimento, homogeneidade e polarização e espaço e região são noções fundamentais em ciência regional e particularmente associadas à temática aqui em estudo. Daí que dediquemos algum tempo, neste capítulo, à sua conceptualização.

Desenvolvimento não é sinónimo de crescimento. O crescimento limita-se a uma base económica, o desenvolvimento deve ser entendido numa óptica abrangente, integrada. Segundo J. Dufour, o crescimento é material, quantitativo, objectivo, ao passo que o desenvolvimento pressupõe progresso

social, no sentido de sociedade melhor, alcance de fins que transcendem o económico, que servem a justiça, a independência, a cultura, em suma, a qualidade de vida, a felicidade ¹⁹. Nesta perspectiva, o crescimento costuma ser (embora não tenha que o ser) sectorial, conseguido pelo aumento do produto ou da agricultura, ou da indústria, ou dos serviços... Por sua vez, o desenvolvimento “não se processa nem pode ser concebido por sector de actividade. O desenvolvimento para que possa ser realmente desenvolvimento terá que atender a todas as dimensões da vida humana: social, cultural, económica, lazer, etc. O desenvolvimento é, pois, um processo integrado” (Figueira, 1997, p. 74).

Sendo mais abrangente, o desenvolvimento não é, no entanto, antagónico ao crescimento. Pelo contrário, deve contar com ele para que possa ser alcançado. Segundo Simões Lopes, “o desenvolvimento, como objectivo de longo prazo, tornará dominantes as preocupações com a distribuição; mas só se distribui o que existe, o que implica entre outros aspectos concentrar atenções na produção; e, entre outros aspectos, apenas porque as preocupações distributivas têm de existir em todos os estádios da produção e não há qualquer legitimidade para as adiar para os estádios de maior afluência” (Lopes, 1982, p. 115). Por outras palavras, “o desenvolvimento é efectivamente fim último e o crescimento é meio, um dos meios que poderá criar condições para que o primeiro seja atingido, sempre na óptica do longo prazo” (Lopes, s.d., p. 284).

Noutra óptica, a abrangência do desenvolvimento junta à exigência de transversalidade sectorial uma exigência de transversalidade regional. Nas palavras de Simões Lopes, “o desenvolvimento é para as pessoas - e para as pessoas onde elas estão”, o que significa “o acesso de todos, dentro de determinados limites de acessibilidade, aos bens e serviços e às oportunidades do nosso tempo” (Lopes, s.d., p. 114). Ou seja, o desenvolvimento regional implica o desenvolvimento de todas as regiões. Neste sentido, Eduardo Figueira afirma que “o desenvolvimento tem de tomar em consideração a solidariedade social. Um País não pode ser considerado desenvolvido enquanto tiver uma região sub-desenvolvida” (Figueira, 1997, p. 74). O desenvolvimento regional

¹⁹ Cf. J. Dufour, 1973, “Croissance Contre Développement?”, *In Revue d'Économie Politique*, Janvier/Février. Ver também Lopes, s.d., p. 142.

pressupõe, desta forma, preocupações de distribuição e de equidade: “desenvolvimento é desenvolvimento regional” (Lopes, 1982, p. 115).

Esta exigência de equidade, conduz-nos às noções de polarização e homogeneidade. A primeira pressupõe relações funcionais e hierarquia entre as componentes espaciais. A segunda implica semelhança, equilíbrio, equidade. Um espaço é polarizado quando na hierarquia das suas componentes espaciais as relações entre elas são suficientemente fortes para as individualizar das demais. É homogêneo quando à hierarquia funcional das componentes espaciais se substitui uma maximização das suas semelhanças e que as distingue de outras componentes externas. Nos termos de Simões Lopes, a homogeneidade de um espaço exige “que a variabilidade dos elementos que o compõem se contenha dentro de determinados limites” (Lopes, s.d., p. 33). Na polarização, “a uniformidade deixa de ser preocupação para passarem a interessar os fluxos e as relações de interdependência. (...). Um espaço polarizado é um conjunto de unidades ou de pólos económicos que mantêm com um pólo de ordem imediatamente superior mais trocas e ligações do que com outros pólos da mesma ordem” (Lopes, s.d., pp. 36 e 37).

Tal como as noções de desenvolvimento e crescimento, as noções de homogeneidade e polarização não são antagónicas. A homogeneidade nunca é total, pressupõe sempre algum grau de assimetria intra-grupal. Por sua vez, a polarização isola interdependências espaciais que, elas próprias, homogeneizam e distinguem um grupo hierárquico em relação a outros. O critério de agregação espacial é diferente, mas os resultados contêm sempre traços de *formalidade* e de *funcionalidade*, mais ou menos acentuados conforme o método de agregação adoptado.

Destes dois critérios de agregação espacial - homogeneidade e polarização - qual o que melhor serve aos desideratos do desenvolvimento regional?

Sobre esta questão, Simões Lopes explicita que “está ainda por formular uma teoria de aceitação geral em torno do desenvolvimento regional” (Lopes, s.d., p. 289). Ontem como hoje, parece-nos que a situação se mantém. J. Hilhorst

sistematizou as teorias em duas grandes tendências: as que encaram o desenvolvimento *visto de fora* e as que o encaram *visto de dentro* ²⁰. O primeiro grupo, polarizante, “apoia-se no princípio de que as diferenças entre as regiões tendem a atenuar-se em resultado da transmissão do crescimento no espaço”; o segundo grupo, homogeneizador, “põe a ênfase nas forças internas que podem desencadear o desenvolvimento, para o que tem de se admitir que a região dispõe efectivamente de vantagens suficientemente fortes para que os mecanismos se desencadeiem com base nas suas exportações” (Lopes, s.d., pp. 290 e 291).

Confrontando estas duas grandes tendências teóricas, pode observar-se que o grande problema da primeira é o de que a realidade não confirma a dispersão do desenvolvimento a partir dos pólos, progressivamente concentracionistas e desequilibradores. Da segunda, ressalta a dificuldade de as regiões cada vez mais atrasadas conseguirem impôr-se, só por si, ao crescimento dos grandes pólos. Para além disso, nas actuais economias de mercado, não é fácil justificar uma política voluntarista assistencial que discrimine positivamente aquelas regiões mais atrasadas.

Não obstante esta última dificuldade, as assimetrias de desenvolvimento parecem justificar, cada vez mais, uma reorientação política. Relativamente ao caso português, Simões Lopes opina que “(...) nas situações por que vimos passando, em que parece sermos incapazes de arranjar tempo para pensar no médio e no longo prazo, arriscamo-nos a não chegar tão cedo à elaboração de uma política regional. Provavelmente só sentiremos a sua necessidade quando os custos económicos do desequilíbrio e do dualismo a isso forcarem. O preço a pagar em termos sociais, e é esse que mais importa, poderá ser extremamente mais elevado. Pode haver mesmo perdas irreparáveis, visto que há processos que entretanto se aproximam mais das suas fases de irreversibilidade” (Lopes, s.d., p. 387).

Seja como for, as dúvidas subsistem, mas a realidade exige uma resposta. Em trabalho recente sobre o processo de regionalização a adoptar no nosso país e no atinente à redução das assimetrias regionais, dizia Valente de Oliveira:

²⁰ Cf. J. Hilhorst, 1967, *Regional Development Theory, an Attempt to Synthesize*, Paris: Mouton.

“deixar uma parcela homogénea e não desenvolvida à sua própria sorte, sem estimular efeitos de arrastamento por parte de regiões vizinhas mais prósperas, é condená-las a um ritmo lento de evolução que, seguramente, conduzirá à divergência, mesmo quando se injectem meios financeiros expressivamente mais elevados nas parcelas mais atrasadas” (Oliveira, 1996, p. 86). A solução, para este autor, está então “em responsabilizar muitos pelo desenvolvimento, associando aos menos desenvolvidos outros mais desenvolvidos, a todos conferindo o encargo de avançar em conjunto o máximo que puderem. Desse modo, contrariar-se-á quer a dominação, quer a marcha lenta, quiça refreando o ritmo das parcelas mais prósperas... mas dando consequência ao objectivo enunciado que é desenvolver e não apenas crescer!...” (Oliveira, 1996, p. 87).

Simplemente, não se percebe como é que, entendendo o desenvolvimento na acepção da distribuição e da equidade regional, e considerando a posição de vantagem de que usufruem os pólos mais crescidos, se conseguirá, pelo modelo defendido por Valente de Oliveira, um desenvolvimento espacialmente harmonioso e equilibrado de todo o território nacional.

Esta problemática não é nova. No final da década de 70, Luís Coimbra, entre outros, referia-se a ela claramente: “se se pretende garantir o desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a justa repartição individual e regional do produto, não se compreende como se pode integrar no mesmo espaço autárquico o interior e o litoral, já que num estado democrático, o peso dos votos, os interesses económicos, estando situados mais para o litoral farão inevitavelmente pender as decisões para a sua faixa espacial de actuação, por melhores que sejam as intenções dos centros de decisão” (Coimbra, 1979, p. 125). Em estudo mais recente, Ernesto Figueiredo, depois de explanar a situação de desequilíbrio regional do nosso país, conclui que a opção de isolar, delimitar e intervencionar sobre as regiões mais atrasadas é preferível à que pretende manter em simultâneo, num mesmo compartimento regional, as regiões em relação de exaustão (cf. Figueiredo, 1988, p. 43).

Na nossa opinião, polarizar o espaço é fomentar as assimetrias económicas, sociais, culturais, demográficas... Se o objectivo, necessariamente de longo

prazo, é o desenvolvimento nacional, e se este desenvolvimento significa maior equidade entre as regiões, a diferenciação inter-regional por homogeneidade intra-regional permite isolar os agregados espaciais relativamente aos quais se exige uma intervenção positivamente discriminante. Se para tal não houver vontade política, essa é outra questão. Uma coisa damos como certa. O modelo actualmente existente, que se legitima nas leis de um mercado manifestamente polarizador, não serve ao desenvolvimento harmonioso e equilibrado do país. Em última análise, justificado pela necessidade do crescimento económico nacional, aquele modelo nega a transversalidade regional e impossibilita o processo de desenvolvimento nacional, considerado numa acepção abrangente.

Por estas razões, o presente trabalho consubstancia-se na análise de zonas homogêneas, numa aplicação a um caso concreto de atraso económico e social do nosso país - o Alentejo. Um exercício que permite, a nosso ver, identificar e caracterizar os problemas económicos e sociais mais gritantes daquele caso, a fim de sustentar a política que alguns autores há muito reclamam e a realidade regional do nosso país justifica. "Portugal, um país marcadamente assimétrico em que os desequilíbrios se agravam e fazem já parte de um processo cumulativo, não pode dar-se ao luxo de negligenciar por mais tempo a sua própria organização espacial interna. A necessidade de definição de uma política regional é apenas fundamental" (Lopes, s.d., p. 387).

Tratando-se de um trabalho de identificação e caracterização ecoomico-social pautado pelo critério da homogeneidade, não é nossa intenção limitar o exercício analítico às restrições da contiguidade que o conceito de *região*, diferentemente do de *espaço*, impõe ²¹. O que nos conduz na análise aplicada é a identificação das principais características dos componentes - os municípios - do Alentejo, que o tornam num espaço, zona, área problema. E a agregação

²¹ Segundo Simões Lopes, "os conceitos de espaço e de região não devem confundir-se. O espaço pode definir-se a partir de um conjunto de dados económicos localizados podendo as suas localizações ser dispersas, porque o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependência. A região tem de ser definida de forma mais restrita, não resultando as restrições de factores associados à dimensão mas a razões de contiguidade: os elementos que a compõem têm de localizar-se necessariamente de forma contígua" (Lopes, s.d., p. 29). Nesta perspectiva, espaço e região não traduzem realidades em antagonismo. O espaço pode ser contíguo e, se assim for, é uma região. A região é sempre um espaço, embora caracteristicamente contíguo. O critério de delimitação geográfica de um e de outro, e cuja escolha na nossa aplicação aqui se explica e justifica, é que difere.

espacial com base nestas características segundo o critério da homogeneidade não se compadece com exigências de contiguidade. Pouco nos importa que os problemas tipologicamente sectorizados nos conduzam a agregados espacialmente descontínuos. A nossa preocupação não é regionalizadora, é desenvolvimentista. Neste caso, o contributo que aqui procuramos desenhar para o desenvolvimento do Alentejo aplica-se aos seus espaços concelhios homogêneos e não a um qualquer zonamento de contiguidade concelhia, externo ou interno, que outros lhe queiram traçar. Neste sentido, tratamos de espaços ou zonas homogêneas do Alentejo e não de regiões homogêneas.

2.3. O Alentejo e a Política de Desenvolvimento Regional em Portugal

A história demográfica, económica e social das regiões portuguesas ao longo das últimas décadas mostra-nos as assimetrias a que a ausência de uma política eficaz de desenvolvimento regional tem conduzido. Portugal é, hoje, um país profundamente assimétrico. Cada vez mais concentrada na faixa litoral compreendida entre as duas áreas metropolitanas do país, a actividade económica nacional vai, paulatinamente, desertificando o interior e fomentando, por sua vez, problemas ambientais de congestionamento urbano e problemas sociais de marginalidade e exclusão social (entre outros) nos principais centros e cinturas urbanas daquelas áreas metropolitanas ²².

²² A dualidade litoral-interior do continente português é uma constatação expressa na generalidade da bibliografia existente sobre estas matérias e que as estatísticas disponíveis comprovam. Relativamente a estas estatísticas deixamos aqui apenas alguns exemplos. Dividindo o continente em duas grandes regiões, a dos distritos litorais e a dos distritos interiores, a evolução ocorrida entre 1960 e 1991 permite as observações que registamos no quadro em baixo.

Por isso, não podemos concordar com o que António Barreto opina sobre *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, cujo primeiro volume foi editado em 1996. Neste trabalho pode ler-se: "Os dualismos da sociedade portuguesa, de que falava Adérito Sedas Nunes há trinta anos, são hoje diferentes. Há três ou quatro décadas, esses dualismos, além de traduzirem as diferenças sociais e de classes, tinham forte expressão territorial. (...). O panorama actual é bem diferente. (...). Toda a população, do ponto de vista territorial e regional, tem, em princípio, acesso aos bens e serviços, aos direitos, aos sistemas institucionais e aos circuitos comerciais e de informação da sociedade moderna. (...). Os dualismos são hoje mais marcadamente sociais e económicos e menos nitidamente espaciais" (Barreto, 1996, pp. 57 e 58). E estas palavras soam-nos tanto mais desfazadas da realidade, quanto mais o autor, um pouco à frente, envereda por um discurso algo contraditório: "nas actividades económicas, por exemplo, a rapidez das transformações fez com que saíssem da agricultura centenas de milhares de activos e suas famílias sem

No quadro regional português, o Alentejo apresenta-se como uma região sucessivamente adiada. Com indicadores de desenvolvimento demográfico, económico e social muito desfavoráveis face às médias nacional e europeia, esta região tem sofrido, de forma particular, os resultados de uma política nacional de desenvolvimento regional que, para além de relativamente recente ²³, tem privilegiado quase sempre as zonas menos carenciadas do país e tem-se desdobrado em estratégias de desenvolvimento pouco abonatórias às características físicas e económicas da região.

Destas estratégias de desenvolvimento, ressalta a função agrícola, predominantemente cerealífera, que se pretendeu atribuir ao Alentejo, desde o princípio do século. Uma opção incongruente com a pouca aptidão edafo-climática regional em matéria de monocultura cerealífera. Segundo Francisco Cary, "o sistema cerealífero não encontra na região condições favoráveis,

que tenha havido tempo, ou circunstâncias de reciclagem produtiva. Este verdadeiro êxodo ocorreu num tempo durante o qual não se criaram, nas indústrias transformadoras, empregos em quantidade suficiente. (...) Por outro lado, a idade e as aptidões da população rural não permitiram considerar com facilidade uma reconversão produtiva, nem sequer a hipótese de emigração. Assim é que os novos condicionalismos de uma economia cada vez mais aberta provocaram uma verdadeira destruição de economias locais, de subsistências rurais, de actividades semi-artesaniais (...)", provocando "o crescimento considerável da população dos subúrbios de Lisboa, Porto e Setúbal, em condições muito precárias de vida, emprego e habitação" (ibidem, p. 59). Parece-nos que estas últimas palavras, no que toca ao Alentejo, estão em maior consonância com o que se pode encontrar na generalidade da bibliografia e com a própria realidade. Aguardemos, entretanto, pelas conclusões do III volume do mesmo trabalho, que o autor promete dedicar às comparações regionais.

Quadro 1
Variação de Alguns Indicadores Estatísticos
no Continente entre 1960 e 1991

Indicadores Estatísticos	Distritos	
	Litorais	Interiores
	%	
População Residente	31,7	-23,9
Índice de Envelhecimento Demográfico	132,6	252,3
Nº de Empregados por 100 Habitantes	7,3	-9,0
Taxa de Analfabetismo	-67,5	-52,7

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*, 1960 e 1991.

²³ Os primórdios de uma política nacional mais sensível às questões regionais remontam a meados dos anos 60, quando do Plano Intercalar de Fomento (1965-67). Falava-se, neste Plano, em "correções das disparidades regionais de desenvolvimento" e explicitava-se: "a situação analisada e a sua evolução durante os últimos dez anos aconselham a definir uma política de desenvolvimento regional" (cf. com Santos, 1982, p. 17 e Lopes, s.d., p. 335, respectivamente). Não obstante, insistia-se em aspectos de ordem geral, com preocupações nacionais, concluindo-se: "não se pode no entanto ir tão longe como se desejava na realização deste objectivo uma vez que as circunstâncias actuais exigem que o crescimento do produto nacional prime sobre todas as demais finalidades" (cf. com Lopes, s.d., p. 335).

sobretudo se conduzido de acordo com os modelos produtivistas (...). Os factores físicos desfavoráveis à cultura dos cereais superam os favoráveis; mesmo limitando a cerealicultura aos solos de melhores potencialidades, a possibilidade de obtenção de rendimentos unitários elevados é muito aleatória. Os condicionalismos do clima sobre os sistemas no período das sementeiras ou durante a Primavera provocam no agricultor uma certa resignação face à 'má sina dos anos maus', situação que se reflecte sobre todo o sistema arvense e pecuário regional e que decorre fundamentalmente do seu desajustamento às condições edáficas, no caso da cultura arvense e da sobrecarga animal em solos com pastagens fracas e de reduzida qualidade, afectadas pelas aplicações sucessivas e continuadas de herbicidas no controlo das infestantes, no caso do sistema pecuário" (Cary, 1993, p. 327). Além disso, a destruição indiscriminada do montado alentejano, aliada à reduzida fertilidade de parte significativa dos solos, teve como consequência mais visível a erosão dos terrenos agrícolas, com as consequências que daí advêm no que se refere à produtividade e ao ambiente.

Em termos económicos, esta opção cerealífera regional, datada do início do século XX, contrasta com a diversificação produtiva levada a cabo na região em meados do século passado e, mais recentemente, com o predomínio da política industrial nacional sobre as estratégias de desenvolvimento agrícola.

Sobre a diversificação produtiva regional do século passado, Helder Fonseca desmistifica a tese de que o período oitocentista tenha sido claramente desindustrializador para a região. Segundo este autor, "o modelo económico experimentado pela Região Histórica do Alentejo no período 1850-1890, alicerçou-se, basicamente na maior diferenciação das actividades produtivas, diversificação do produto agrícola e integração no mercado nacional e internacional. (...) é pouco provável que o crescimento do produto físico regional só tenha contado com o aumento do produto agrícola. (...). A diferenciação produtiva resultou, por um lado, do reforço da produção fabril em indústrias já com tradição regional, e, por outro, da emergência de novas actividades neste sector" (Fonseca, 1996, pp. 433-434). Ainda segundo este autor, a opção agrícola nos moldes actuais, é bastante mais recente: "consuma-se de facto a nova vertebração e hierarquia do espaço económico nacional,

em construção desde meados do século (XX). Ao Alentejo ter-se-á pretendido reservar o papel de fornecedor de produtos agrícolas e matérias-primas ao centro polarizador da actividade industrial (em expansão desde os anos 1870) e portuária da região económica do Sul, a zona de Lisboa. Para isso contribuiu a política agrícola então promovida, claramente favorável ao sector trigueiro, pelo amplo protecçãoismo pautal e produtivo adoptado (...)” (Fonseca, 1996, pp. 436-437).

Reservada para o Alentejo uma função essencialmente agrícola, a sua posição tornou-se progressivamente mais fragilizada, à medida que a política nacional se consubstanciou numa vertente mais industrial do que agrícola. Como nos diz Amílcar Serrão, desde os anos 50 que “as estratégias de desenvolvimento em Portugal têm sido desequilibradas e desarticuladas em termos sectoriais e regionais e privilegiaram sempre a indústria em detrimento da agricultura” (Serrão, 1995, pp. 87-88). Com efeito, os anos 50 marcaram o início de uma viragem da política industrial no nosso país, que, no ambiente de grande protecçãoismo do Estado Novo, só se viria a abrir ao exterior na década de 60, a partir da adesão à EFTA ²⁴. Uma política que privilegiou, no entanto, os distritos de Aveiro, Braga e Porto, a norte, e de Lisboa e Setúbal, a sul (cf. Brito, 1994, p. 329 e seg. e Mata, 1994, cap. XI).

Paralelamente à progressiva industrialização do litoral continental, a economia alentejana era remetida à sua função de abastecedora agrícola nacional ²⁵. Uma função mal cumprida, no entanto, em resultado de uma produção agrícola que permanecia estagnada, fazendo sentir o peso de uma estrutura agrária atrasada, de investimento reduzido e assente na tradicional política de subsídios (cf. Brito, 1994, p. 333). Desde a Campanha do Trigo dos anos 20 e do Plano de Fomento Pecuário dos anos 50, à Reforma Agrária dos anos 70, ao Programa Procalfer (Programa de Calagens, Fertilização e Ferragens)

²⁴ Foi no contexto desta renovação político-económica que se empreendeu a construção do porto de Sines, em 1972, e se planearam medidas de dinamização do porto de Lisboa, numa tentativa de se aproveitar as rotas atlânticas do petróleo e de matérias-primas. Tentativa fracassada, no entanto, com as duas crises petrolíferas da década de 70 e consequente recessão internacional.

²⁵ Estas opções são bastante marcadas nos III e IV Planos de Fomento, dos anos 60-70. Este último, previsto para o período 1974-79 e interrompido pela Revolução de Abril, considerava como primordial “dar continuidade às orientações do III Plano, ou seja, prosseguir uma política de concentração de investimento no eixo Braga-Porto-Aveiro-Coimbra-Lisboa-Setúbal-Sines-Faro, ao mesmo tempo que se preconizava

dos anos 80 e à mais recente reforma da PAC (Política Agrícola Comum da União Europeia), a política dirigida à região tem privilegiado a função que, à muito, lhe foi atribuída. E com resultados pouco abonatórios: "estas estratégias não aumentaram a produtividade agrícola, não proporcionaram a transferência de mão-de-obra excedentária da agricultura para a indústria e não respeitaram equilíbrios ecológicos na região alentejana, antes pelo contrário agravaram os problemas agrícolas e sociais na região alentejana e não impediram a desertificação social na região" (Serrão, 1995, p. 75). Para o autor citado, as causas destes insucessos resumem-se, no essencial, à desarticulação entre os sectores primário e secundário regionais e à falta de investimento neste último. O sucesso das estratégias de desenvolvimento "está dependente de programas que promovam o desenvolvimento industrial a montante e a jusante do sector agrícola na região alentejana. Estes programas podem ser promovidos pelo Estado para que seja possível um desenvolvimento harmonioso e equilibrado entre o sector agrícola e o sector industrial e exista uma perfeita integração vertical e horizontal destes sectores na região alentejana" (Serrão, 1995, p. 89).

Marginalizada do processo de industrialização, a região perde os dividendos de uma lógica concentracionista do investimento aplicado às maiores sinergias existentes no litoral, que reproduz o desenvolvimento económico ²⁶. Recentemente, os apoios financeiros do I Quadro Comunitário de Apoio para a promoção do desenvolvimento industrial, que, em Portugal, corresponderam, essencialmente, aos programas SIBR e SINPEDIP ²⁷, direccionaram-se, em grande maioria, para o aparelho produtivo já consolidado. O impacte regional conjunto destes dois sistemas de incentivos na região Alentejo cifrou-se, entre 1988 e 1991, em cerca de 5,1% dos projectos

encerrar cerca de 1400 kms de rede (ferroviária), respeitantes a linhas secundárias sitas no interior do país e equivalentes a 38% da extensão total da rede nacional" (Santos, 1982, p. 17).

²⁶ Para uma análise breve da política e de alguns dos resultados dos incentivos ao investimento que vigoraram em Portugal nos anos 60-80, ver Caldeira, 1984. Do apanhado que a autora faz, constata-se, por exemplo, que de 1980 a 1983, dois regimes do SIII (Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento), o regime geral de incentivos fiscais e financeiros e o regime simplificado para empresas de pequena dimensão, resultaram, para os distritos de Portalegre, Évora e Beja, numa proporção conjunta de 2,7% dos projectos financiados e de 4,7% do investimento total nacional. Tendo em consideração que, conforme refere a autora, aqueles sistemas de incentivos previam uma maior ponderação aos projectos localizados no interior, os resultados apresentados reflectem não apenas a tradicional debilidade do tecido empresarial da região, mas também a pouca capacidade de atracção de investimento que essa debilidade representa. É um exemplo típico da reprodução do sub-desenvolvimento.

²⁷ O SIBR corresponde ao Sistema de Incentivos de Base Regional e o SINPEDIP ao Sistema de Incentivos no quadro do Programa Específico e de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa.

aprovados, 3,6% do investimento elegível e 3,0% dos incentos totais continentais ²⁸ .

Não obstante a considerável importância do sector primário e os fortes traços de ruralidade que caracterizam a actividade economico-social actual da região, ela não escapa ao processo de terciarização que tem dominado, de norte a sul, o país. Uma terciarização regional que reflecte, no entanto, as fragilidades do seu sector produtivo. O exodo do emprego agrícola consubstancia-se numa significativa transição directa para o sector terciário administrativo e comercial, em desprimor de um terciário superior que a incipiência industrial não fomenta ²⁹ . Referindo-se, de uma forma geral, às zonas do interior do país, Rui Jacinto afirma que “o reforço da actividade comercial, decorrente das alterações dos padrões de consumo e a localização de alguns serviços, sobretudo do ensino superior, ocorridas nos principais centros urbanos do interior, são os aspectos mais visíveis e que contribuem para alterar os quadros de vida e conferir maior urbanidade a estas localidades” (Jacinto, 1993, p. 29). Na nossa opinião, este é um retrato que serve, grosso modo, aos principais centros urbanos da região Alentejo. Aos serviços de ensino superior, destacados por Rui Jacinto, acrescentaríamos apenas, para o caso dos principais centros urbanos da região, a panóplia de serviços públicos de que a desconcentração administrativa os foi dotando, e que, embora sem grande efeito multiplicador na economia regional, assume um papel importante: o de *albergar* parte significativa dos desempregados formados nas escolas superiores (e não só) da região e que o seu aparelho produtivo não consegue ocupar. Má sorte a de todos aqueles que, por falta de engenho ou mercê de um reduzido capital social, vão acumulando diplomas de formação profissional com aplicação, por vezes, não se sabe bem em quê ou onde.

Não se trata, aqui, de estabelecer, nos termos de G. Natoli, uma dicotomia entre uma terciarização *fisiológica* (articulada com a indústria e a agricultura) e

²⁸ A título comparativo, refira-se que as mesmas proporções da região de Lisboa e Vale do Tejo ascenderam a 24,9, 31,7 e 34,7%, respectivamente e as da região do Norte cifraram-se em 41,0, 35,9 e 34,3% dos totais continentais.

²⁹ Em 1994, cerca de 90,2% do volume de negócios das empresas do sector terciário sediadas na região advinha de empresas com actividade comercial e hoteleira e da administração e serviços públicos. Por comparação, a proporção média nacional cifrava-se em apenas 67,1% (cf. INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 1996).

uma terciarização *patológica*, com conotações parasitárias (desenvolvimento cultural, solidariedade social, etc.)³⁰, porque não é assim que a entendemos. Trata-se tão só de opinar pela falta de sustentação, ligada à actividade produtiva, que a terciarização regional tem evidenciado. Neste sentido, João Ferrão opina que o desenvolvimento do terciário em zonas de industrialização acentuada deve acompanhar e reforçar a lógica de fileira, conducente a padrões de especialização de elevado nível. Contudo, “em áreas de reduzido potencial de desenvolvimento industrial, torna-se indispensável actuar - num primeiro momento, é certo, mas que pode ser longo - pelo lado da procura (...). Mais do que actuar sobre tecidos industriais já existentes, trata-se, aqui, de estimular a emergência de projectos de actividades apoiando os seus potenciais protagonistas” (Ferrão, 1992, p. 44).

Num quadro económico regional com as características realçadas anteriormente, quais as directrizes globais que devem nortear uma política de desenvolvimento regional aplicada ao Alentejo? E, quais as possibilidades efectivas da sua concretização no actual contexto de integração europeia?

Parte da resposta à primeira daquelas questões já foi, aqui, aflorada. As opiniões convergem, grosso modo, na defesa de uma política que, no essencial, fomente a diversificação produtiva. Relativamente a esta diversificação, António Covas afirma que “o desenvolvimento rural não depende exclusivamente do sector agrícola. É necessário incentivar outras formas de actividade económica susceptível de contribuir para a manutenção da população e de reforçar a economia das regiões rurais” (Covas, 1993a, p. 24). Na mesma linha de pensamento, Alexandre Cancela d’Abreu rejeita a hipótese da via única e foca várias das potencialidades a explorar no Alentejo. Segundo este autor, “não é viável fazer depender todo o desenvolvimento de uma região de soluções únicas e demasiado fechadas. Assim, a viabilidade do Alentejo não estará no regadio, no montado ou na floresta, no turismo ou na caça, nas rochas ornamentais ou na pecuária e seus produtos transformados com alta qualidade, no vinho, numa rede viária muito melhorada ou nos serviços de qualidade, considerados individualmente. Tal viabilidade estará certamente um pouco em

³⁰ Cf. G. Natoli, 1986, “L’Avvento Post-Industriale in Italia”, in *Sociologia del Lavoro*, pp. 161-179. Ver também Ferrão, 1992, p. 12 e seg.

todas estas actividades ou sectores de actividade diversificados e complementares, que sejam compatíveis entre si e com as aptidões, capacidades e potencialidades da região” (Cancela d’Abreu, 1993, p. 134).

Da forma como estas potencialidades regionais podem ser exploradas ressalta um outro problema que entronca no actual contexto de integração europeia. Trata-se de um problema que é explicitado no recente estudo da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, intitulado *Estudo para Definição de uma Base Económica para o Alentejo*. Neste estudo pode ler-se: “a insuficiência de empresas e empresários na região não perspectiva uma dinâmica endógena suficiente, capaz de inverter a situação e as tendências existentes” (CCRA, 1996, p. 5). Ou seja, o carácter estrutural dos problemas económicos e sociais da região fê-la cair numa situação de reprodução do atraso que a caracteriza. Na nossa opinião, a tipicidade desta situação exige uma atitude voluntarista assistencial acrescida por parte do Estado. Aquilo que se exige da União Europeia em termos de coesão económica e social entre Estados membros, tem que ganhar uma outra vivacidade ao nível regional. O investimento público directo (obras públicas) e indirecto (incentivos ao investimento privado) terá que se constituir no catalizador de outros investimentos, numa lógica de discriminação positiva clara das regiões mais carenciadas. Nos termos de Simões Lopes, “a política ausente serve-se da inércia para deixar as forças do mercado trabalharem livremente. Em termos espaciais isso significa a subalternização dos factores de desenvolvimento regional assentes nos recursos naturais e humanos como factores de localização, a prevalência do mercado e das economias de escala, a exploração das economias de aglomeração, o primado da produção, em suma, sem preocupações de distribuição. O resultado é um processo de desequilíbrio cumulativo, extremamente difícil de controlar” (Lopes, s.d., p. 343) ³¹.

³¹ Neste contexto, como já referimos, a pertinência de um eventual processo de regionalização do país, que aqui não discutimos, afigura-se-nos secundária. Na nossa opinião, mais importante do que a discussão sobre as vantagens ou desvantagens desta reforma administrativa, é a aferição da vontade política para a resolução dos problemas regionais. De que servirá a regionalização se a opção política, ante os desequilíbrios regionais, continuar a reger-se por critérios de eficiência, em detrimento da equidade? Nos termos de Joaquim Aguiar, “a polémica da regionalização é um disfarce e uma deslocação porque não há nada que a regionalização, em Portugal, possa realizar que o poder político central não possa concretizar se tiver vontade política para isso” (Aguiar, 1996, p. 5). Nós diríamos, simplesmente, que não há nada que a regionalização possa fazer (em termos de equidade regional) se para isso faltar vontade política.

Simplemente, aquilo que se exige ao Estado ao nível regional enfrenta fortes adversidades na lógica política direccionada para o plano nacional. Face à média comunitária, Portugal é, no seu todo, uma região económica e socialmente bastante atrasada. Neste contexto, o Alentejo, com uma demografia cada vez mais debilitada e uma economia pouco contributiva para o produto nacional, depara-se numa situação bastante fragilizada. O objectivo nacional atenua o voluntarismo e a solidariedade necessárias à discriminação positiva das zonas mais carenciadas ³² e a sobreposição dos interesses nacionais aos regionais expressa-se em fórmulas deste tipo: "Portugal é ele próprio, como um todo, uma Região atrasada da Europa. Aquele que é o nosso objectivo consiste em aumentarmos de tal forma a nossa eficiência e produtividade que consigamos crescer mais rapidamente que os nossos parceiros mais desenvolvidos. É claro que as regiões mais centrais, com maiores economias de aglomeração, são aquelas onde o crescimento da produtividade e da eficiência pode ser maior. Por isso, de um ponto de vista Europeu pode fazer sentido sacrificar a Equidade (desenvolvimento das nossas regiões mais atrasadas face às nossas mais adiantadas) e aumentar a Eficiência (apostar mais no melhor apetrechamento das nossas regiões mais adiantadas mas que ainda são muito atrasadas comparadas com a média europeia)" (Silva, 1995, p. 14) ³³.

De 1989 a 1993, o I Quadro Comunitário de Apoio atribuiu ao Alentejo cerca de 7% do investimento total realizado em Portugal nesse âmbito. Por outro lado, no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional para os anos de 1994-99 podia ler-se: "o desenvolvimento do Alentejo dever-se-á orientar para combater os principais problemas estruturais relacionados com o esgotamento do modelo tradicional de exploração da terra e o consequente êxodo populacional, aproveitando o potencial de desenvolvimento regional quer nos domínios da agricultura, pecuária e floresta que deverão ser reequacionados no contexto da nova Política Agrícola Comum e no interface com a indústria e o turismo, quer na

³² No Plano Nacional de Desenvolvimento Regional a componente regional é, sintomaticamente, a última prioridade de um conjunto de quatro, a saber: 1) qualificação dos recursos humanos e promoção do emprego; 2) reforço dos factores de competitividade da economia; 3) promoção da qualidade de vida e coesão social; 4) fortalecimento da base económica regional.

³³ A incongruência governamental, por vezes notória, na dupla relação com a União Europeia e com as regiões nacionais é posta claramente em causa por Manuel Porto, nos seguintes termos: "com que credibilidade pode defender-se que é mau para o todo europeu um desenvolvimento desequilibrado, favorecendo os países mais ricos em detrimento da periferia, mas que já é bom para Portugal (com

exploração de recursos naturais, principalmente a extracção de minérios e rochas ornamentais, de forma a aumentar o valor acrescentado regional” (cf. com Rego, 1995, p. 16). Em teoria, a fasquia era colocada, assim, a um nível bastante alto. Alto demais para os recursos entretanto disponibilizados. No II Quadro Comunitário de Apoio, a aplicar até 1999, as previsões de 1994 elevavam a proporção do investimento na região a cerca de 9% do valor total regionalizável. Paralelamente, é a própria União Europeia que, num estudo sobre a coesão económica e social, põe a nu o insucesso da política regional portuguesa: “le développement a aussi été inégal au Portugal, où les régions de Lisbonne et Norte, qui abritent les deux tiers de la population, ont eu une croissance du revenu par habitant supérieure de 10 points en pourcentage à la moyenne de l’Union entre 1983 et 1993, tandis que le niveau relatif du revenu par habitant stagnait dans les autres régions. L’exemple le plus spectaculaire d’une ville en expansion avec un arrière-pays en déclin, est offert par le Portugal: Lisbonne est passé de 81% de la moyenne de l’Union, en 1983, à 96%, en 1993, alors que la région voisine de l’Alentejo voyait son PIB par habitant décliner de 48% de cette moyenne à 42%. Du fait de cette prospérité croissante de Lisbonne, son PIB par habitant était en 1993 deux fois plus élevé que celui des Açores, région la plus pauvre du Portugal” (Commission Européenne, 1996).

Ainda antes da integração do nosso país na CEE, dizia Simões Lopes que “nunca houve política regional em Portugal embora de há muito se fale dos desequilíbrios regionais e da necessidade de os corrigir” (Lopes, s.d., p. 333). Quase duas décadas depois, os desequilíbrios mantêm-se, o Alentejo persiste claramente como região periférica e a conclusão não pode ser outra senão a da “política ausente”³⁴. E se, como diz Simões Lopes, o “desenvolvimento é desenvolvimento regional”, Portugal tem sido, tal como o Alentejo, uma região

argumentos de eficiência...) defender prioritariamente a zona de Lisboa (ou as zonas de Lisboa e do Porto), com a acentuação dos grandes desequilíbrios já hoje existentes?” (Porto, 1996, p. 650).

³⁴ “Política ausente” para Simões Lopes, ou “política negativamente discriminatória” (a expressão é nossa) para Manuel Porto. Como este autor refere, “os desequilíbrios existentes não são o resultado de condições naturais, mas sim da estrutura administrativa e de políticas que têm vindo a ser seguidas (com implicações no aproveitamento dos fundos comunitários): estrutura e políticas que, sendo mudadas, permitirão simultaneamente um maior equilíbrio e um maior desenvolvimento do todo nacional” (Porto, 1996, p. 651). Neste mesmo sentido se pronunciam Regina Salvador e José Oliveira quando dizem que “uma vez negligenciada a dimensão espacial na concepção e implementação das políticas, o funcionamento espacial da economia e sociedade portuguesas - e os problemas de desenvolvimento que dele resultam - apresenta-se hoje no essencial como consequência ‘espontânea’ das linhas de força económicas, sociais e políticas que fizeram a evolução do País, em particular aquela que teve lugar a partir da segunda metade deste século (...)” (in Brito, 1994, p. 346).

sucessivamente adiada. Combater o ciclo da reprodução do crescimento afigura-se-nos um imperativo para a convergência regional das condições de vida e, simultaneamente, a única via para a resolução dos problemas sociais e ambientais com que se defrontam, cada vez mais, as zonas litorais em maior crescimento.

Capítulo 3

**O ALENTEJO NO CONTEXTO NACIONAL:
INDICADORES ESTATÍSTICOS**

3.1. Introdução

Este capítulo serve para se fazer um enquadramento socio-económico da região no contexto nacional e apontar os principais estrangulamentos e carências do Alentejo face à globalidade das demais regiões portuguesas. Para quem não anda muito alheado das questões regionais, esta temática não constitui grande novidade. A este respeito, é lugar-comum dizer-se que o Alentejo é uma das regiões menos desenvolvidas de Portugal e da Europa. Não obstante, antes de passarmos à análise dos espaços homogêneos infra-regionais, parece-nos importante aferir dos principais hiatos económico-sociais que separam a região da globalidade das regiões portuguesas. Desta forma, estaremos melhor preparados para analisarmos e compreendermos, no capítulo seguinte, as principais características de homogeneidade e de assimetria do Alentejo, ao nível concelhio.

Com este objectivo, procederemos a uma análise, sumária, de um conjunto de indicadores estatísticos socio-económicos, comparando o estágio de desenvolvimento actual da região com o da média nacional. Não pretendendo ser aqui exaustivos, e considerando que o trabalho é aplicado à região Alentejo, dispensamos o confronto analítico desta região com qualquer uma das outras regiões portuguesas, consideradas individualmente. De entre a informação estatística disponível, os indicadores utilizados retratam, na nossa opinião, o essencial da posição relativa do Alentejo no contexto nacional ³⁵. O capítulo estrutura-se numa análise de indicadores de natureza demográfica, económica e social, por esta ordem.

³⁵ Não obstante as referências bibliográficas que acompanham os quadros que ilustram esta exposição, as fontes estatísticas que utilizamos neste capítulo são referidas, na sua totalidade, na bibliografia final do trabalho.

3.2. Povoamento, Estruturas e Movimentos Demográficos

No que diz respeito à demografia, adquirem particular relevo as constatações relacionadas com a desertificação, com a ruralidade do povoamento e com o envelhecimento da população regional. Entre 1981 e 1991, último período inter-censitário durante o qual o país aumentou a sua população residente em pouco menos de 30000 habitantes, o Alentejo perdeu, aproximadamente, 35000 residentes, cerca de 6% da população que aí residia no início daquele período (ver quadro 2). Com esta regressão demográfica, a região baixou os seus valores de densidade populacional de 21,5 para 20,2 hab./km² e o seu peso relativo demográfico de 5,9 para 5,5% do total da população residente no país.

Quadro 2
População Residente e Densidade Populacional em Portugal e no Alentejo em 1981 e 1991

Nuts I e II	População Residente			Densidade Populacional	
	1981	1991	1981-1991	1981	1991
	N°		%	Hab. / Km ²	
Portugal	9 833 014	9 862 540	0,3	107,0	107,3
Alentejo	578 430	543 442	-6,0	21,5	20,2

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991; *Reffer*, 1994.

Para além de desertificada, a região denota, também, um povoamento com fortes traços de ruralidade. Em 1991, cerca de 54,5% da população residente no Alentejo vivia em localidades com menos de 2000 habitantes e apenas 15,8% em centros urbanos de dimensão igual ou superior a 10000 habitantes. No país, as localidades de menor dimensão, representadas por cerca de 51,8% da população total, adquiriam uma menor importância relativa do que na região e os centros urbanos de maior dimensão reuniam cerca de 33,1% da população total, uma proporção mais do que dupla em relação à regional. Além disso, constata-se que o acréscimo do peso relativo dos centros urbanos de maior dimensão foi, na década de 80, ligeiramente maior na globalidade do país (+11,5%) do que no Alentejo (+10,6%)(quadro 3).

Quadro 3
População Residente segundo a Dimensão dos Lugares em Portugal e no Alentejo
em 1981 e 1991

Nuts I e II		Total	-2000	2000-9999	10000+	Total	-2000	2000-9999	10000+
		1981				1991			
Portugal	Nº	9 833 014	5 596 606	1 317 059	2 918 549	9 862 516	5 105 393	1 492 668	3 264 455
	%	100,0	56,9	13,4	29,7	100,0	51,8	15,1	33,1
Alentejo	Nº	578 430	344 377	151 531	82 522	543 442	296 278	161 415	85 749
	%	100,0	59,5	26,2	14,3	100,0	54,5	29,7	15,8

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991.

Nota: O total nacional de 1981 inclui 800 indivíduos categorizados na fonte como corpo diplomático ou embarcados.

O envelhecimento demográfico, aferido do aumento da população idosa e da diminuição da população jovem, ocorridos entre 1981 e 1991, foi, em ambas as componentes, mais intenso no país do que na região. Em todo o caso, o índice de envelhecimento ³⁶ assumiu, em ambas as datas, valores regionais bastante mais elevados do que os valores nacionais. Em 1981, este índice cifrava-se em cerca de 77,2% no Alentejo e 44,9% em Portugal; em 1991, a maior proporção regional de idosos em relação à de jovens fez ascender o índice regional a 110,5%, contra 68,1% no país (quadro 4). O facto de o país e, em particular, o Alentejo, se encontrarem bastante envelhecidos põe a tónica em problemas de ordem social e económica. De ordem social, na medida em que os recursos contributivos da Segurança Social são cada vez mais deficitários, face às necessidades de assistência social induzidas pelo aumento dos beneficiários. De ordem económica, tendo em consideração os requisitos etários subjacentes ao processo de inovação e modernização tecnológica pelo qual a actividade produtiva em geral se deve pautar.

Para a regressão do povoamento e para o envelhecimento da população residente no Alentejo ocorridos entre 1981 e 1991 foi importante o contributo do saldo natural, com uma taxa de crescimento negativo de aproximadamente 1,4%. Não obstante, as maiores perdas demográficas na região deveram-se aos

³⁶ O índice de envelhecimento relaciona a população idosa com a população jovem. Neste caso, os valores apresentados correspondem ao número de residentes com 65 e mais anos por cada 100 residentes com menos de 15 anos.

movimentos migratórios, com uma taxa de crescimento negativo no valor de 4,7% (quadro 5).

Quadro 4
População Residente por Grandes Grupos de Idades em Portugal e no Alentejo
em 1981 e 1991

Nuts I e II	1981						1991					
	0 - 14		15 - 64		65 +		0 - 14		15 - 64		65 +	
	N°	%										
Portugal	2 508 673	25,5	6 198 883	63,0	1 125 458	11,4	1 971 659	20,0	6 548 660	66,4	1 342 221	13,6
Alentejo	119 990	20,7	365 765	63,2	92 675	16,0	95 047	17,5	343 400	63,2	104 995	19,3

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991.

Quadro 5
Crescimento Demográfico em Portugal e no Alentejo
entre 1981 e 1991

Nuts I e II	Total		Natural		Migratório	
	N°	%	N°	%	N°	%
Portugal	29 656	0,3	354 104	3,6	-324 448	-3,3
Alentejo	-34 988	-6,0	-7 982	-1,4	-27 006	-4,7

Fonte: INE, *Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981 e 1991*.

O comportamento mais recente das variáveis micro-demográficas que compõem o movimento natural da população reflecte uma continuidade do movimento natural verificado no Alentejo ao longo da década de 80. Entre 1988/89 e 1994/95, a taxa bruta de natalidade da região foi sempre inferior à da mortalidade, e, contrariamente a esta, situou-se a níveis sempre mais baixos do que a taxa bruta de natalidade média nacional. Os resultados das taxas de natalidade e de mortalidade, naquele período, são esclarecedores: a primeira desceu cerca de 16,7% no Alentejo e aproximadamente 9,7% em Portugal, a segunda aumentou cerca de 9,3% na região e 5,1% no país (quadro 6). Com estas variações, o rácio médio nacional de nados-vivos/óbitos mantinha-se, no biénio 1994/95, acima da unidade, ao passo que na região se caminha

rapidamente para uma dupla sobreposição do número de óbitos em relação ao de nados-vivos.

Quadro 6
Taxas Brutas de Natalidade e de Mortalidade em Portugal e no Alentejo
em 1988/89 e 1994/95

Nuts I e II	Tx. B. Natalidade		Tx. B. Mortalidade	
	1988/89	1994/95	1988/89	1994/95
‰				
Portugal	12,1	10,9	9,8	10,3
Alentejo	9,9	8,2	12,6	13,8

Fontes: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1988, 1989, 1994 e 1995;
INE, *Estimativas de População Residente*, 1988 e 1994.

Para a análise decomposta do movimento migratório existe menos informação de base disponível sobre as variáveis que o constituem. Em todo o caso, o Alentejo não foi, durante a década de 80, uma região de grandes movimentos migratórios externos, quer de emigração, quer de imigração ³⁷. Desta situação pode deduzir-se que o movimento migratório negativo registado na região durante aquela década (considerado anteriormente), explica-se, essencialmente, pelos seus movimentos migratórios internos.

Para a análise dos movimentos migratórios internos cruzamos a população residente em 1981 e em 1991, segundo a respectiva residência em 1973 e em 1985. Os valores dos índices anuais médios de atracção e repulsão demográficas ³⁸ mostram que, de 1973/81 para 1985/91, o movimento migratório interno aumentou a nível nacional e diminuiu a nível regional (quadro 7).

³⁷ Com efeito, entre 1981/82 e 1987/88, a emigração e a imigração assumiram valores distritais no Alentejo sempre inferiores e com tendência semelhante aos valores nacionais: decrescente na emigração, crescente na imigração. Em 1987/88, a taxa bruta de emigração cifrou-se em cerca de 0,9‰ para Portugal e em 0,1‰ para cada um dos distritos de Portalegre, Évora e Beja. Por comparação, a taxa bruta de imigração ascendeu no país a 9,3‰, contra 2,5‰ em Portalegre, 2,9‰ em Évora e 2,1‰ em Beja.

³⁸ O índice de atracção demográfica regional foi calculado pela relação entre a população que, em cada período, passou a residir na região, ponderada pelo número de meses de cada período, e a população residente no final de cada período. O índice de repulsão demográfica regional distingue-se do anterior apenas no facto de se considerar, em numerador, a população que, naqueles períodos, deixou de residir na região. Os índices nacionais resultam nas médias das atracções e repulsões concelhias de todo o país. Neste caso, os movimentos internos de entradas e saídas anulam-se, pelo que os valores de atracção e de repulsão são iguais.

Daqui pode concluir-se que a região, ao contrário da média nacional, tornou-se, de 1973/81 para 1985/91, menos permeável a saídas e entradas populacionais. Não obstante, para além de o índice regional de repulsão se ter mantido mais elevado do que o índice de atracção, conjugaram-se na região uma repulsão mais alta e uma atracção mais baixa do que as respectivas médias nacionais. Face ao contexto nacional, o Alentejo perdeu, assim, nos dois sentidos: mais saídas e menos entradas. Este é o resultado da interacção de uma parca capacidade de atracção e de uma forte propensão para a repulsão populacional, com resultados demográficos pouco abonatórios para a região.

Quadro 7
Índices Anuais Médios de Atracção e de Repulsão Demográfica em Portugal e no Alentejo em 1973/81 e 1985/91

Nuts I e II	Atracção		Repulsão	
	1973/81	1985/91	1973/81	1985/91
	%			
Portugal	0,92	0,99	0,92	0,99
Alentejo	0,88	0,85	1,23	1,07

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991.

Sobre a demografia das famílias pode dizer-se que... já não é o que era! Tem-se tornado, paulatinamente, menos numerosa, mais instável e menos fecunda. Comparativamente à evolução decrescente da nupcialidade e à evolução crescente da divorcialidade ocorridas nos últimos anos a nível nacional, o Alentejo denota variações de sentido idêntico, mas mais acentuadas. Entre 1988/89 e 1994/95, a taxa bruta de nupcialidade diminuiu cerca de 8,3% em Portugal e aproximadamente 9,8% no Alentejo. Por seu lado, a taxa bruta de divorcialidade, em igual período, subiu cerca de 44,4% no primeiro caso e 66,7% no segundo (quadro 8). O rácio casamentos/divórcios, que, em 1988/89, era de 9,4 na região e de 7,7 no país, passou, em 1994/95, para 5,3 e 5,1, respectivamente. Pode concluir-se, pois, que, na região, mais do que no país, o casamento é cada vez menos e o divórcio cada vez mais uma constante na instituição familiar.

Quadro 8
Taxa de Nupcialidade e de Divorcialidade em Portugal e no Alentejo
em 1988/89 e 1994/95

Nuts I e II	Tx. B. Nupcialidade		Tx. B. Divorcialidade	
	1988/89	1994/95	1988/89	1994/95
	‰			
Portugal	7,2	6,6	0,9	1,3
Alentejo	5,7	5,2	0,6	1,0

Fontes: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1988, 1989, 1994 e 1995;
 INE, *Estimativas de População Residente*, 1988 e 1994.

Por sua vez, o potencial reprodutor da região, aferido da proporção de mulheres em período fértil (15-49 anos), tem-se mantido abaixo do potencial médio nacional. Apesar disso, os valores regionais têm acompanhado a evolução de longo prazo, ligeiramente crescente, da globalidade das regiões portuguesas. De 1981 para 1994/95, a proporção de mulheres com 15-49 anos no total da população residente passou de 24,2 para 25,8% em Portugal e de 21,9 para 22,3% no Alentejo. A conclusão que se tira destes valores é a de que se o potencial reprodutor da região não está em regressão, o declíneo natalista que a caracteriza, anteriormente analisado, não pode ser associado, pelo menos em exclusivo, ao processo de envelhecimento demográfico. Quer dizer, aquele declíneo, apesar de associado ao fenómeno do envelhecimento, traduz também mutações dos modelos de fecundidade.

A análise da evolução recente das taxas de fecundidade geral, que minimizam os efeitos das estruturas etárias sobre a reprodução ³⁹, confirma o que se acabou de referir. Entre 1990/91 e 1994/95, os níveis de fecundidade passaram de 44,0 para 37,1‰ na região, o que representa um decréscimo de 15,7%, e de 47,0 para 42,3‰ no país, o que equivale a uma diminuição de 9,9% (quadro 9). Significa isto que os modelos de reprodução regional e nacional, no primeiro caso mais do que no segundo, registaram alterações significativas nos últimos anos, com resultados visíveis na quebra de fecundidade.

³⁹ As taxas de fecundidade geral constituem um indicador demográfico mais sofisticado do que as taxas brutas de natalidade, na medida em que relacionam os nados-vivos não com a população residente total, mas com a população onde eles ocorrem. Normalmente, e aqui, esta população inclui as mulheres com idade compreendida entre os 15 e os 49 anos completos.

Quadro 9
Taxa de Fecundidade Geral em Portugal e no Alentejo
de 1990/91 a 1994/95

Nuts I e II	1990/91	1992/93	1994/95
	‰		
Portugal	47,0	45,4	42,3
Alentejo	44,0	41,5	37,1

Fontes: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1990 a 1995;
 INE, *Estimativas de População Residente*, 1990, 1992 e 1994.

Contrariando a tendência da fecundidade geral, a maternidade fora do casamento tende a aumentar, tanto a nível nacional como a nível regional. Entre 1988/89 e 1994/95, a proporção de nados-vivos entre indivíduos não casados em relação ao total de nados-vivos, passou de 14,1 para 18,2% no país e de 21,9 para 25,4% na região. Estas variações mostram que a maternidade resultante de relações intra-matrimoniais, cada vez menos fecundas, está a abrir caminho a uma maternidade de relações extra-matrimoniais, progressivamente mais frutuosas. E o Alentejo persiste, neste caso, com valores superiores à média nacional.

Em traços gerais, pode afirmar-se que o despovoamento, o envelhecimento e as mutações dos tradicionais padrões familiares, com particular destaque para a diminuição dos valores e para as alterações no tipo de fecundidade, são, certamente, as características mais marcantes da evolução demográfica ocorrida no Alentejo durante os últimos anos. A explicação para estas tendências, mais vincadas no Alentejo do que na globalidade do país, residirá, em parte, nas condições económicas e sociais que caracterizam aquela região e que passaremos a analisar.

3.3. Estrutura e Actividade Económica

A evolução recente dos indicadores macro-económicos, estimados pelas últimas Contas Regionais do INE, revela-nos que a posição relativa do Alentejo no contexto regional português está progressivamente mais fragilizada. Entre 1990 e 1992, o valor do PIB e do VAB nacionais subiram cerca de 29,2 e 28,2%, respectivamente, contra 9,7 e 8,9% na região (quadro 10). Desta forma, o peso da região no total nacional baixou, em ambos os indicadores, de 5,0 para 4,3%. Por sua vez, a evolução do emprego regional, cifrada numa variação negativa de 0,3%, não trouxe ganhos significativos em termos de produtividade do trabalho, que, de 1990 para 1992, passou a situar-se num nível aquém da média nacional.

Quadro 10
Indicadores Económicos em Portugal e no Alentejo
em 1990 e 1992

Indicadores Económicos	Portugal		Alentejo	
	1990	1992	1990	1992
	Nº		Nº	
Produto Interno Bruto (10 ⁶ esc.)	9 621 111	12 427 242	481 574	528 178
Valor Acrescentado Bruto (10 ⁶ esc.)	8 922 408	11 442 720	446 602	486 334
Emprego (10 ³ pessoas)	4 537,2	4 584,3	206,3	205,6
Produtividade (10 ³ esc.)	1 966,5	2 496,1	2 164,8	2 365,4

Fonte: INE, *Contas Regionais*, 1990-1992.

Por sectores de actividade, os indicadores macro-económicos mostram que, de 1990 para 1992, a região ficou menos dependente do sector primário, registando-se neste sector variações negativas de 15,5% no VAB e de 9,9% no emprego (quadro 11). Sintomática foi também a evolução desfavorável do sector secundário regional, que denotou, naquele período, uma diminuição de 6,1% no valor do VAB e de 3,1% no do emprego. Quer isto dizer que a região, tal como o país, está globalmente mais terciarizada, com uma diferença significativa: o índice de produtividade regional neste sector estava, em 1992, cerca de 18,3% abaixo do índice nacional. A mobilidade inter-sectorial da região

parece, assim, caracterizar-se por uma significativa transição directa da actividade económica do sector primário para o sector terciário. Um pouco à margem deste processo, o sector secundário subsiste na região como o menos empregador, mas também, e ainda, como o mais produtivo. A evolução recente desta produtividade foi, no entanto, claramente deficitária face aos ganhos acrescidos do mesmo sector a nível nacional e face aos ganhos acrescidos do sector terciário na própria região.

Quadro 11
Indicadores Económicos por Sectores de Actividade em Portugal e no Alentejo
em 1990 e 1992

Indicadores Económicos	Portugal		Alentejo	
	1990	1992	1990	1992
	N°		N°	
VAB, sector I (10 ⁶ esc.)	594 684	528 903	92 016	77 732
VAB, sector II (10 ⁶ esc.)	3 394 338	4 133 174	177 666	166 911
VAB, sector III (10 ⁶ esc.)	4 933 386	6 780 643	176 920	241 689
Emprego, sector I (10 ³ pessoas)	802,9	698,8	60,4	54,4
Emprego, sector II (10 ³ pessoas)	1 557,0	1 493,9	48,3	46,8
Emprego, sector III (10 ³ pessoas)	2 177,4	2 391,6	97,7	104,4
Produtividade, sector I (10 ³ esc.)	740,7	756,9	1 523,4	1 428,9
Produtividade, sector II (10 ³ esc.)	2 180,1	2 766,7	3 678,4	3 566,5
Produtividade, sector III (10 ³ esc.)	2 265,7	2 835,2	1 810,8	2 315,0

Fonte: INE, *Contas Regionais*, 1990-1992.

Relativamente aos traços mais significativos da estrutura empresarial, a evolução ocorrida entre 1990 e 1995 permite constatar que na região se verificou, simultaneamente, um maior aumento do número de empresas e um maior decréscimo do número médio de pessoas ao serviço por empresa. Com efeito, naquele período, o número de empresas sediadas na região aumentou cerca de 32,1%, contra 17,7% no continente, ao passo que o emprego médio por empresa reduziu-se aproximadamente 17,9% no primeiro caso e 8,8% no segundo (quadro 12).

Para além disso, de 1990 a 1995, o volume de negócios empresariais foi significativamente menos acrescido na região (+39,3%) do que no

continente (+64,2%). Neste contexto, o rácio volume de negócios/empresas mostra que a produtividade das empresas sediadas na região está cada vez mais debilitada face à produtividade média continental: de 1990 para 1995, este rácio cresceu cerca de 39,5% no continente e apenas 5,5% no Alentejo (quadro 13). Confrontando este resultado com os anteriores, pode concluir-se que a tendência geral do tecido empresarial do Alentejo é para que se sustente, cada vez mais, em micro-empresas pouco empregadoras e de reduzida envergadura financeira.

Quadro 12
Estrutura Empresarial no Continente e no Alentejo
em 1990 e 1995

Nuts I e II	Empresas		Pessoal ao Serviço por Empresa	
	1990	1995	1990	1995
	Nº		Nº	
Continente	243 048	286 041	8,9	8,1
Alentejo	10 656	14 075	4,9	4,0

Fonte: INE, *Painel de Empresas*, 1990-1991 e 1994-1995.

Quadro 13
Actividade Empresarial no Continente e no Alentejo
em 1990 e 1995

Nuts I e II	Volume de Negócios		Produtividade das Empresas	
	1990	1995	1990	1995
	10 ⁶ esc.		10 ³ esc.	
Continente	19 201 033	31 527 261	79 001,0	110 219,4
Alentejo	451 051	628 333	42 328,4	44 641,8

Fonte: INE, *Painel de Empresas*, 1990-1991 e 1994-1995.

No que se refere aos recursos humanos orientados para a actividade económica, os resultados recentes do Inquérito ao Emprego do INE denotam para a região, mais do que para o continente, uma tendência de feminização e de envelhecimento dos activos, e ainda, uma situação de maior precaridade laboral da população residente empregada. Para além disso, confirmam-se as

estimativas das Contas Regionais no que se refere à terciarização, regional e continental, do emprego.

Uma análise da evolução da população activa por sexos, ocorrida entre 1992 e 1996, permite constatar que, não obstante a tradicional sub-representatividade feminina na actividade económica (tanto na região como no continente), o diferencial entre sexos diminuiu com maior intensidade na região. Enquanto no continente, durante aquele período, a taxa de actividade feminina aumentou cerca de 3,5% e a taxa de actividade masculina diminuiu aproximadamente 1,3%, no Alentejo a primeira subiu cerca de 8,4% e a segunda baixou 5,1% ⁴⁰ (quadro 14).

Quadro 14
Taxa de Actividade por Sexos no Continente e no Alentejo
em 1992 e 1996

Sexos	Continente		Alentejo	
	1992	1996	1992	1996
	%			
Total	48,4	48,9	43,9	43,9
Sexo Masculino	56,3	55,6	54,8	52,0
Sexo Feminino	41,3	42,7	33,4	36,2

Fonte: INE, *Estatísticas do Emprego*, 1992 e 1996.

Por grupos etários, o mesmo tipo de análise denota um maior envelhecimento da população activa na região. Em 1992, os parciais de população activa na região eram superiores aos parciais do continente nos

⁴⁰ Esta é uma tendência que poderá estar relacionada com algumas das alterações nos padrões familiares anteriormente analisados, em particular com as recentes quebras de fecundidade, mais acentuadas na região do que no país. Não sendo líquida a relação de causa-efeito entre estas duas ordens de factores, os valores analisados sugerem o Alentejo como um caso típico do que alguma investigação tem concluído pela difícil conjugação entre a maternidade (ou carreira familiar) e a actividade económica (ou carreira profissional). Sobre estas questões, consultar, por exemplo: Mary Nash e Rosa Ballester (coord.), *Mulheres, Trabalho e Reprodução. Atitudes Sociais e Políticas de Protecção à Vida*, Porto: Edições Afrontamento, 1996; Chiara Saraceno, *Sociologia da Família*, Lisboa: Editorial Estampa, 1997; A. J. Coale e S. C. Watkins, *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton, 1986; C. Baudelot e R. Establet, *Allez les Filles!*, Paris: Points, 1992; A. Cristina Marques e P. Telhado Pereira, *A Oferta de Trabalho Feminino na Europa*, Lisboa, 1994, policopiado; M. Mercês Covas, "A Influência da Actividade Económica sobre a Família", comunicação apresentada no seminário sobre *População, Família e Condições de Vida*, Curitiba, Abril de 1995. Como fontes de informação estatística de base poderão constituir auxílio importante os resultados do relatório sobre a *Situação Actual da Família Portuguesa*, promovido pela Direcção Geral da

grupos etários dos 14-24, 45-54 e 55 e mais anos. Em 1996, essa supremacia regional já só se verificava no grupo etário dos 55 e mais anos. Aliás, nesta última data, o grupo etário dos 55 e mais anos era já o mais representado na região, o que não acontecia nem no continente em 1996, nem na região em 1992 (quadro 15).

Quadro 15
População Activa por Grupos de Idade no Continente e no Alentejo
em 1992 e 1996

Grupos de Idade	Continente		Alentejo	
	1992	1996	1992	1996
	%			
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
14-24 anos	17,2	14,4	17,7	13,5
25-34 anos	24,9	22,1	21,0	21,4
35-44 anos	24,3	24,6	21,6	21,3
45-54 anos	18,6	21,5	19,7	20,9
55 e mais anos	15,0	17,5	20,0	22,9

Fonte: INE, *Estatísticas do Emprego*, 1992 e 1996.

Relativamente à maior precaridade laboral do emprego regional, ela pode ser constatada quer nos maiores índices de desemprego, quer na maior proporção de contratos laborais de carácter não permanente que a região evidencia na comparação com os valores do continente.

No que se refere ao desemprego, e apesar do acréscimo da taxa de desemprego continental ocorrido entre 1992 e 1996 (75,7%) ter sido mais acentuado do que o da taxa regional (49,7%), os valores da região mantiveram-se, naquele período, notoriamente acima dos do continente. Em 1996, os 332,3 mil desempregados do continente representavam cerca de 7,3% do total da sua população activa, enquanto na região os 26,4 mil desempregados faziam ascender a respectiva taxa de desemprego a 11,5% (quadro 16).

Família em 1994 e do recente *Inquérito à Fecundidade e Família*, levado a cabo pelo INE em 1997 e, actualmente, em fase de apuramento informático.

Quadro 16
Taxa de Desemprego no Continente e no Alentejo
em 1992 e 1996

Nuts I e II	1992	1996
	%	
Continente	4,1	7,3
Alentejo	7,7	11,5

Fonte: INE, *Estatísticas do Emprego*, 1992 e 1996.

Por sua vez, a distribuição dos empregados por conta de outrém segundo o tipo de contrato laboral revela também uma maior debilidade do emprego regional, que pode ser entendida quer pelo lado da procura (empregados) quer pelo lado da oferta (empresas). Em 1992, quando no continente 12,1% dos contratos dos trabalhadores por conta de outrém eram não permanentes, na região essa proporção ascendia a 17,6%. De 1992 para 1996, considerando que aqueles valores relativos aumentaram 2,6 e 42,6%, respectivamente, a tendência foi inequivocamente mais desfavorável para a região. No final daquele período, mais de ¼ dos trabalhadores por conta de outrém residentes na região estavam vinculados a uma entidade empregadora mediante contratos laborais não permanentes (quadro 17).

Quadro 17
Trabalhadores por Conta de Outrém segundo o Tipo de Contrato Laboral no Continente e no
Alentejo
em 1992 e 1996

Tipo de Contrato	Continente		Alentejo	
	1992	1996	1992	1996
	%			
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Permanente	87,9	87,2	82,4	74,7
Não permanente	12,1	12,4	17,6	25,1
Não Sabe / Não Responde *	*	0,4	*	0,1

Fonte: INE, *Estatísticas do Emprego*, 1992 e 1996.

* Não inquirido.

Finalmente, mas sem menos importância, destaca-se o fenómeno da terciarização do emprego. Face a uma regressão de 8,3% no sector primário e de 7,0% no secundário, o emprego regional denotou um aumento de 4,8% no sector terciário. Um aumento, aliás, superior ao verificado no continente, que traduz uma importância cada vez mais acrescida dos serviços na região. Em 1996, as actividades terciárias tinham um peso relativo na região cerca de 7 pontos percentuais acima da média continental (quadro 18).

Quadro 18
População Empregada por Sectores de Actividade Económica no Continente e no Alentejo
em 1992 e 1996

Sectores de Actividade Económica	Continente				Alentejo			
	1992		1996		1992		1996	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	4 341	100,0	4 251	100,0	217	100,0	203	100,0
Agricultura, Silvicultura e Pesca	490	11,3	518	12,2	32	14,8	27	13,5
Indústria, Construção, Energia e Água	1 438	33,1	1 335	31,4	54	24,9	47	23,2
Serviços	2 412	55,6	2 398	56,4	131	60,3	128	63,2

Fonte: INE, *Estatísticas do Emprego*, 1992 e 1996.

Tendencialmente menos produtivo, mais envelhecido e dependente da oferta de trabalho de um tecido empresarial de reduzida dimensão, o emprego regional parece ganhar algum ascendente sobre o emprego continental na vertente da feminização laboral. Esta aparente maior abertura do mercado laboral da região ao sexo feminino pode estar, no entanto, na origem dos maiores índices de desemprego que a caracterizam, ao engrossar a fileira de todos os que procuram um primeiro emprego. Para além disso, a sectorização do emprego e da produtividade evidencia uma regressão dos sectores primário e secundário e ganhos acrescidos do terciário. Os desafios que se colocam, com maior premência, à economia regional parecem claros: aumentar a produtividade do trabalho, reconverter profissionalmente os activos mais idosos e investir diferencialmente nos sectores de actividade; qualitativamente no primário e no terciário, quantitativamente no secundário.

3.4. Indicadores Sociais

Da informação estatística disponível de cariz social, a análise da posição do Alentejo no contexto das regiões portuguesas destaca, fundamentalmente, as suas debilidades em termos de condições de vida, dotação infra-estrutural e grau de cobertura dos equipamentos e serviços assistenciais e culturais.

No que se refere aos aspectos relacionados com as condições de vida, a região Alentejo denota, grosso modo, níveis médios mais baixos de escolarização, de status socio-profissional e de rendimentos familiares.

Da escolarização ressalta o grande diferencial dos índices de analfabetismo regional e nacional. De 1981 para 1991, a taxa de analfabetismo passou de 18,6 para 11,0% no país e de 31,8 para 21,8% na região ⁴¹. São valores notoriamente superiores e em regressão menos acentuada na região. Para além do analfabetismo, constata-se que em todos os níveis de frequência escolar, os valores relativos do Alentejo têm sido inferiores aos valores relativos médios do país. Destaque particular deve ser atribuído aos resultados do ensino médio/superior, nível de escolarização relativamente ao qual a região assumiu, na década de 80, uma posição progressivamente desfavorável face à média nacional. Em 1981, o peso relativo dos indivíduos residentes no Alentejo e detentores deste grau de ensino (2,0%) era mais baixo, mas próximo do peso relativo verificado no país (2,5%). De 1981 para 1991, a região perdeu representatividade a este nível, já que a sua proporção nesta categoria passou para 3,8%, enquanto a do país ascendeu a 6,3% ⁴² (quadro 19).

⁴¹ Para o cálculo da taxa de analfabetismo seguimos o critério utilizado pelo INE, relacionando o número de indivíduos que não sabem ler nem escrever e que tenham pelo menos 10 anos de idade, com o total de população residente com idade semelhante.

⁴² Em termos gerais, os níveis de escolarização regional podem ser explicados, em parte, pelas dificuldades de formação e valorização de recursos humanos induzidas pelo estado de envelhecimento demográfico em que se encontra a região. Em todo o caso, a importância da formação e valorização dos recursos humanos para a actividade económica e para a qualidade de vida em geral, impõe o seu progressivo equilíbrio inter-regional, nomeadamente no que se refere ao analfabetismo.

Quadro 19
População Residente segundo os Níveis de Instrução Escolar em Portugal e no Alentejo
em 1981 e 1991

Níveis de Instrução Escolar	Portugal		Alentejo	
	1981	1991	1981	1991
	%			
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem Instrução	27,4	17,6	37,6	26,7
Primário	47,6	43,8	43,1	41,8
Preparatório	9,0	12,7	7,8	10,9
Unificado	8,3	10,9	6,5	9,8
Complementar	5,2	8,7	2,9	7,0
Médio e Superior	2,5	6,3	2,0	3,8

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991.

Por sua vez, a análise comparada da distribuição da população residente no Alentejo e em Portugal segundo os grupos socio-profissionais põe em destaque três aspectos básicos da estrutura socio-económica regional: reduzida capacidade empresarial, estratégias individuais de combate ao desemprego com recurso a actividades independentes e baixa qualificação profissional global dos recursos humanos (quadro 20).

Quadro 20
População Residente segundo os Grupos Socio-Económicos em Portugal e no Alentejo
em 1991

Grupos Socio-Económicos	Portugal		Alentejo	
	1991		1991	
	Nº	%	Nº	%
Total	4 395 584	100,0	223 287	100,0
Empresários	138 608	3,2	4 459	2,0
Pequenos Patrões	200 420	4,6	8 994	4,0
Trabalhadores Independentes	592 301	13,5	34 582	15,5
Quadros Superiores	251 641	5,7	8 571	3,8
Quadros Intermediários	284 837	6,5	11 266	5,0
Profissionais Qualificados	2 163 037	49,2	93 409	41,8
Profissionais Não Qualificados	649 169	14,8	54 557	24,4
Militares	44 408	1,0	2 138	1,0
Outros	71 163	1,6	5 311	2,4

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991.

Nota: alterações de metodologia entre os Recenseamentos de 1981 e 1991 não permitem a comparação dos dados de 1991 com os de 1981. Por essa razão, apresentamos apenas os valores de 1991.

A primeira daquelas três características básicas da estrutura socio-económica do Alentejo encontra-se, nomeadamente, no diferencial de representatividade da região face à do país das categorias de empresários e de pequenos patrões. Em 1991, estas duas categorias de activos eram representadas por cerca de 2,0 e 4,0% dos activos regionais, respectivamente, contra 3,2 e 4,6% no país. Por seu lado, a maior representatividade dos trabalhadores independentes no Alentejo (15,5%) face aos valores médios nacionais (13,5%) poderá ser um sintoma de estratégias individuais intensificadas de combate à maior precaridade regional do emprego dependente (anteriormente analisada). Finalmente, a representatividade média regional nas categorias dos quadros superiores, dos quadros intermédios e dos trabalhadores qualificados, conjuntamente com a dos trabalhadores não qualificados, mostra o baixo nível de formação profissional dos recursos humanos no Alentejo. Nas três primeiras categorias, as proporções regionais são inferiores às proporções médias nacionais. Na quarta categoria a situação inverte-se, com uma representatividade regional notoriamente superior à nacional.

Com níveis médios de estratificação escolar e profissional mais baixos do que a globalidade do país, não é de estranhar que a região se apresente, também, numa posição deficitária em termos de poder de compra. Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1989/90 do INE, as receitas e as despesas médias dos agregados familiares residentes no Alentejo ficaram, nesse biénio, cerca de 22,3 e 25,1%, respectivamente, abaixo dos valores médios continentais (quadro 21). Neste contexto, o índice de poder de compra per capita estimado pelo INE para 1993 e 1995 ⁴³, mostra que os valores médios do Alentejo situaram-se a um nível equivalente a pouco mais de 2/3 do valor médio nacional. Face a um índice nacional médio de 100,0 em ambas as datas, a região apresentou valores de 69,1 em 1993 e de 69,3 em 1995.

Noutro domínio, se o índice de residência em alojamentos familiares não clássicos não é significativo na região ⁴⁴, o mesmo já não se poderá dizer das

⁴³ O índice de poder de compra resulta da análise multivariada de um conjunto de indicadores económico-sociais e reflecte os diferenciais inter-regionais do poder de compra, na óptica do consumo. Neste índice, o país assume o valor médio de 100,0.

⁴⁴ Esta categoria habitacional, em que os Recenseamentos de População de 1981 e 1991 incluem barracas, casas rudimentares de madeira, improvisadas, móveis, entre outros alojamentos de igual natureza, tem uma expressão bastante mais reduzida na região do que na globalidade

carências infra-estruturais que o seu parque habitacional ainda apresenta. Com efeito, em 1981 e em 1991, as proporções regionais de população residente em alojamentos familiares servidos por sistemas de esgotos, de água canalizada, de banho ou duche e de electricidade eram inferiores às respectivas proporções médias nacionais. Os maiores diferenciais diziam respeito aos graus de cobertura regional e nacional dos sistemas de esgotos e de banho ou duche, com cerca de ¼ da população regional ainda não servida nos seus alojamentos por este tipo de instalações, em 1991 (quadro 22). Tendo em consideração que se trata aqui da satisfação de necessidades básicas (de 1ª linha), a eliminação das carências que a região ainda apresenta neste domínio não pode deixar de ser prioritária.

Quadro 21
Receitas Líquidas e Despesas Anuais Médias dos Agregados Familiares
no Continente e no Alentejo
em 1989/90

Nuts I e II	Receitas	Despesas
	1989/90	
	Escudos	
Continente	1 277 864	1 323 194
Alentejo	992 868	990 788

Fonte: INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 1989/90.

Quadro 22
População Residente segundo as Condições dos Alojamentos em Portugal e no Alentejo
em 1981 e 1991

Infra-estruturas da Habitação	Portugal		Alentejo	
	1981	1991	1981	1991
	%			
Água Canalizada	72,7	87,3	62,6	84,4
Retrete com Água	59,9	82,5	41,4	74,1
Banho ou Duche	59,2	83,5	41,8	75,0
Electricidade	91,0	98,1	77,9	94,5

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981 e 1991.

do país. Em 1981, por cada 1000 residentes na região, cerca de 5,7 indivíduos habitavam em alojamentos daquele tipo; no país, em igual data, esse valor ascendia a cerca de 12,8 indivíduos. De 1981 para 1991, esses valores passaram para 3,6 pessoas na região e para 9,6 pessoas no país, revelando uma diminuição mais acentuada no primeiro caso.

Relativamente às áreas da saúde e segurança social e da educação e cultura, ressalta a ideia de que os equipamentos e os serviços assistenciais e culturais localizados no Alentejo não cobrem, adequadamente, o território regional. Em 1995, cada farmácia e cada posto de medicamentos localizados na região serviam, em média, uma área física de aproximadamente 162,2 e 316,8 kms², respectivamente, contra 36,4 e 277,7 kms² na globalidade do país. O mesmo rácio aplicado aos centros de actividades de tempos livres da Segurança Social cifrava-se, em 1994, em cerca de 420,8 kms² por centro na região e em 81,4 kms² no país. No domínio da educação, as taxas de cobertura regionais eram relativamente semelhantes. Ao nível da educação pré-escolar, em 1994/95, existia um estabelecimento por cada 75,6 kms² na região e um estabelecimento por cada 20,0 kms² na média nacional. No conjunto dos ensinos básico e secundário estes valores cifravam-se, na mesma data, em 29,4 e 6,7 kms² por escola, respectivamente (quadro 23).

Quadro 23
Taxa de Cobertura de Equipamentos de Saúde, Segurança Social e Educação no Continente e no Alentejo em 1994 e 1995

Nuts I e II	Centros de Saúde	Farmá- cias	Postos de Medicamentos	Lares	Centros de Dia	Centros Activ. Tempos Livres	Escolas	
							Pré-Escolar	Bás./Sec.
	1995	1995	1995	1994	1994	1994	1994/95	1994/95
Km ² / Equipamento								
Portugal	240,0	36,4	277,7	107,9	98,3	81,4	20,0	6,7
Alentejo	573,0	162,2	316,8	254,1	234,2	420,8	75,6	29,4

Fonte: INE, *Estatísticas da Saúde*, 1995; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Ministério da Educação.

Noutra óptica, mas com resultados semelhantes aos anteriores, a capitação de alguns serviços ou equipamentos de saúde e de cultura reforça o retrato das carências que a região denota nestes domínios. Na saúde, por exemplo, os números de médicos e de camas hospitalares por 10000 habitantes eram, em 1994/95, de 12,8 e 33,7, respectivamente, na região, e de 29,5 e 43,7 no país. Na cultura, a capitação do número de sessões de espectáculos públicos, reportada àquele biénio, cifrava-se em cerca de 5,9 espectáculos por 1000 habitantes na região e aproximadamente 14,2 espectáculos no país.

Ainda no domínio da cultura, a tiragem anual de publicações periódicas por 100 habitantes, em 1994/95, foi de 499,0 no primeiro caso e de 4900,7 no segundo (quadro 24).

Quadro 24
Indicadores de Saúde e de Cultura em Portugal e no Alentejo
para 1992/93 e 1994/95

Nuts I e II	Médicos Residentes por 10000 hab.		Camas Hospitalares por 10000 hab.		Sessões de Esp. Públicos por 1000 hab.	Tiragem Anual de Publ. Periód. por 100 hab.
	1992/93	1994/95	1992/93	1994/95	1994/95	
Portugal	29,1	29,5	42,0	43,7	14,2	4 900,7
Alentejo	12,2	12,8	35,0	33,7	5,9	499,0

Fonte: INE, *Estatísticas da Saúde*, 1992 a 1995; *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, 1994 e 1995.

Estes são apenas alguns exemplos. Na generalização destes diferenciais reside o principal problema. Sem se esgotar a informação estatística disponível, cremos que o retrato efectuado sobre as principais características demográficas, económicas e sociais da região Alentejo é elucidativo.

Naturalmente que os principais estrangulamentos e carências regionais não se apresentam da mesma forma e sob a mesma medida em todo o território regional. Numa região onde cabe quase 1/3 do território nacional, tal resultado seria impensável. A análise multivariada de um conjunto significativamente grande de indicadores estatísticos, desagregados ao nível concelhio, porá em evidência, no capítulo seguinte, o tipo e a localização das características demográficas, económicas e sociais mais importantes do Alentejo, num plano infra-regional.

Capítulo 4

Homogeneidades e Assimetrias Concelhias no Alentejo

4.1. Introdução

Neste capítulo procede-se a uma definição e caracterização de zonas concelhias económica e socialmente homogéneas na NUTS II do Alentejo. Os resultados do tratamento estatístico aqui efectuado têm por base a análise multivariada de uma bateria inicial de 206 indicadores, que apresentamos em anexo (apêndice 1) ⁴⁵. Esses resultados são sistematizados, neste capítulo, em três fases.

Numa primeira fase - componentes principais de caracterização concelhia - seleccionam-se as variáveis que mais contribuem para a diferenciação concelhia e nomeam-se os vectores temáticos (ou componentes principais) mais importantes em que essas variáveis se constituem.

Na segunda fase - scores concelhios nas componentes principais - afere-se a posição relativa de cada concelho em cada uma das componentes principais encontradas na fase anterior.

A terceira fase - clusters concelhios - consiste na agregação dos concelhos em grupos económica e socialmente homogéneos e respectiva caracterização, a partir dos scores calculados anteriormente.

⁴⁵ A leitura das variáveis que aparecem desagregadas por ramos de actividade económica no apêndice 1 pode ser complementada com a consulta do apêndice 2, onde listamos esses ramos.

4.2. Componentes Principais de Caracterização Concelhia

A selecção das variáveis que mais contribuem para a diferenciação concelhia e a caracterização dos vectores temáticos em que essas variáveis se constituem foi conseguida com recurso à *análise factorial por componentes principais*, segundo o método *varimax* ⁴⁶.

Desta aplicação, extrairam-se 35 componentes principais com valor-próprio superior à unidade, responsáveis, no conjunto, pela explicação de aproximadamente 96,7% da variância total dos dados de base ⁴⁷. A análise das contribuições individuais destas 35 componentes para a explicação do modelo global e dos coeficientes de correlação (loadings) entre as variáveis e as componentes, levou-nos a reter as nove primeiras. Estas nove primeiras componentes principais explicam cerca de 63,2% da inércia total dos dados, o que, tendo em conta o grande número inicial de indicadores sobre os quais recaiu a análise factorial, pode ser considerado um resultado satisfatório ⁴⁸ (quadro 25).

⁴⁶ A aplicação do método *varimax* nesta fase, justifica-se pela necessidade de se forçar a localização das maiores contribuições das variáveis num número reduzido de (preferencialmente numa) componentes principais ou factores.

⁴⁷ Um valor-próprio de uma componente principal superior à unidade significa uma explicação do modelo global superior à de cada variável. Considerando que as componentes principais se constituem em súmulas explicativas e representativas do complexo inicial de indicadores, são as componentes com valor-próprio daquela importância que, normalmente, se começam por isolar.

⁴⁸ Como já referimos no capítulo da metodologia, quando se parte de um modelo de grande dimensão, é normal obter-se uma relativa dispersão da explicação da variância global dos dados por um significativo número de factores. Daí que o esforço de síntese que se impõe à caracterização do modelo nos leve à selecção dos mais importantes. Nesta selecção importa ter em consideração não apenas o contributo estatístico de cada factor na explicação do modelo, optando-se pelos de maior contributo, mas também o significado das variáveis mais importantes (com loadings maiores) no contexto temático de cada factor, seleccionando-se, primordialmente, os factores com um significado claro e que sejam formados por um número não muito reduzido de variáveis.

Quadro 25
Componentes Principais. Variância Explicada

Componentes Principais	Valores-Próprios	Variância Explicada	
		%	% Acum.
1	43,58773	21,2	21,2
2	16,69681	8,1	29,3
3	15,00147	7,3	36,5
4	13,57733	6,6	43,1
5	10,92941	5,3	48,4
6	9,00862	4,4	52,8
7	8,22380	4,0	56,8
8	7,04729	3,4	60,2
9	6,20106	3,0	63,2
10	5,63687	2,7	66,0
11	5,27200	2,6	68,5
12	4,82586	2,3	70,9
13	4,67806	2,3	73,1
14	4,08312	2,0	75,1
15	3,58421	1,7	76,9
16	3,35622	1,6	78,5
17	3,31491	1,6	80,1
18	3,05275	1,5	81,6
19	2,91592	1,4	83,0
20	2,77624	1,3	84,4
21	2,58608	1,3	85,6
22	2,42735	1,2	86,8
23	2,24558	1,1	87,9
24	2,11026	1,0	88,9
25	2,00470	1,0	89,9
26	1,85490	0,9	90,8
27	1,70636	0,8	91,6
28	1,67608	0,8	92,4
29	1,53501	0,7	93,2
30	1,46384	0,7	93,9
31	1,33830	0,6	94,5
32	1,20222	0,6	95,1
33	1,10622	0,5	95,6
34	1,09610	0,5	96,2
35	1,01310	0,5	96,7
.....			

A primeira componente principal, que explica cerca de 21,2% da variância global dos dados, constitui-se, por um número relativamente grande de indicadores, que traduzem, no essencial, uma **excelência concelhia** da região. São variáveis que retratam elevados níveis de estratificação social, seja pela instrução escolar, seja pela profissão, seja pelo poder de compra, grandes índices concelhios de povoamento, actividade económica predominantemente terciária e alto grau de dotação de equipamentos e serviços de saúde, educação e cultura. No quadro 26 apresentam-se as variáveis que nesta componente registaram loadings não inferiores a 0,40 (por ordem decrescente ⁴⁹).

Quadro 26
Componente Principal 1. Excelência Concelhia
Variáveis e Loadings

CD04	0,92113	% população residente com instrução do ensino médio/superior 1991
B067	0,90817	% população residente empregada com instrução do ensino médio/superior 1991
A08	0,88574	% população residente em lugares com 10000+ habitantes 1991
B065	- 0,88465	% população residente empregada com instrução primária/ciclo preparatório 1991
CD06	0,87237	% pop. resid. com activ. económ. - grupo directores, dirigentes, quadros superiores 1991
CC08	0,86066	Nº. professores do ensino superior por 1000 hab. 1993/94
CB05	0,84065	Nº. médicos especialistas por 1000 hab. 1991-94
CC03	0,83626	Nº. escolas do 3º ciclo do ensino básico e do secundário 1993/94
B066	0,82510	% população residente empregada com instrução do secundário unificado/complementar 1991
A03	0,82307	% concelhia da população residente na região 1992
CC10	0,81137	Bibliotecas 1994
CD03	0,80931	% população residente com instrução do secundário unificado/complementar 1991
CB01	0,80149	Nº hospitais gerais (públicos e particulares) 1994
CC07	0,79995	Nº. escolas do ensino superior 1993/94
CD07	0,79693	% pop. resid. com activ. económ. - grupo quadros intermédios 1991
B040	0,77270	% de pop. residente empregada na cae 8 1991
CB03	0,76850	Nº farmácias e postos de medicamentos 1991-94
CD09	0,75894	% pop. resid. com activ. económ. - grupo empreg. administrativos 1991
B049	0,75702	% de empresas da cae 8 1991-94
CB04	0,74107	Nº. médicos de clínica geral por 1000 hab. 1991-94
CD26	0,73679	Índice de poder de compra 1993
B074	0,73512	% população residente sem actividade económica - estudante 1991
CD25	0,68348	IA por 1000 hab. 1993
CC09	0,64539	Tiragem total anual de imprensa periódica por hab. 1994
B033	- 0,63911	% de pop. residente empregada na cae 1 1991

⁴⁹ Nesta exposição os loadings são apresentados, componente a componente, por ordem decrescente. No apêndice 3 apresentamo-los, num mesmo quadro, por ordem de entrada das variáveis na matriz inicial de dados.

CD02	-	0,62993	% população residente com instrução primária/preparatória 1991
CE03		0,60684	% emprego feminino em relação à % emprego masculino 1991
B050		0,60282	% de empresas da cae 9 1991-94
A21		0,59294	% população residente divorciada/separada 1991
CD01	-	0,58950	% população residente sem instrução formal 1991
CD19		0,57233	Consumo doméstico de electricidade por consumidor 1991-94
B038		0,57010	% de pop. residente empregada na cae 3 1991
CD18		0,54061	Depósitos bancários por hab 1994
CD11	-	0,54027	% pop. resid. com activ. económ. - grupo trabalhadores agrícolas 1991
B041		0,52847	% de pop. residente empregada na cae 9 1991
B064	-	0,52446	% população residente empregada sem instrução formal 1991
CC06		0,51420	Nº. professores do 3º ciclo do ensino básico e do secundário por 1000 hab. 1993/94
A32		0,51361	Taxa de divórcio geral 1991-94
B079		0,50677	% população residente empregada com 15 a 34 horas de trabalho semanal 1991
A04		0,50348	Densidade populacional 1991
CB02		0,49826	Nº extensões de centros de saúde 1993-94
B013		0,49304	Crédito bancário concedido por hab 1994
B060	-	0,48211	% de população residente empregada com -20 anos 1991
CC02		0,48119	Nº. escolas dos 1º e 2º ciclos do ensino básico 1993/94
B070		0,47733	% população residente empregada - trabalhador por conta de outrém 1991
B015	-	0,47361	FEF por hab 1991-93
B092	-	0,46453	Pessoal de execução não qualificado por 100 indivíduos de pessoal de execução qualificado 1991
B068		0,46425	% população residente empregada - patrão 1991
CC01		0,46368	Nº. escolas do ensino pré-escolar 1993/94
B042	-	0,45552	% de empresas da cae 1 1991-94
B001		0,45512	Nº de estabelecimentos por 1000 hab. 1991-93
CB07	-	0,43744	Nº. consultas de clínica geral nos centros de saúde por 100 hab. 1992-94
B081	-	0,43416	% população residente empregada com 45+ horas de trabalho semanal 1991
B005		0,43066	População residente empregada por 1000 hab. 1991 (com 12+ anos)
A06	-	0,41997	% população residente em lugares com -2000 habitantes 1991

A segunda componente principal, que explica aproximadamente 8,1% da variância dos dados, constitui-se, principalmente, por indicadores de **vitalidade demográfica natural e actividade económica**. As variáveis com maiores coeficientes de correlação nesta componente indiciam uma baixa propensão concelhia para a mortalidade e para a existência de camadas populacionais de idade avançada (por rarefacção de idosos, de viúvos, de reformados e de pensionistas), e, simultaneamente, uma grande representatividade de população empregada, contrastando com um diminuto peso de inactivos por maioridade etária (quadro 27).

Quadro 27
Componente Principal 2. Vitalidade Demográfica Natural e Actividade Económica
Variáveis e Loadings

A33	-	0,84578	Taxa bruta de mortalidade 1991-94
A20	-	0,80087	% população residente viúva 1991
A12	-	0,79001	% população residente 65+ anos 1991
B007	-	0,78890	Taxa de inactividade económica 1991
B076	-	0,76806	% população residente sem actividade económica - reformada 1991
A24		0,76793	Taxa de crescimento demográfico natural 1981-1991
CD14	-	0,74285	% população residente a viver de pensões / apoio social 1991
CD12		0,72520	% população residente a viver do trabalho 1991
B005		0,71489	População residente empregada por 1000 hab. 1991
B025	-	0,66656	% do pessoal ao serviço em empresas com 1-9 trabalhadores 1991-94
B070		0,65306	% população residente empregada - trabalhador por conta de outrém 1991
CD19		0,63451	Consumo doméstico de electricidade por consumidor 1991-94
B015	-	0,59625	FEF por hab 1991-93
A09		0,59336	% população residente 0-14 anos 1991
B035		0,57972	% de pop. residente empregada na cae 3 1991
CE07	-	0,56158	Remuneração base média mensal do emprego feminina em relação à do emprego masculina 1991-94
CB11	-	0,54358	Cap. máxima lares de idosos e internatos para crianças/jovens por 1000 hab. c/ 0-14 e 65+ anos 1994
B004		0,53763	IRC por 1000 hab. 1993
CE04		0,52705	% trabalhadores não qualificados fem. em relação à % de trabalhadores não qualif. masc. 1991
CD22		0,52665	IVA por 1000 hab. 1993
B106		0,52330	% gado suíno em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B029	-	0,50269	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 1-49999 contos 1991-94
A16		0,48763	Variação percentual da população residente 65+ anos 1981/91
B021		0,48290	Nº de empresas constituídas em 1991-93 por 1000 hab
A04		0,46624	Densidade populacional 1991
CD01	-	0,46392	% população residente sem instrução formal 1991
CD26		0,46226	Índice de poder de compra 1993
B041	-	0,46011	% de pop. residente empregada na cae 9 1991
CD23		0,45365	SISA por 1000 hab. 1993
B063	-	0,45271	% de população residente empregada com 65+ anos 1991
B085		0,44920	Índice de produtividade empresarial na cae 3 1991-94
B104	-	0,44154	% gado ovino em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B080		0,42941	% população residente empregada com 35 a 44 horas de trabalho semanal 1991
B028		0,41899	% do pessoal ao serviço em empresas com 50+ trabalhadores 1991-94
A06	-	0,41614	% população residente em lugares com <2000 habitantes 1991
A23		0,41166	Taxa de crescimento demográfico efectivo 1981-1991
B032		0,40727	% do vol. de neg. em empresas com vol. Neg. de 500000+ contos 1991-94
B053		0,40375	% de volume de negócios na cae 3 1991-94

A terceira componente principal, responsável pela explicação de cerca de 7,3% da inércia dos dados, isola, basicamente, os concelhos caracterizados por uma boa dotação de **infra-estruturas da habitação**. Neste caso, coexistem como indicadores mais sintomáticos os que se relacionam com a proporção de população residente em alojamentos dotados de sistemas de água canalizada e de electricidade, de instalações sanitárias e de banho ou duche. Certamente associados a este bloco de indicadores, encontramos ainda com significativa pertinência para a construção desta componente principal indicadores que nos remetem para realidades concelhias caracterizadas por baixos valores de área física e de população residente isolada ⁵⁰ (quadro 28).

Quadro 28
Componente Principal 3. Infra-estruturas da Habitação
Variáveis e Loadings

CA01	0,80236	% de pop. resid. em alojamentos familiares com sistema de abastecim. de água canalizada 1991
CA04	0,77339	% de pop. resid. em alojamentos familiares com instalação de electricidade 1991
CC02	0,69055	Nº. escolas dos 1º e 2º ciclos do ensino básico 1993/94
A01	0,68931	Área do concelho 1993
CA03	0,67664	% de pop. Resid. em alojamentos familiares com instalações sanitárias 1991
A19	0,64940	% população residente casada de facto 1991
A05	0,64198	% população residente isolada 1991
B037	0,61936	% de pop. Residente empregada na cae 5 1991
CA02	0,61729	% de pop. Resid. em alojamentos familiares com instalação de banho ou duche 1991
A18	0,59790	% população residente casada legalmente 1991
A28	0,55364	% nados-vivos fora do casamento 1991-94
B069	0,54790	% população residente empregada - trabalhador por conta própria 1991
B044	0,53645	% de empresas da cae 3 1991-94
CD08	0,53328	% pop. resid. Com activ. económ. - grupo trabalhadores independentes 1991
B050	0,48998	% de empresas da cae 9 1991-94
B064	0,48761	% população residente empregada sem instrução formal 1991
B099	0,48606	% sau com dimensão económica de 0-4 UDE 1989
A34	0,48332	Taxa de crescimento demográfico migratório 1981-1991
A30	0,47679	idade média no 1º casamento 1991
B112	0,44367	% área de olival em relação à superfície agrícola total 1989
CA07	0,43087	% de extensão de estradas, caminhos e vias municipais pavimentadas 1992
B035	0,43053	% de pop. Residente empregada na cae 3 1991
B042	0,42437	% de empresas da cae 1 1991-94
A23	0,42041	Taxa de crescimento demográfico efectivo 1981-1991
CB02	0,40167	Nº extensões de centros de saúde 1993-94

⁵⁰ Entenda-se por população isolada aquela que, segundo o Recenseamento Geral da População de 1991, reside em aglomerados populacionais com menos de 10 alojamentos ou em alojamentos dispersos não integrados em aglomerados populacionais (lugares).

O denominador comum da quarta componente principal, que explica aproximadamente 6,6% da variância do modelo inicial, é a dimensão económica da **indústria transformadora**. Entre as contribuições mais significativas para a construção desta componente são de registar os indicadores relativos às captações do valor bruto da produção, do valor acrescentado bruto e da formação bruta de capital fixo da indústria transformadora, do consumo de combustíveis, do consumo industrial de água e de electricidade e, ainda, uma série de rácios directamente relacionados com aquela actividade industrial (quadro 29).

Quadro 29
Componente Principal 4. Indústria Transformadora
Variáveis e Loadings

B008	0,93173	VBP da indústria transformadora por hab. 1986-89
B012	0,93157	Consumo de combustíveis por 1000 hab. 1994
B009	0,92642	VAB da indústria transformadora por hab. 1986-89
B054	0,92468	% de volume de negócios na cae 4 1991-94
B010	0,76689	Consumo industrial de água por 1000 hab. 1989/93
B024	0,72779	Formação bruta de capital fixo na indústria transformadora por hab 1986-89
B023	0,64615	Volume de negócios em 1993 das empresas criadas em 1991-93 por 1000 hab
B014	0,62414	FEDER por hab 1986-93
CD24	0,58309	Contrib. Autárquica por 1000 hab. 1993
B036	0,58081	% de pop. residente empregada na cae 4 1991
B011	0,57124	Consumo industrial de electricidade por 1000 hab. 1991-94
B057	0,53943	% de volume de negócios na cae 7 1991-94
CD17	0,53172	Remuneração base média mensal dos tpcos 1991-93
B085	0,51463	Índice de produtividade empresarial na cae 3 1991-94
B004	0,49767	IRC por 1000 hab. 1993
B089	0,49628	Índice de produtiv. empres. na cae 7 1991-94
CD22	0,49186	IVA por 1000 hab. 1993
A37	0,41559	Índice de atracção populacional inter-concelhia 1985/91

A quinta componente principal, cuja contribuição para a explicação dos dados de origem cifra-se em cerca de 5,3%, aproxima-se da anterior, mas distingue-se dela por retratar, basicamente, a dimensão económica da **indústria extractiva**. Neste caso, são particularmente importantes indicadores como as percentagens do volume de negócios, da população empregada e o índice de produtividade da indústria extractiva, o consumo industrial de electricidade, o

emprego e o volume de negócios em empresas de grande dimensão, entre outros (quadro 30).

Quadro 30
Componente Principal 5. Indústria Extractiva
Variáveis e Loadings

B052	0,87767	% de volume de negócios na cae 2 1991-94
CD21	0,82270	IRS por 1000 hab. 1993
B011	0,71964	Consumo industrial de electricidade por 1000 hab. 1991-94
B084	0,71596	Índice de produtividade empresarial na cae 2 1991-94
B003	0,67403	Volume de negócios empresariais por hab. 1991-94
CD17	0,66115	Remuneração base média mensal dos tpcos 1991-93
B014	0,65401	FEDER por hab 1986-93
B019	0,64686	Superfície dos pavimentos de edifícios concluídos para habitação por 1000 hab 1990-93
B020	0,62476	Superfície dos pavimentos de edifícios concluídos para actividade económica por 1000 hab 1990-93
B082	0,60221	Índice de produtividade empresarial 1991-94
B034	0,57393	% de pop. residente empregada na cae 2 1991
B028	0,57308	% do pessoal ao serviço em empresas com 50+ trabalhadores 1991-94
A34	0,52713	Taxa de crescimento demográfico migratório 1981-1991
A37	0,49992	Índice de atracção populacional inter-concelhia 1985/91
B032	0,46894	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 500000+ contos 1991-94
A23	0,46197	Taxa de crescimento demográfico efectivo 1981-1991
B056	- 0,45610	% de volume de negócios na cae 6 1991-94
CD10	0,43899	% pop. resid. com activ. económ. - grupo operários industriais 1991
B062	- 0,43366	% de população residente empregada com 40-64 anos 1991
B092	- 0,42982	Pessoal de execução não qualificado por 100 indivíduos de pessoal de execução qualificado 1991
B033	- 0,41975	% de pop. residente empregada na cae 1 1991
B096	0,41921	Superfície média das explorações agrícolas 1989
B029	- 0,41555	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 1-49999 contos 1991-94
CD15	0,40791	% população residente a viver de rendimentos de propriedade 1991
CD11	- 0,40638	% pop. resid. com activ. económ. - grupo trabalhadores agrícolas 1991

A sexta componente principal evidencia a **actividade agrícola** da região e contribui com cerca de 4,4% para a explicação do modelo original. Neste caso, aparecem com grande significado os indicadores relacionados com a superfície das explorações agrícolas, com as culturas, actividade pecuária, volume de negócios e emprego a elas inerentes. Sintomático é também a oposição que esta componente principal produz entre a actividade agrícola, predominante, e a reduzida importância de alguns indicadores relacionados com as vias de

comunicação, indústria transformadora e categoria socio-profissional de domésticas (quadro 31).

Quadro 31
Componente Principal 6. Agricultura
Variáveis e Loadings

B105	-	0,73298	% gado caprino em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B107	-	0,64113	% gado equídeo em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B100	-	0,64030	% sau com dimensão económica de 4-16 UDE 1989
CA06	-	0,62881	Extensão de estradas, caminhos e vias municipais por 100 km2 1992
B102	-	0,62495	% sau com dimensão económica de 40+ UDE 1989
B108	-	0,62342	% área de cereais para grão em relação à superfície agrícola total 1989
B099	-	0,62148	% sau com dimensão económica de 0-4 UDE 1989
B111	-	0,56855	% área de girassol em relação à superfície agrícola total 1989
B051	-	0,56128	% de volume de negócios na cae 1 1991-94
B053	-	0,55456	% de volume de negócios na cae 3 1991-94
B096	-	0,53476	Superfície média das explorações agrícolas 1989
B114	-	0,52638	% área de pastagens permanentes em relação à superfície agrícola total 1989
B073	-	0,50019	% população residente desempregada - procura novo emprego 1991
B104	-	0,48060	% gado ovino em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B075	-	0,47983	% população residente sem actividade económica - doméstica 1991
A29	-	0,47554	Taxa de nupcialidade geral 1991-94
CD11	-	0,47362	% pop. resid. com activ. económ. - grupo trabalhadores agrícolas 1991
CD13	-	0,44799	% população residente a viver de subsídio de desemprego 1991
B097	-	0,41226	% sau em relação à superfície agrícola total 1989

Na sétima componente principal que é responsável por cerca de 4,0% da explicação dos dados, predominam como mais significativas as variáveis relacionadas com o **desemprego e baixa qualificação profissional**. Os loadings mais altos destacam, entre outras, as situações de população residente que vive de rendimentos da família, elevada taxa de desemprego (e, em particular, muita procura de primeiro emprego) e grande proporção de operários industriais não qualificados. Para além disso, esta componente localiza alguns problemas do desemprego feminino ao destacar níveis de instrução escolar das mulheres mais favoráveis do que os dos homens e, paralelamente, uma menor proporção de emprego feminino face ao masculino, uma grande percentagem de domésticas e uma idade média no primeiro casamento tendencialmente elevada (quadro 32).

Quadro 32
Componente Principal 7. Desemprego e Baixa Qualificação Profissional
Variáveis e Loadings

CD16	0,77299	% população residente a viver da família 1991
CE05	0,70190	% quadros superiores femininos em relação à % quadros superiores masculinos 1991
B006	0,68798	Taxa de desemprego registado Dez. 1994 -95
B094	0,67453	Operários industriais não qualificados por 100 operários industriais qualificados 1991
B072	0,59805	% população residente desempregada - procura 1º emprego 1991
CE03	- 0,57662	% emprego feminino em relação à % emprego masculino 1991
B047	0,52812	% de empresas da cae 6 1991-94
B075	0,52603	% população residente sem actividade económica - doméstica 1991
CE02	0,49822	% escolarização superior feminina em relação à % escolarização superior masculina 1991
B061	0,48379	% de população residente empregada com 20-39 anos 1991
A30	0,47452	Idade média no 1º casamento 1991
CC06	0,46760	Nº. professores do 3º ciclo do ensino básico e do secundário por 1000 hab. 1993/94
CC05	0,43770	Nº. professores dos 1º e 2º ciclos do ensino básico por 1000 hab. 1993/94
A17	0,43432	% população residente solteira 1991
B091	0,42819	Índice de produtividade empresarial na cae 9 1991-94
B030	- 0,41644	% do vol. De neg. em empresas com vol. Neg. de 50000-249999 contos 1991-94
CE04	- 0,41306	% trabalhadores não qualificados fem. Em relação à % de trabalhadores não qualif. Masc. 1991

A oitava componente principal explica, aproximadamente, 3,4% da inércia total dos dados e destaca um conjunto de indicadores cujo significado global não é imediatamente perceptível. Em todo o caso, é visível que aparece aqui majorada a importância, entre outros fenómenos, da capacidade de alojamento e da ocupação efectiva de estabelecimentos hoteleiros, e, ainda, as captações de sisa e de contribuição autárquica. Para além disso, realçam-se alguns outros indicadores como o número de empresas sediadas e as proporções de população residente casada de facto (não legalmente) e divorciada ou separada, os quais indiciam uma significativa mobilidade empresarial e demográfica, a que certamente não será alheia a componente turística (quadro 33). Por estas razões, associamos esta componente ao **turismo e habitação**.

Quadro 33
Componente Principal 8. Turismo e Habitação
Variáveis e Loadings

B116	0,80885	Capacidade de alojamento de estabelecimentos hoteleiros por 1000 hab. 1993-94
B045	0,76782	% de empresas da cae 4 1991-94
B117	0,75190	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 1000 hab. 1993-94

B086	0,73472	Índice de produtividade empresarial na cae 4 1991-94
B097	0,71382	% sau em relação à superfície agrícola total 1989
B115	0,65788	% área de matas e florestas sem culturas sob-coberto em relação à superfície agrícola total 1989
CD23	0,55540	SISA por 1000 hab. 1993
CD24	0,54377	Contrib. Autárquica por 1000 hab. 1993
B002	0,49453	Nº de empresas sediadas por 1000 hab. 1991-94
A19	0,48812	% população residente casada de facto 1991
CD05	0,48416	% pop. resid. com activ. económ. - grupo empresários/pequenos patrões 1991
A21	0,46536	% população residente divorciada/separada 1991
B021	0,41248	Nº de empresas constituídas em 1991-93 por 1000 hab
CD15	0,40534	% população residente a viver de rendimentos de propriedade 1991
B055	0,40218	% de volume de negócios na cae 5 1991-94

Finalmente, a última componente principal retida para futura análise explica cerca de 3,0% da variância total dos dados originais e atribui um significado particular à *família*. Pelo menos é assim que entendemos os maiores coeficientes de correlação desta componente com as variáveis relacionadas com a fecundidade (geral e legítima), com a nupcialidade e com a idade média na maternidade (as primeiras altas, esta última baixa). Nesse sentido, os elevados registos de consumo doméstico de água e de pessoal docente da educação pré-escolar parecem indiciar situações de extensão média familiar superior ao normal na região. Para além disso, a importância de um fenómeno pouco frequente na região como o da residência em alojamentos rudimentares, aqui destacada, parece-nos mais uma achega ao sentido global que atribuímos a esta componente principal ⁵¹ (quadro 34).

Quadro 34
Componente Principal 9. Família
Variáveis e Loadings

A25	0,73932	Taxa de fecundidade geral 1991-94
A26	0,67427	Taxa de fecundidade legítima 1991-94
CD20	0,64877	Consumo doméstico de água por 1000 hab 1993
B022	0,60763	Pessoas ao serviço em 1993 das empresas criadas em 1991-93 por 1000 hab.
B103	0,48566	% gado bovino em relação ao total de efectivos pecuários 1989
CA05	0,47913	% de pop. resid. em barracas em relação ao total de pop. resid. em alojamentos familiares 1991
CC04	0,47794	Nº. professores do ensino pré-escolar por 1000 hab. 1993/94
B023	0,47493	Volume de negócios em 1993 das empresas criadas em 1991-93 por 1000 hab

⁵¹ O maior índice de residência em alojamentos do tipo barracas, improvisados e móveis parece relacionar-se aqui com a presença de famílias de maior dimensão.

A29	0,45383	Taxa de nupcialidade geral 1991-94
A31	- 0,45226	Idade média na maternidade 1993-94
CA07	0,43334	% de extensão de estradas, caminhos e vias municipais pavimentadas 1992
CB10	- 0,41405	Capacidade máxima de creches/jardins de infância por 1000 hab. com 0-5 anos 1994
B109	- 0,40994	% área de culturas forrageiras em relação à superfície agrícola total 1989
B063	0,40378	% de população residente empregada com 65+ anos 1991
B039	- 0,40093	% de pop. residente empregada na cae 7 1991

4.3. Scores Concelhios nas Componentes Principais

Depois de analisados os principais indicadores das nove primeiras componentes e o significado global que aqueles lhes atribuem, passamos para a análise da relação entre estas componentes principais e os concelhos. Desta análise resulta a posição relativa de cada concelho face ao fenómeno que cada componente identifica, quantificada pelos scores concelhios em cada uma delas.

Para o cálculo destes scores concelhios começamos por fazer uma selecção das variáveis mais importantes em cada componente principal. Como critérios para aferir dessa maior importância atendemos não só ao coeficiente de correlação entre os eixos factoriais e as variáveis, mas também ao significado de cada variável no sentido global da respectiva componente. Estabeleceu-se, desta forma, um compromisso entre um critério quantitativo - optando pelas variáveis com maiores loadings (positivos ou negativos) - e, simultaneamente, um critério qualitativo - preferindo as variáveis tematicamente mais enquadradas no contexto significativa da componente. Este último critério introduz alguma dose de subjectividade na selecção dos indicadores; tem, no entanto, na nossa opinião, a vantagem de não cingir aquela selecção a puros resultados de estatística. No apêndice 4 apresentamos os indicadores seleccionados para o cálculo dos scores concelhios em cada uma das nove primeiras componentes principais.

Aos indicadores seleccionados nesta fase aplicamos a análise factorial por componentes principais, sem rotação de eixos, e calculamos os scores concelhios com base em coeficientes de regressão. Sem rotação dos eixos factoriais, uma vez que nesta fase da análise não estava em causa forçar diferenciações de componentes, mas, tão só, quantificar as posições relativas dos concelhos em cada uma das nove componentes já encontradas e caracterizadas ⁵²; com base em coeficientes de regressão, porque essa é uma forma de manter a normalização dos valores, com média igual a zero e desvio-padrão igual à unidade. Os resultados obtidos são os que se apresentam a seguir e que passaremos a analisar, com apoio cartográfico, componente a componente ⁵³.

O ranking concelhio da primeira componente principal (excelência concelhia) - ver quadro 35 e mapa 1 - destaca nas três posições mais favoráveis os concelhos de Évora, Beja e Portalegre. Lembrando as principais variáveis que estão na base desta componente, são estes os concelhos que a análise factorial elege como principais representantes da região em termos de níveis elevados de status social, cultural e profissional, poder de compra, povoamento, terciarização da economia, dotação de equipamentos assistenciais e culturais, etc. Sem se pretender adoptar uma visão redutora da realidade territorial da região, este resultado mais favorável dos concelhos de Évora, Beja e Portalegre não será alheio, certamente, ao facto de aí se localizarem os principais centros

⁵² Desta forma, a aplicação informática correu tantas vezes quantas as componentes principais, de forma individualizada, considerando-se em cada componente apenas as variáveis previamente seleccionadas. Os scores concelhios referem-se ao primeiro factor de cada uma daquelas aplicações individualizadas.

⁵³ No apêndice 5 apresentamos os scores concelhios das nove primeiras componentes principais, num mesmo quadro, por ordem de entrada na matriz inicial de dados. Neste capítulo apresentamos os scores concelhios, componente a componente, por ordem decrescente em cada uma delas. Para apoiar a exposição servimo-nos de quadros, onde indicamos exhaustivamente os valores concelhios, e de mapas, que sistematizam esses valores em classes concelhias. Para a definição do número de classes concelhias, seis em cada mapa, aplicamos a fórmula de Strugges, segundo a qual:

$$C = 1 + (\log n / \log 2), \text{ em que:}$$

C = número de classes a formar;

n = número de concelhos em análise (46, no nosso caso).

Como regra básica para a definição dos limites das classes dividimos a amplitude de cada ranking pelo número de classes adoptado (6), subtraindo esse quociente, de cada vez, aos limites inferiores das classes. Na classificação dos valores das componentes principais 4, 5, 7 e 9, e uma vez que os limites superiores iniciais eram muito elevados, optamos por utilizar o segundo valor mais alto de cada ranking. Na componente principal 8, por razões análogas, utilizamos como limite superior inicial o terceiro valor mais alto. No que se refere à coloração dos mapas, manteve-se sempre a mesma sequência (do verde escuro para o laranja escuro), por ordem decrescente dos valores concelhios.

urbanos da região, com uma dinâmica socio-económica notoriamente acima da imensa ruralidade regional.

Nas posições imediatamente a seguir encontram-se os concelhos de Elvas, Sines e Santiago do Cacém, que, em conjunto com os concelhos anteriormente referidos, constituem o território infra-regional onde a excelência socio-económica é mais notória. Nas posições mais desfavoráveis desta componente principal apresenta-se um número bastante grande de municípios, distribuídos de forma relativamente uniforme pelo território regional. Com estes resultados pode afirmar-se que esta componente principal não desenha uma distribuição da excelência concelhia na região claramente identificável em repartições territoriais do tipo norte-sul ou oeste-este.

Quadro 35
Componente Principal 1
Excelência Concelhia
Scores Concelhios (ordem decrescente)

Evora	3,52421	Avis	-0,32414
Beja	2,88664	Nisa	-0,33177
Portalegre	2,46275	Fronteira	-0,35677
Elvas	1,42921	V. Alentejo	-0,36176
Sines	1,30826	A. Sal	-0,44852
S. Cacem	1,29319	Arraiolos	-0,45076
V. Viçosa	0,88186	Alvito	-0,45332
V. Novas	0,69659	Serpa	-0,47650
Estremoz	0,55965	F. Alentejo	-0,48610
C. Maior	0,27873	Almodovar	-0,49519
C. Vide	0,25131	Redondo	-0,51045
Borba	0,12435	Crato	-0,56799
Montemor	0,07173	Odemira	-0,59045
R. Monsaraz	0,04700	Sousel	-0,68727
P. Sor	0,02756	Mourao	-0,75031
C. Verde	0,01441	Arronches	-0,75458
Grandola	-0,03464	Monforte	-0,76670
Aljustrel	-0,03889	Ourique	-0,79815
A. Chao	-0,09229	Barrancos	-0,82121
Vidigueira	-0,23481	Marvao	-0,86842
Mora	-0,27338	Mertola	-0,90903
Moura	-0,28167	Portel	-1,16995
Cuba	-0,28228	Alandroal	-1,24016

A análise dos scores concelhios da segunda componente principal impõe uma advertência prévia. A não rotação dos eixos fatoriais nesta fase, diferentemente do que havíamos feito anteriormente quando da caracterização das componentes principais (com rotação varimax), inverteu o sentido (sinal) dos loadings das variáveis nesta componente. Daí que o entendimento global desta componente para a análise dos scores concelhios deva ser direccionado não em termos de vitalidade demográfica natural e actividade económica, mas, no seu inverso, em termos de **envelhecimento demográfico e inactividade económica** - ver quadro 36 e mapa 2.

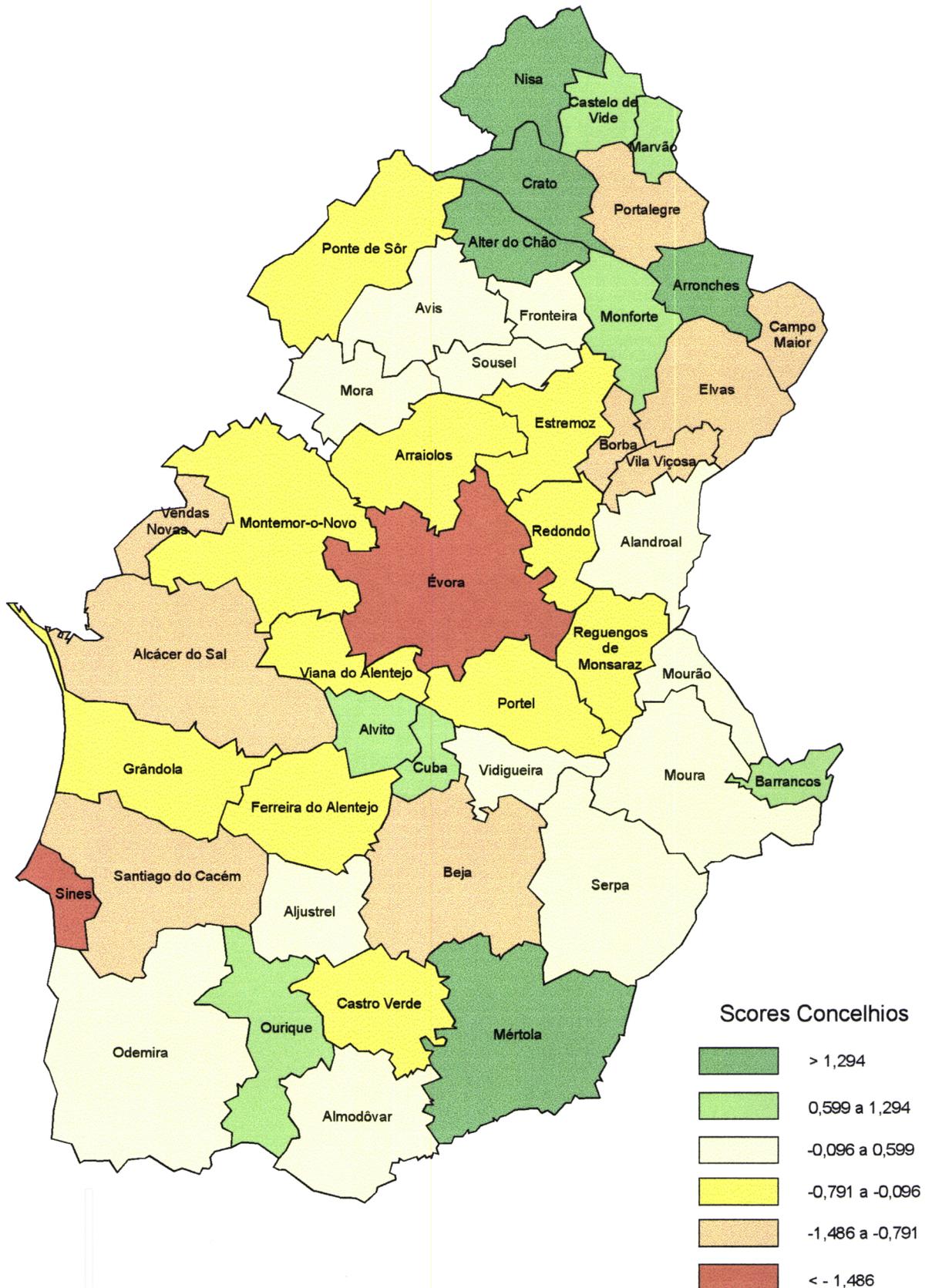
Desta forma, os concelhos de Nisa, Mértola, Crato, Arronches e Alter do Chão, no topo do ranking, ocupam as posições mais desfavoráveis da região. Constitui-se, neste caso, um núcleo concelhio de forte envelhecimento demográfico no topo da pirâmide etária e de inactividade económica (grande proporção de idosos, viúvos, reformados, pensionistas, etc.) no norte da região, no que é acompanhado de perto (também ao norte) pelos municípios de Castelo de Vide, Marvão e Monforte. No sul, o caso particularmente desfavorável de Mértola encontra similitudes geograficamente não contíguas nos concelhos de Ourique, Barrancos, Alvito e Cuba.

Em posição antagónica, Sines e Évora destacam-se pela minoridade de problemas sociais e económicos desta natureza, acompanhados de perto por um grupo de municípios (Vila Viçosa, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal, Portalegre, Vendas Novas, Elvas, Borba, Campo Maior e Beja) relativamente dispersos pelo território regional. Apesar desta dispersão, é visível que a zona central da NUTS Alentejo apresenta, em termos gerais, menores índices de envelhecimento demográfico no topo da estrutura etária e de inactividade económica.

Quadro 36
Componente Principal 2
Envelhecimento Demográfico e Inatividade
Económica
Scores Concelhos (ordem decrescente)

Nisa	1,98933	Odemira	-0,08527
Mertola	1,82673	F. Alentejo	-0,11279
Crato	1,48403	Portel	-0,22380
Arronches	1,46160	V. Alentejo	-0,22890
A. Chao	1,45963	Estremoz	-0,25861
Alvito	1,26923	Redondo	-0,31106
Monforte	1,25225	Arraiolos	-0,33281
Marvao	1,14818	R. Monsaraz	-0,44169
C. Vide	1,03406	Grandola	-0,52924
Barrancos	0,95481	C. Verde	-0,62449
Cuba	0,89376	P. Sor	-0,66457
Ourique	0,87504	Montemor	-0,69155
Sousel	0,59291	Beja	-0,84694
Almodovar	0,52998	C. Maior	-0,91097
Serpa	0,50420	Borba	-1,01671
Vidigueira	0,46605	Elvas	-1,06959
Fronteira	0,44096	V. Novas	-1,10983
Aljustrel	0,20984	Portalegre	-1,23629
Moura	0,08507	A. Sal	-1,25076
Mourao	0,08062	S. Cacem	-1,29233
Mora	0,06373	V. Viçosa	-1,43227
Alandroal	0,01775	Evora	-1,76649
Avis	-0,02121	Sines	-2,18160

Mapa 2
 Componente Principal 2: Envelhecimento Demográfico e
 Inatividade Económica
 Scores Concelhios



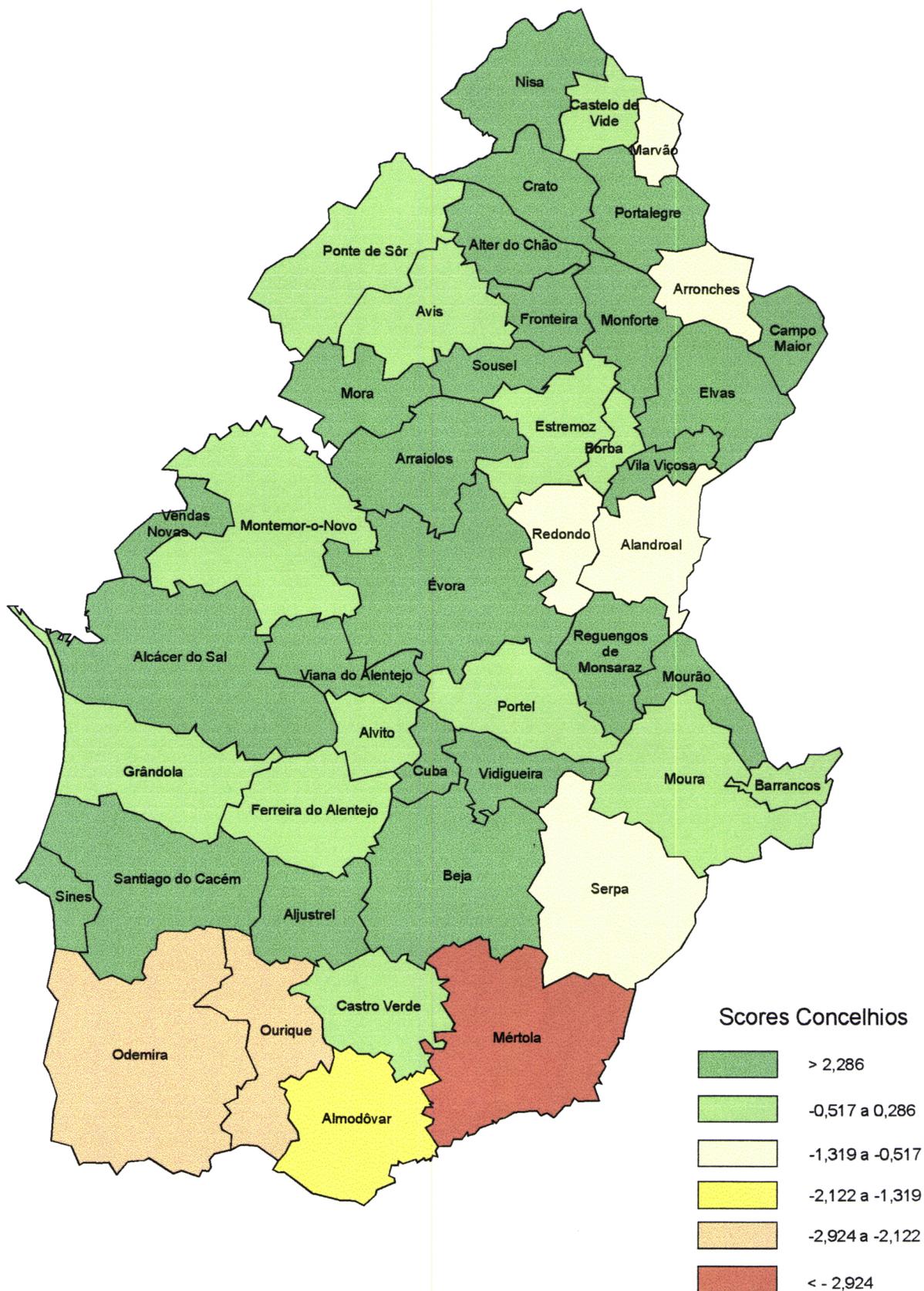
No ranking concelhio da terceira componente principal, traduzida pelo grau de cobertura das infra-estruturas de habitação (sistemas de água canalizada, electricidade, instalações sanitárias e de banho ou duche) - ver quadro 37 e mapa 3 - as situações particularmente deficitárias pertencem aos concelhos de Mértola, Ourique, Odemira e Almodôvar. Parte da explicação para este facto pode residir na área física média destes concelhos, que, acima da média regional, não facilitará a implantação destas infra-estruturas ⁵⁴. Seja como for, todos os outros concelhos da região apresentam índices de dotação mais favoráveis, com algumas reticências impostas pelos casos de Marvão e Arronches, no norte, Redondo e Alandroal, no centro, e Serpa, no sul. Toda a faixa concelhia fronteiriça à região Algarve apresenta-se, desta forma, como um bloco de onde sobressai uma relativa homogeneidade de acentuadas carências infra-estruturais da habitação.

Quadro 37
Componente Principal 3
Infra-estruturas da Habitação
Scores Concelhos (ordem decrescente)

V. Novas	1,08823	S. Cacem	0,31507
Fronteira	1,01717	F. Alentejo	0,28490
Evora	0,97770	Avis	0,25514
A. Chao	0,96454	Alvito	0,21410
Beja	0,86652	P. Sor	0,14747
Sines	0,81414	Barrancos	0,12778
C. Maior	0,78106	Borba	0,11456
Cuba	0,70719	C. Verde	0,08458
Vidigueira	0,69280	Grandola	-0,02901
Nisa	0,65670	C. Vide	-0,15241
Mora	0,64521	Estremoz	-0,23505
V. Alentejo	0,56239	Montemor	-0,31019
Sousel	0,54351	Portel	-0,37194
R. Monsaraz	0,51115	Moura	-0,44444
Mourao	0,49799	Serpa	-0,59029
V. Viçosa	0,49789	Alandroal	-0,70376
Portalegre	0,49609	Redondo	-0,76989
Crato	0,46087	Arronches	-0,96488
Arraiolos	0,45100	Marvão	-0,97976
A. Sal	0,40605	Almodovar	-2,03069
Monforte	0,36862	Odemira	-2,35138
Élvas	0,35922	Ourique	-2,59512
Aljustrel	0,34579	Mértola	-3,72660

⁵⁴ A superfície média destes 4 concelhos cifra-se em cerca de 1109 kms², mais do dobro da superfície média dos restantes 42 concelhos da NUTS Alentejo, que é de 536 kms² (cf. INE, *Anuário Estatístico da Região Alentejo 1996*).

Mapa 3
 Componente Principal 3: Infra-estruturas da Habitação
 Scores Concelhios



A quarta e quinta componentes principais põem em destaque, grosso modo, as carências industriais da região como um todo e, particularmente, das suas zonas situadas mais a norte e mais a sul - ver quadros 39 e 40 e mapas 4 e 5. No norte, Crato, Marvão, Alter do Chão, Fronteira, Monforte e Arronches denotam pouca vocação industrial, tanto transformadora como extractiva. Além destes municípios, Nisa conta-se também entre os de menor actividade extractiva. No sul, Ferreira do Alentejo, Serpa, Mértola e Almodôvar apresentam índices conjuntos de indústria transformadora e extractiva significativamente baixos, acompanhados de perto por Odemira na primeira daquelas actividades e por Alvito, Cuba, Vidigueira e Barrancos na segunda.

Por sua vez, a zona central da região regista também algumas carências industriais, embora com menor representatividade concelhia. Neste caso, os concelhos menos industriais são os de Portel (tanto na transformação como na extracção), Arraiolos e Alandroal (na transformação) e Sousel e Reguengos de Monsaraz (na extracção).

Pela positiva destacam-se na componente da indústria transformadora os concelhos de Portalegre, Vendas Novas e Sines, e na componente da indústria extractiva os de Castro Verde e Sines. Évora e Beja, com uma excelência concelhia (primeira componente principal) de alto nível, não logram senão posições intermédias em termos de actividade industrial. A sua actividade económica aparece, desta forma, confinada maioritariamente ao sector terciário.

Por sua vez, no grupo formado pelos concelhos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz, normalmente apontado com forte pendor industrial extractivo, o primeiro é o único que consegue índices industriais mais próximos dos de Castro Verde e Sines. Esta situação pode explicar-se, no entanto, pelo facto de esta componente (assim como a da indústria transformadora) se reportar, basicamente, à dimensão económica (volume de negócios) e não tanto ao número de empresas sediadas ou ao volume de emprego deste ramo. A este respeito, repare-se na importância para alguns concelhos das poucas unidades industriais de grande dimensão existentes na região, como por exemplo, a Somincor para Castro Verde (componente 5), a Portucel para Mourão

(componente 4), ou toda a actividade industrial adjacente ao Complexo de Sines (Petrogal, Carbogal, Neste Oy, etc.) para o respectivo concelho (componente 4). Economicamente menos importante parece ser a influência de outros complexos industriais da região, destacando-se de entre os mais conhecidos, as Pirites Alentejanas em Aljustrel, a extracção de mármore em Estremoz e Borba e de granitos em Monforte, Arronches, Nisa e Arraiolos (todas elas respeitando à componente 5) ⁵⁵.

Não pretendendo escamotear a importância da actividade industrial nestes últimos concelhos, parece-nos, no entanto, que quando comparada com a de municípios como os de Sines ou Castro Verde, economicamente mais pujante, a importância relativa dos primeiros aparece notoriamente deficitária. Para além disso, a comparação das distribuições concelhias das actividades expressas pelas componentes 4 e 5 revela uma realidade pouco abonatória para a região: a significativa indústria extractiva de concelhos como Castro Verde, Vila Viçosa ou Borba não é acompanhada, a juzante, por uma actividade equivalente de transformação. Perdem-se, desta forma, as mais-valias que o sector industrial da transformação poderia oferecer à região. No fundo, são constatações que confirmam as carências industriais que a região, no seu todo, apresenta.

⁵⁵ A este respeito, veja-se em baixo a importância de uma empresa como a Somincor para Castro Verde, por exemplo, comparativamente a outros complexos industriais da região.

Quadro 38
Produção em Algumas Indústrias no Alentejo em 1989

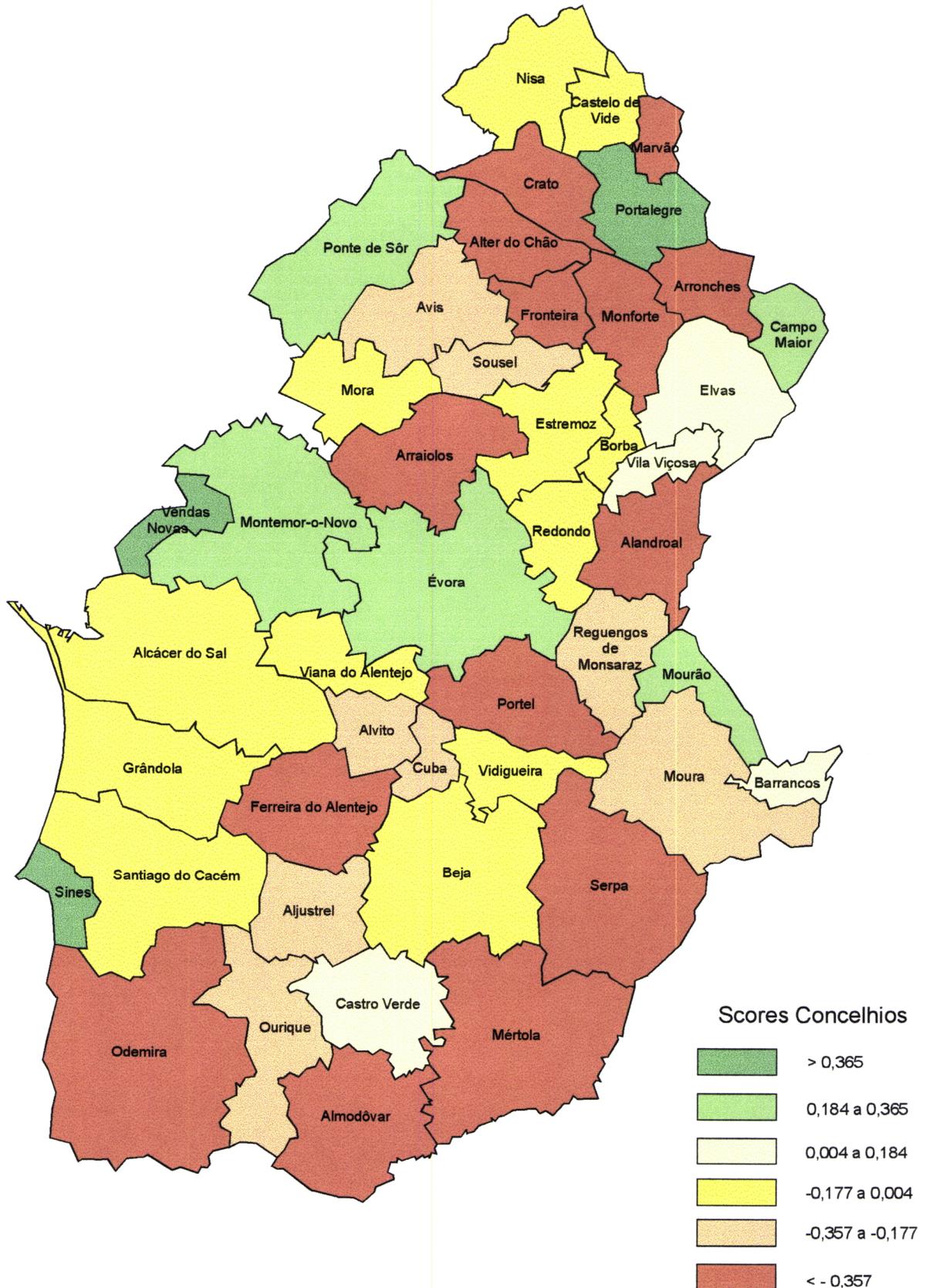
Indústria	Concelhos	Produção 1989	
		toneladas	contos
Extracção de Mármore	Borba, Vila Viçosa e Estremoz	549 365	12 004 834
Extracção de Granito	Monforte, Arronches, Nisa, Arraiolos	84 842	1 604 612
Pirites Alentejanas	Aljustrel	166 370	457 235
Somincor	Castro Verde	409 347	28 742 302

Fonte: IAPMEI e CCRA, *Manual de Apoio ao Investidor na Região do Alentejo 1993*.

Quadro 39
Componente Principal 4
Indústria Transformadora
Scores Concelhios (ordem decrescente)

Sines	6,37293	Vidigueira	-0,15619
V. Novas	0,54505	Cuba	-0,24299
Portalegre	0,50655	Moura	-0,25344
Mourao	0,35965	Sousel	-0,26239
Montemor	0,32403	Alvito	-0,26750
C. Maior	0,27844	Ourique	-0,28252
Evora	0,26481	R. Monsaraz	-0,28502
P. Sor	0,24530	Avis	-0,29287
C. Verde	0,10718	Aljustrel	-0,30710
Barrancos	0,09429	Arraiolos	-0,35953
V. Viçosa	0,08681	A. Chao	-0,37608
Elvas	0,01421	Portel	-0,37753
S. Cacem	-0,00138	Marvao	-0,37958
Nisa	-0,00349	Alandroal	-0,38256
Mora	-0,01236	F. Alentejo	-0,38987
A. Sal	-0,03556	Fronteira	-0,39755
Estremoz	-0,07651	Crato	-0,39803
Borba	-0,07839	Odemira	-0,44300
C. Vide	-0,09682	Serpa	-0,48662
Grandola	-0,09793	Monforte	-0,49106
Redondo	-0,12210	Almodovar	-0,49528
V. Alentejo	-0,14941	Arronches	-0,50889
Beja	-0,15184	Mertola	-0,53783

Mapa 4
Componente Principal 4: Indústria Transformadora
Scores Concelhios



Quadro 40
Componente Principal 5
Indústria Extractiva
Scores Concelhios (ordem decrescente)

C. Verde	5,15673	Avis	-0,32040
Sines	2,15952	Ourique	-0,32855
V. Viçosa	1,29992	Mora	-0,37631
C. Maior	0,96553	Odemira	-0,38801
Grandola	0,86638	Moura	-0,39873
Borba	0,85864	F. Alentejo	-0,49975
Aljustrel	0,49185	R. Monsaraz	-0,50565
Portalegre	0,40324	Portel	-0,52557
Alandroal	0,37855	Nisa	-0,52784
A. Sal	0,36418	Serpa	-0,54849
V. Novas	0,31567	Marvão	-0,54939
P. Sor	0,25425	Monforte	-0,59999
S. Cacem	0,21225	Vidigueira	-0,60717
Estremoz	0,15851	Crato	-0,61832
Evora	0,13924	Almodovar	-0,64560
Montemor	0,12461	A. Chão	-0,66917
Beja	0,03258	Arronches	-0,68981
Arraiolos	-0,01675	Barrancos	-0,70075
Redondo	-0,03673	Mertola	-0,72542
Mourao	-0,09379	Sousel	-0,75044
C. Vide	-0,13222	Cuba	-0,78117
V. Alentejo	-0,14955	Alvito	-0,85028
Elvas	-0,19387	Fronteira	-0,95196

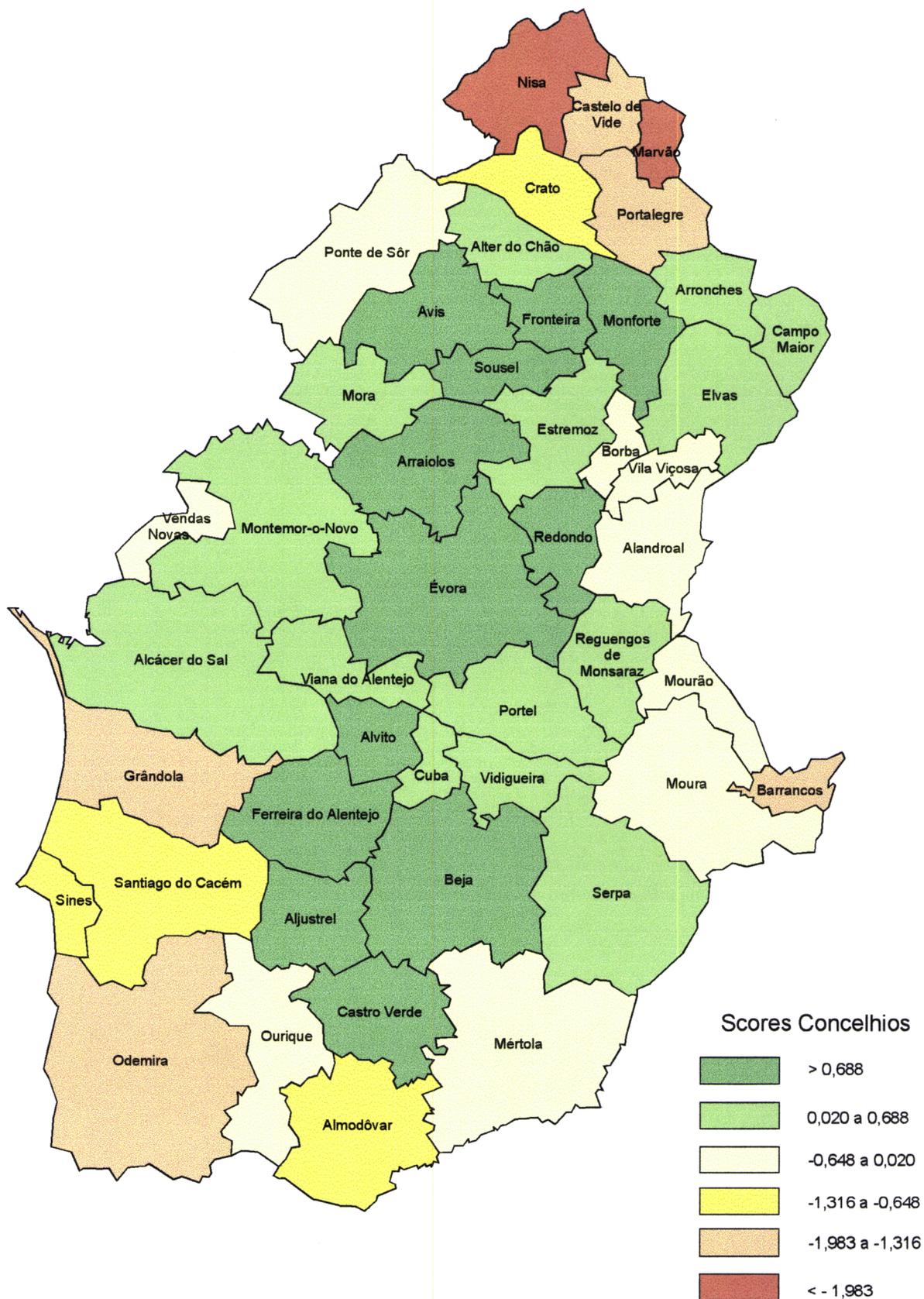
Contrastando com a distribuição espacial das componentes 4 e 5, a análise geográfica da componente 6 evidencia a importância da actividade agrícola na NUTS Alentejo - ver quadro 41 e mapa 6. Neste caso, a predominância centra-se num eixo concelhio vertical ao centro daquela NUTS, que se estende desde Fronteira, Avis e Monforte, no norte, até Castro Verde, Aljustrel e Beja, no sul. Contíguo a este eixo agrícola de primeiro nível, localiza-se um numeroso grupo concelhio de segundo nível, que faz estender a predominância agrícola em longitude (de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo a Campo Maior e Serpa). No extremo oposto do ranking concelhio, a menor relevância agrícola da região encontra-se na sua zona mais a norte (Nisa, Marvão, Castelo de Vide, Portalegre e Crato), numa faixa litoral-sul, que se estende desde Grândola até Almodôvar (entrecortada por Ourique), e em Barrancos. Em situação intermédia apresenta-se um grupo de 9 concelhos, 5 dos quais formando uma faixa contígua fronteira com Espanha (de Borba e Vila Viçosa a Moura), e os restantes dispersos pelo norte (Ponte de Sôr), centro (Vendas Novas) e sul (Ourique e Mértola) da região.

Individualmente, parece-nos de destacar os casos de Évora e Beja e de Castro Verde, que, apesar de registarem importantes scores na componente 1 (excelência concelhia, tendência terciária) e na componente 5 (indústria extractiva), respectivamente, denotam uma actividade agrícola bastante significativa. Pelo contrário, Portalegre com forte representação nas componentes 1 e 4 (excelência concelhia e indústria transformadora) e Sines destacado nas componentes 4 e 5 (indústria transformadora e extractiva) apresentam uma menor propensão para actividades do sector primário. Estes resultados mostram que a terciarização de Portalegre se faz acompanhar bastante mais da indústria do que em Évora e Beja (concelhos bastante mais agrícolas do que o de Portalegre) e que a industrialização de Sines não se processa em sistema de fileira baseado nas actividades agrícolas.

Quadro 41
Componente Principal 6
Agricultura
Scores Concelhios (ordem decrescente)

Fronteira	1,35542	Serpa	0,09565
C. Verde	1,29999	A. Chao	0,07269
Avis	1,21156	A. Sal	0,05733
Aljustrel	1,10972	Borba	-0,04189
Alvito	1,08806	Alandroal	-0,04419
F. Alentejo	1,08190	V. Viçosa	-0,05074
Beja	1,06054	Mourao	-0,15950
Monforte	1,05784	Mertola	-0,23394
Arraiolos	1,05297	Moura	-0,26882
Sousel	0,85933	V. Novas	-0,30595
Evora	0,81002	Ourique	-0,38753
Redondo	0,73391	P. Sor	-0,62336
V. Alentejo	0,68047	Sines	-0,73751
Montemor	0,66420	S. Cacem	-0,74229
Mora	0,64925	Crato	-0,86288
Cuba	0,62889	Almodovar	-1,08023
Vidigueira	0,51768	Barrancos	-1,34155
Portel	0,47988	Odemira	-1,53588
Elvas	0,41417	Grandola	-1,63898
C. Maior	0,39089	C. Vide	-1,67996
Arronches	0,38733	Portalegre	-1,86801
R. Monsaraz	0,29019	Nisa	-2,06874
Estremoz	0,27330	Marvao	-2,65125

Mapa 6
 Componente Principal 6: Agricultura
 Scores Concelhios



Por seu lado, os scores concelhios da componente principal 7 revelam que as situações de maior precaridade laboral localizam-se, predominantemente, na zona sul da região - ver quadro 42 e mapa 7. Com efeito, o desemprego e a baixa qualificação profissional denotam valores mais elevados numa faixa concelhia que se estende, em longitude, desde Santiago do Cacém até Barrancos e, em latitude, de Mourão e Cuba a Almodôvar. As principais exceções a esta generalização encontram-se nos concelhos de Beja e Ferreira do Alentejo, que, apesar de localizados no sul, denotam scores mais baixos nesta componente, e também em Marvão, que, no norte, é um concelho que se destaca com valores elevados neste ranking.

Os menores índices de desemprego e de baixa qualificação profissional encontram-se num grupo de concelhos localizados entre Évora e Portalegre (sem incluir este último), nomeadamente, em Avis, Vila Viçosa, Évora, Alter do Chão e Mora.

O confronto dos scores concelhios desta componente principal com os da componente 2 mostra que os problemas do desemprego e da baixa qualificação profissional coexistem com os do envelhecimento demográfico e da inactividade económica numa zona particularmente localizada a sul da região (principalmente em Mértola, Ourique, Cuba e Barrancos) e também em Marvão.

Por sua vez, a comparação da distribuição espacial da componente 7 com as das componentes 4 e 5 revelam uma tendência geral de minoridade de problemas relacionados com o desemprego e a baixa qualificação profissional em alguns dos concelhos com forte pendor industrial. A este respeito são sintomáticos os exemplos de Évora, Vila Viçosa, Borba, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Ponte de Sôr e Portalegre, concelhos com scores industriais de transformação e/ou extracção significativos e, paralelamente, com índices de desemprego e de baixa qualificação tendencialmente mais baixos.

Em todo o caso, esta tendência não se generaliza a todo o território regional. Veja-se, por exemplo, como os concelhos de Castro Verde, Mourão, Campo Maior ou Sines, com significativo score industrial nas componentes

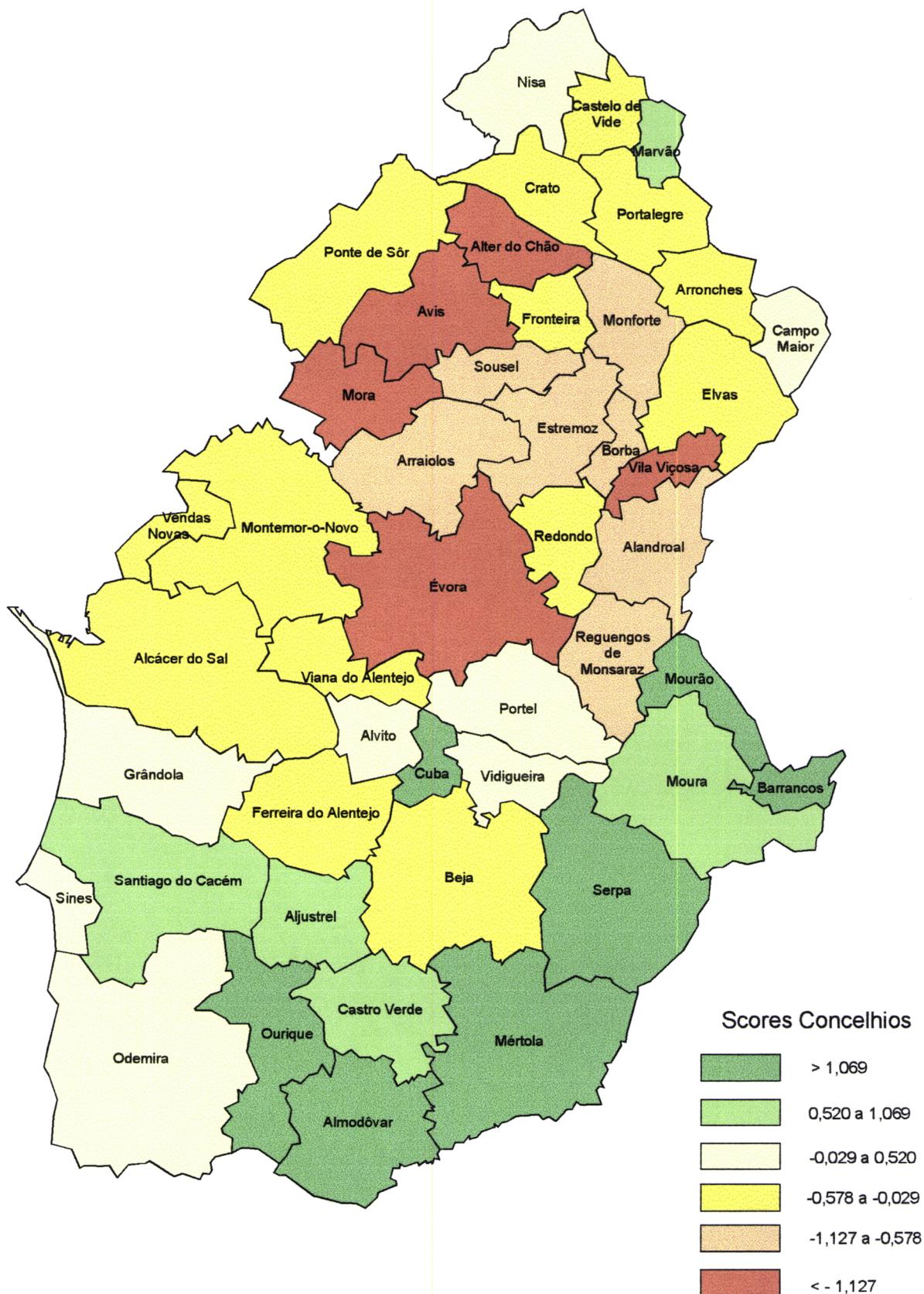
principais 4 ou 5, aparecem com resultados significativos de desemprego e baixa qualificação profissional na componente 7. Certamente não cingido a este facto, o certo é que a situação destes últimos concelhos se caracteriza, como já referimos, por uma forte dependência da sua actividade industrial de um número muito limitado de unidades de produção de grande envergadura (Somincor em Castro Verde, Portucel em Mourão, Delta Cafés em Campo Maior e o Complexo de Sines e indústria periférica no respectivo concelho). E quando assim é, qualquer evolução menos favorável (ainda que conjuntural) dessas poucas unidades industriais de grande dimensão poderá acarretar consequências gravosas em termos de desemprego, significativas à escala municipal. O mesmo não acontecerá, pelo menos com igual proeminência, em concelhos como os de Évora, Portalegre, Estremoz, Vila Viçosa, Ponte de Sôr ou Borba, entre outros, cuja actividade industrial está disseminada por um maior número de unidades industriais com dimensão média, por vezes, inferior às referidas anteriormente ⁵⁶.

⁵⁶ Em Portalegre, Évora e Beja, por exemplo, alguns dos concelhos com maior número de empresas da indústria transformadora na região, o valor do volume de negócios médio por empresa, em 1994, era de 114,5, 33,0 e 15,9 mil contos, respectivamente. Nesse ano, o mesmo valor para os concelhos de Sines e Mourão, estes com muito menos indústrias transformadoras, cifrava-se em cerca de 383,8 e 155,0 mil contos, respectivamente (cf. INE, *Anuário Estatístico da Região Alentejo 1996*).

Quadro 42
Componente Principal 7
Desemprego e Baixa Qualificação Profissional
Scores Concelhios (ordem decrescente)

Barrancos	3,82225	V. Novas	-0,15703
Mertola	1,61815	Portalegre	-0,23935
Almodovar	1,58178	C. Vide	-0,30597
Ourique	1,39154	Montemor	-0,33024
Cuba	1,15985	Elvas	-0,34831
Mourao	1,12070	P. Sor	-0,35923
Serpa	1,07423	Fronteira	-0,41355
C. Verde	0,87532	V. Alentejo	-0,43412
Marvao	0,78592	F. Alentejo	-0,44305
Aljustrel	0,62438	Arronches	-0,53726
S. Cacem	0,60165	Crato	-0,57635
Moura	0,56139	R. Monsaraz	-0,63118
Portel	0,42950	Arraiolos	-0,66878
C. Maior	0,42015	Alandroal	-0,71989
Sines	0,40161	Estremoz	-0,72621
Odemira	0,24425	Sousel	-0,88644
Alvito	0,18440	Monforte	-1,08922
Nisa	0,09912	Borba	-1,10911
Grandola	0,08088	Mora	-1,16343
Vidigueira	0,05446	A. Chao	-1,27719
Redondo	-0,07128	Evora	-1,29373
A. Sal	-0,08370	V. Viçosa	-1,48142
Beja	-0,10921	Avis	-1,67628

Mapa 7
 Componente Principal 7: Desemprego e Baixa Qualificação Profissional
 Scores Concelhios



A componente principal 8, ao constituir-se, basicamente, com indicadores de actividade turística e empreendimentos habitacionais, destaca, pela positiva, os concelhos de Grândola, Sines, Castelo de Vide, Évora e Odemira - ver quadro 43 e mapa 8. O município de Évora, com a sua sede Património Mundial, é, sem dúvida, um importante foco de atracção turística na região e, porque não dizê-lo, de especulação imobiliária ⁵⁷. Contudo, os scores nesta componente principal dão a primazia aos concelhos de Grândola e Sines, denotando a importância das zonas costeiras e da actividade turística estival para esta componente e para estes municípios ⁵⁸. Não obstante, e no que se refere ao turismo, certamente por se tratar de uma actividade sazonal e, porventura, mal explorada, a primazia daqueles concelhos nesta componente principal manifesta-se, essencialmente, pela maioridade de oferta e de procura de estabelecimentos hoteleiros e não por qualquer indicador de cariz economico-financeiro (do tipo volume de negócios ou índice de produtividade) das empresas deste ramo de actividade ⁵⁹.

Muito pouco atreito às actividades de turismo e de empreendimentos habitacionais é o grupo de 13 concelhos, distribuídos pelas zonas norte (Nisa, Alter do Chão, Fronteira, Monforte, Arronches e Mora) e a sul (Mourão, Barrancos, Vidigueira, Serpa, Mértola, Castro Verde e Aljustrel) da NUTS Alentejo. Este grupo concelhio, associado ao segundo grupo menos dado a este tipo de actividades, ganha no território regional a forma de um J, que se estende de norte a sul pelo interior da região (de Nisa a Mértola) e se desenvolve em direcção ao litoral, até Alcácer do Sal. Na faixa concelhia fronteira com Espanha, apenas os municípios de Marvão, Portalegre, Elvas e Vila Viçosa (embora este último não faça, em rigor, fronteira com Espanha) conseguem escapar, ainda que tenuemente, ao marasmo em que se encontra a região, como um todo, nas actividades evidenciadas por esta componente principal. Em suma, também

⁵⁷ Sobre esta especulação imobiliária, é sintomático que o custo da construção para habitação no concelho de Évora tivesse sido, em 1993, de 102,2 contos por m², contra 97,4 contos na média regional e 92,5 contos em Barrancos ou 89,7 contos em Castro Verde, estes últimos os concelhos com menor score no ranking do turismo e habitação. Nestas diferenças reside, certamente, parte da explicação para a diferenciação concelhia evidenciada por esta componente principal (cf. INE, *Anuário Estatístico da Região Alentejo 1994*).

⁵⁸ No concelho de Sines, o custo da habitação por m² em 1993 foi igual ao de Évora (102,2 contos) e em Grândola ascendeu a 123,4 contos.

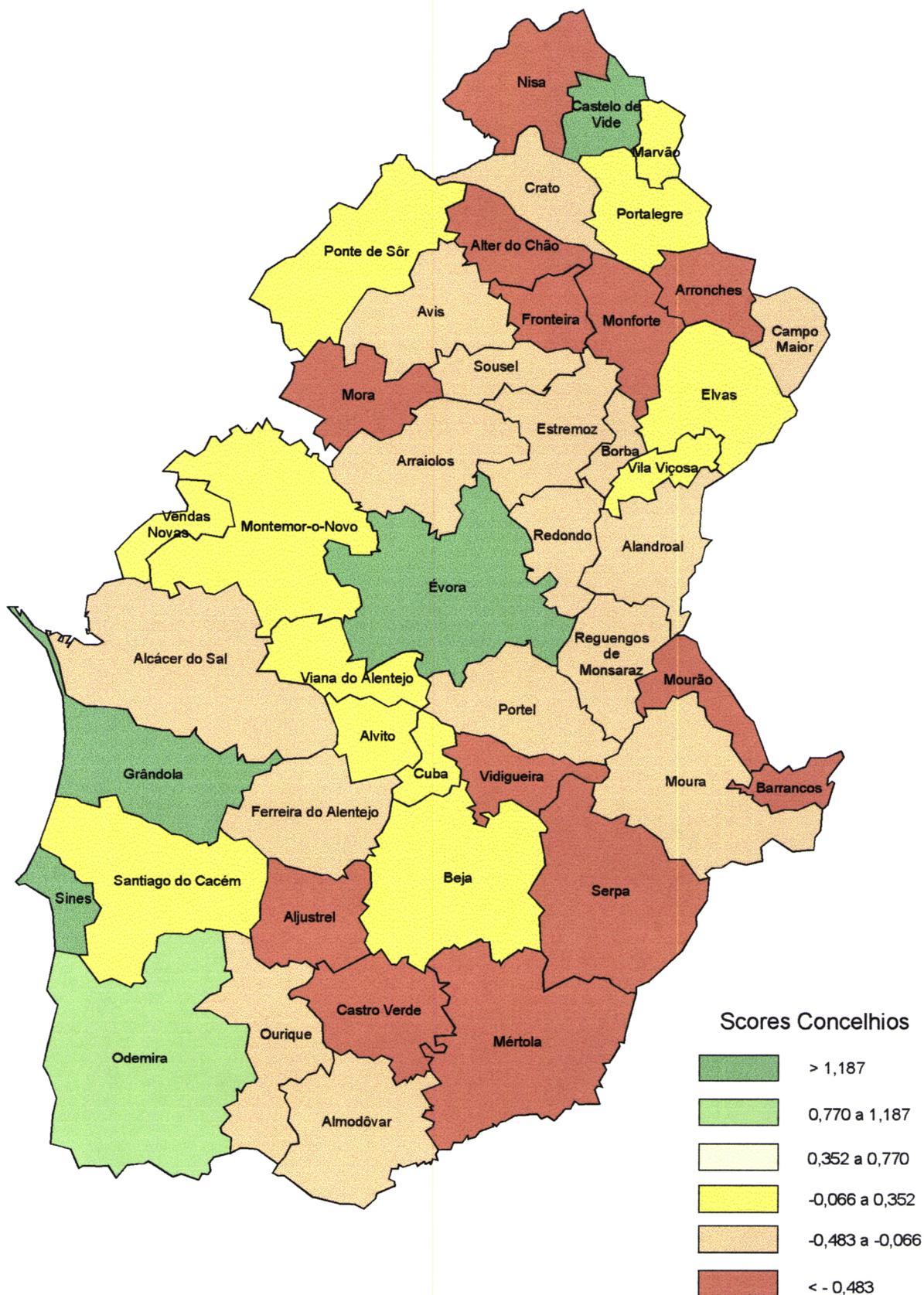
⁵⁹ Neste ponto, a actividade turística expressa na componente principal 8 diferencia-se, significativamente, das actividades industriais destacadas pelas componentes 4 e 5, nas quais adquirem particular importância alguns indicadores de natureza economico-financeira.

neste caso, à semelhança do verificado para as componentes 4 e 5 da indústria, cremos que a região não conseguiu, ainda, extrair os dividendos que a sua riqueza arquitectónica, paisagística e ambiental, entre outras, pode oferecer.

Quadro 43
Componente Principal 8
Turismo e Habitação
Scores Concelhos (ordem decrescente)

Grandola	4,88466	R. Monsaraz	-0,22803
Sines	3,01918	Ourique	-0,29418
C. Vide	1,60500	Arraiolos	-0,34385
Evora	1,24328	Avis	-0,35624
Odemira	0,65116	Moura	-0,37704
V. Viçosa	0,34614	C. Maior	-0,40227
Alvito	0,31003	Crato	-0,40230
Eivas	0,25867	Almodovar	-0,40899
S. Cacem	0,20133	Alandroal	-0,44599
V. Alentejo	0,17723	F. Alentejo	-0,44622
Beja	0,10167	A. Chao	-0,49166
P. Sor	0,09620	Mora	-0,49871
Marvao	0,06777	Mourao	-0,52893
Montemor	0,05766	Serpa	-0,55808
V. Novas	0,05185	Vidigueira	-0,57688
Cuba	-0,01888	Monforte	-0,59232
Portalegre	-0,03929	Fronteira	-0,59259
A. Sal	-0,06609	Aljustrel	-0,60338
Estremoz	-0,12127	Nisa	-0,66809
Redondo	-0,19280	Arronches	-0,70100
Borba	-0,19756	Mertola	-0,79255
Portel	-0,20967	C. Verde	-0,79412
Sousel	-0,22197	Barrancos	-0,90088

Mapa 8
 Componente Principal 8: Turismo e Habitação
 Scores Concelhios



Finalmente, os scores concelhios da componente principal 9, na qual se destacam os indicadores relacionados com a família (taxas de fecundidade e de nupcialidade e idade média na maternidade), evidenciam, no essencial, um corte longitudinal do território regional - ver quadro 44 e mapa 9. Um corte que separa uma zona mais interior, com índices mais elevados de fecundidade e de nupcialidade e com uma idade média na maternidade mais baixa, de uma zona menos interior, com menor apego à instituição familiar. No primeiro caso, Marvão, Campo Maior e Elvas, ao norte, Redondo e Mourão, ao centro, e Moura e Serpa, ao sul, constituem o grupo concelhio onde esta componente mais se destaca pela positiva. No segundo caso, e em situação oposta, Nisa, Crato e Mora, ao norte, e Alvito e Ferreira do Alentejo, ao sul, são os concelhos onde esta componente mais se evidencia pela negativa. Entre os concelhos onde se localizam as antigas capitais de distrito, Beja e Portalegre pertencem a um mesmo grupo com scores intermédios nesta componente, enquanto o município de Évora denota alguma primazia, mormente quando comparado com a cintura concelhia que o separa da região de Lisboa e Vale do Tejo.

A comparação destes scores com os da componente principal relacionada com o envelhecimento demográfico (componente 2) permite localizar as zonas concelhias da NUTS Alentejo onde a substituição natural das gerações é mais e menos problemática. Para o caso dos concelhos onde essa substituição se apresenta mais difícil, temos os exemplos de Nisa, Crato, Alvito e Mértola, entre outros, nos quais coexistem baixos índices de fecundidade e nupcialidade (componente 9) e um estado de acentuado envelhecimento demográfico no topo da pirâmide etária (componente 2). Para o caso dos concelhos onde aquela substituição se apresenta menos gravosa, temos os exemplos de Campo Maior, Elvas, Redondo e Évora, entre outros, onde se associam melhores índices de nupcialidade e de fecundidade e uma minoridade do envelhecimento no topo.

Apesar destes últimos exemplos, mais ou menos isolados, a tendência geral da região parece ser a de que nem os melhores resultados infra-regionais de fecundidade são já suficientes para estancar o processo de envelhecimento demográfico. Mourão, Moura e Serpa, os três concelhos com os melhores resultados na componente da família, aparecem com valores pouco animadores

na componente do envelhecimento. Uma tendência fortemente tributária dos movimentos migratórios característicos da região e que, uma vez não evidenciados pelo modelo, a tornam globalmente homogênea nessa vertente ⁶⁰.

Quadro 44
Componente Principal 9
Família
Scores Concelhios (ordem decrescente)

Mourao	3,09129	Sines	0,06023
Moura	1,66380	Portalegre	-0,07058
Serpa	1,36849	Arronches	-0,10111
Elvas	1,23019	Grandola	-0,13398
Marvão	1,17295	Aljustrel	-0,24528
C. Maior	1,12032	Fronteira	-0,24621
Redondo	1,05213	Sousel	-0,24637
Estremoz	0,81219	Arraiolos	-0,34943
V. Alentejo	0,70325	C. Verde	-0,42074
P. Sor	0,68920	A. Chao	-0,46701
R. Monsaraz	0,59917	V. Novas	-0,58969
Cuba	0,58262	A. Sal	-0,62410
Monforte	0,55156	Almodovar	-0,67422
Vidigueira	0,51320	Barrancos	-0,74044
Evora	0,48795	Montemor	-0,79555
Alandroal	0,42644	Avis	-0,95098
V. Viçosa	0,34842	Mertola	-1,16017
C. Vide	0,34587	S. Cacem	-1,39087
Borba	0,28940	F. Alentejo	-1,53082
Portel	0,24763	Mora	-1,55970
Ourique	0,15468	Alvito	-1,58180
Beja	0,09413	Crato	-1,73516
Odemira	0,06602	Nisa	-2,05694

⁶⁰ Como vimos no capítulo 2, os movimentos migratórios têm sido particularmente nefastos à região, não só pelo despovoamento que acarretam, como também pela sua contribuição para o envelhecimento demográfico. E, uma vez que a análise factorial não processou uma diferenciação concelhia a este respeito, temos que concluir que a tendência daqueles movimentos é generalizada ao território regional.

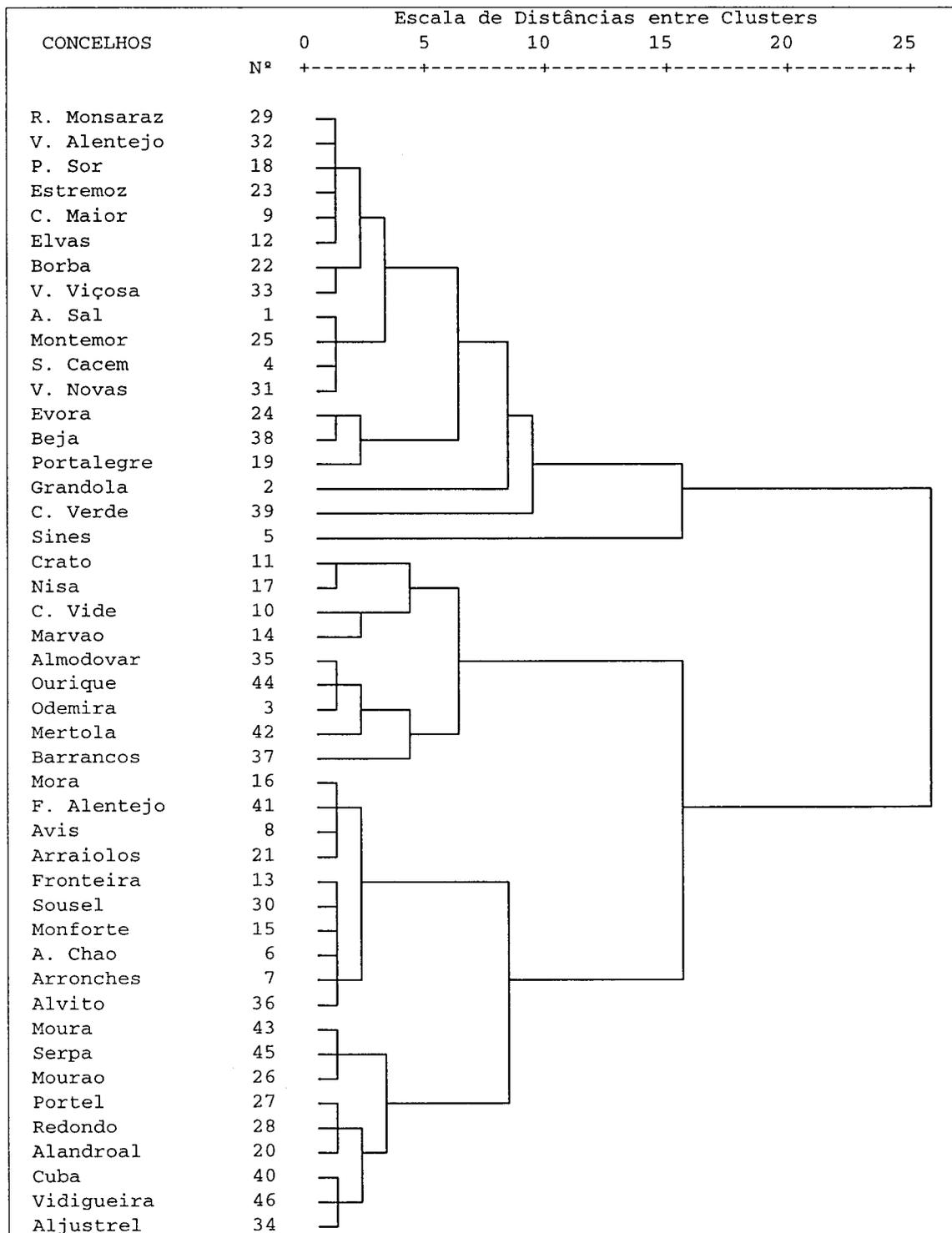
4.4. Clusters Concelhios

A aplicação da análise factorial permitiu, anteriormente, resumir a múltipla informação inicial em componentes principais, que facilitam a leitura dos fenómenos em análise. Foi, no entanto, um processo que manteve uma certa desagregação da informação inicial, com a criação de rankings concelhios para cada uma das componentes obtidas. Para além da análise permitida por aquela aplicação, um estudo como o nosso, que pretende oferecer uma visão global da realidade, culminando na definição de espaços homogéneos, exige um exercício subsequente de agregação e sistematização daquela informação.

Para o efeito, submetemos os scores concelhios das 9 componentes principais analisadas anteriormente uma a uma, à *análise de clusters*, utilizando como medida de semelhança a *distância euclideana* e como teste de agregação o método de *Ward*. Este procedimento permite-nos uma agregação dos municípios com base naqueles scores, de tal forma que os membros de um mesmo grupo (ou cluster) sejam mais semelhantes entre si do que em relação a qualquer membro de outro grupo.

O dendograma da página seguinte apresenta as etapas de reunião dos 46 concelhos da NUTS Alentejo, desde uma primeira fase, na qual coexistem 46 clusters (46 concelhos), até uma última fase de reunião total dos casos considerados (1 cluster de 46 concelhos). De acordo com o processo de agregação que o dendograma ilustra e com a preocupação de não decidir pela escolha de um número demasiado grande ou demasiado pequeno de clusters, cremos que a fase de melhor compromisso no esquema de agregação é a que se situa, aproximadamente, no coeficiente de fusão 5 da escala de distâncias entre clusters. Traçando uma linha neste ponto, identificam-se 6 clusters, cada um deles constituído por um grupo mais ou menos extenso de concelhos, e isolam-se 3 outros concelhos (Grândola, Castro Verde e Sines), cada um deles formando, neste momento, um cluster.

Quadro 45
Zonas Concelhias Homogéneas no Alentejo



A partir deste agrupamento base analisemos duas alternativas.

Numa primeira alternativa, que nos situaria num nível de fusão inferior ao primeiro e, por isso, mais desagregador, o concelho de Barrancos passaria a estar isolado e os concelhos de Crato, Nisa, Castelo de Vide e Marvão passariam a constituir dois clusters distintos. Esta hipótese de agrupamento criaria um número relativamente grande de clusters e fomentaria os casos de concelhos isolados. Para além disso, os resultados da análise factorial indiciam uma estreita cumplicidade social e económica no norte e no sul da NUTS Alentejo, que não aconselha aquelas desagregações. Com efeito, Barrancos aparece relativamente próximo de Almodôvar, Ourique, Odemira e Mértola nas componentes principais 1, 5 e 7 e, por seu lado, Crato, Nisa, Castelo de Vide e Marvão denotam acentuada convergência nas componentes 1, 2 e 5. Optar por este nível de desagregação seria escamotear algumas das importantes situações de homogeneidade inter-concelhia que a análise factorial evidenciou.

A segunda alternativa ao que apelidamos de agrupamento base situar-nos-ia num coeficiente de fusão mais elevado e, assim, mais agregador (localizado num ponto intermédio entre os valores 5 e 10 da escala do dendograma). Neste caso, os concelhos de Évora, Beja e Portalegre juntar-se-iam ao cluster inicial formado por Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e outros, com prejuízo claro da heterogeneidade social e económica que a primeira componente principal (entre outras) da análise factorial denota entre estes dois grupos concelhios. Para além disso, agrupar-se-iam num mesmo cluster os municípios já referidos do nordeste (Crato, Nisa, Castelo de Vide e Marvão) e do sul (Almodôvar, Ourique, Odemira, Mértola e Barrancos), fusão não consentânea, de todo, com os respectivos scores nas componentes principais 3 e 7. Ao contrário da primeira alternativa ao agrupamento base, esta hipótese generalizaria em demasia as características sociais e económicas dos concelhos da NUTS Alentejo.

Excluídas estas duas hipóteses e quaisquer outras que resultem em desagregações excessivamente particularistas ou em agregações demasiadamente generalistas, voltamos à análise do agrupamento inicial, pelo qual optamos.

Neste agrupamento inicial encontramos, como já vimos, 6 clusters formados por mais do que um concelho e 3 clusters constituídos, cada um deles, por um único concelho (Grândola, Castro Verde e Sines). Tendo como objectivo uma relativa generalização do agrupamento concelhio da NUTS Alentejo, o isolamento de Grândola, Castro Verde e Sines pode parecer algo problemático. A análise destes casos deve considerar, no entanto, duas situações que permitem minimizar a importância daquele isolamento.

Em primeiro lugar, os resultados da análise factorial mostram-nos que há uma intersecção das posições relativas daqueles três concelhos nas componentes onde eles mais se destacam. Sines é um concelho que apresenta scores destacados dos demais concelhos na componente principal da indústria transformadora e também nas componentes do turismo e habitação e da indústria extractiva. Castro Verde destaca-se, nitidamente, na componente da indústria extractiva, mas tem também um score significativamente positivo na indústria transformadora. Grândola sobrepõe-se a todos os outros, de forma evidente, na componente do turismo e habitação, mas está também entre os mais cotados na indústria extractiva.

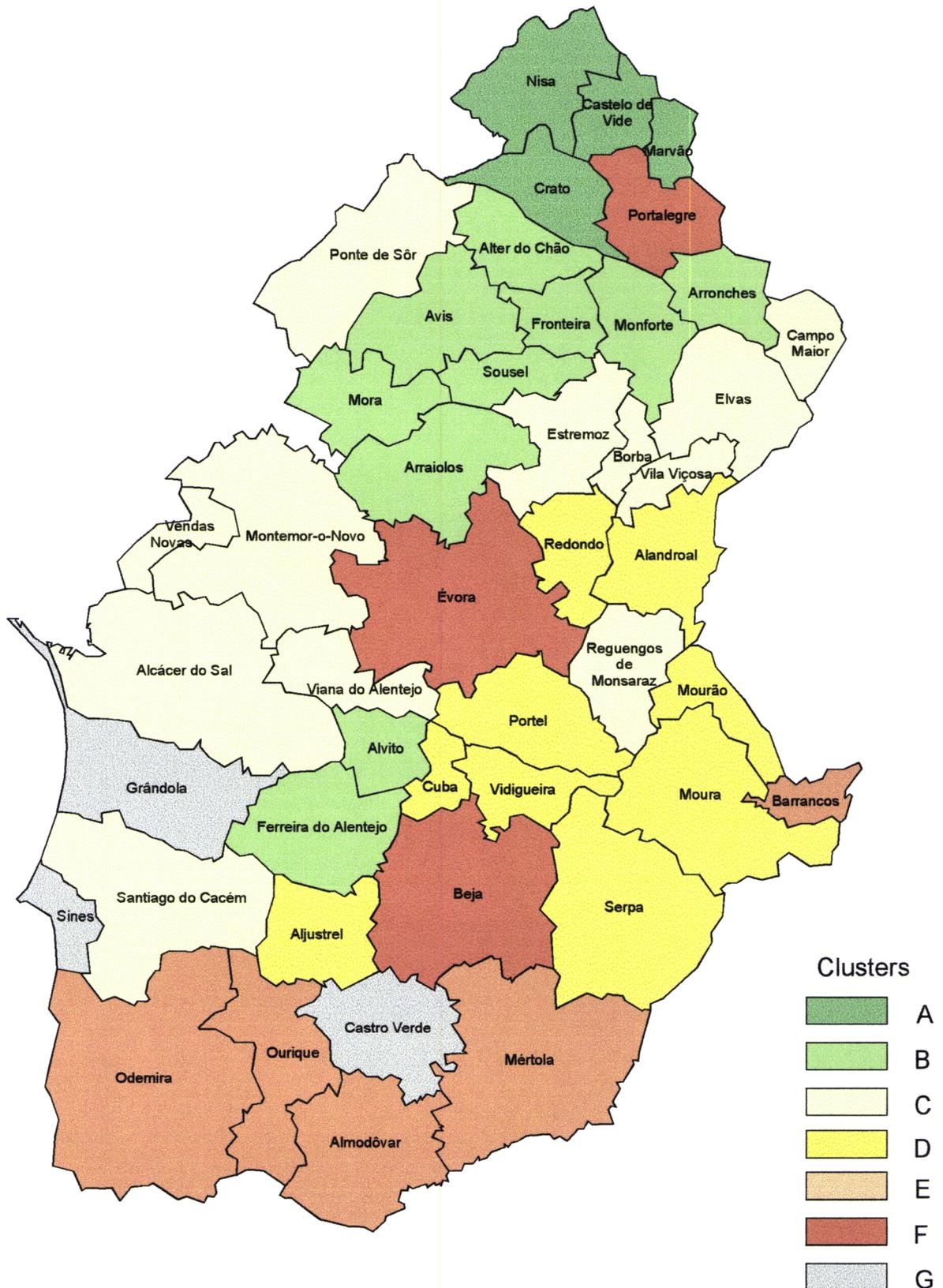
Em segundo lugar, é preciso ter em conta que a situação de isolamento em que a desagregação por clusters coloca aqueles três concelhos se justifica muito mais pelos scores desfazados que eles obtêm nas componentes onde mais se destacam, do que propriamente por situações de antagonismo entre si na globalidade das componentes. De acordo com os resultados da análise factorial, apenas na componente do turismo e habitação pode falar-se de uma divergência entre os elevados scores de Grândola e Sines, por um lado, e o baixo score de Castro Verde, por outro. Ainda assim, é uma situação de antagonismo atenuada pela proximidade das posições dos dois primeiros concelhos.

Com base nestas considerações e conciliando a informação obtida com a análise factorial e com a análise de clusters, optamos por agregar os concelhos de Grândola, Castro Verde e Sines num único grupo. Desta forma, cremos conseguir respeitar as diferenças que estes concelhos evidenciam em relação aos demais, por um lado, e entrar em linha de conta com as similitudes, ainda

que relativas, existentes entre eles, por outro. Desta opção e dos restantes clusters que o dendograma anterior formou, resulta o mapa 10, que divide a NUTS Alentejo em 7 zonas concelhias social e economicamente homogéneas ⁶¹ .

⁶¹ Lembramos aqui que, conforme referimos anteriormente, não seguimos o critério da contiguidade na definição de zonas homogéneas, mas o da similitude inter-concelhia em termos sociais e económicos.

Mapa 10
Zonas Concelhias Homogéneas
7 Clusters



O cluster A constitui-se por um grupo de concelhos localizados na parte norte da região (Nisa, Castelo de Vide, Marvão e Crato) e é o único onde se regista plena contiguidade municipal. O cluster B forma-se, na sua maior parte, numa zona que separa o norte do centro regionais, entre os concelhos de Portalegre e Évora (estes não incluídos). Pertencem a este cluster os municípios de Alter do Chão, Fronteira, Monforte, Arronches, Avis, Sousel, Mora, Arraiolos, Alvito e Ferreira do Alentejo. O cluster C é composto por um conjunto de concelhos que se estendem do norte ao litoral, sem representatividade na parte interior-sul da NUTS. Fazem parte deste cluster os municípios de Ponte de Sôr, Campo Maior, Elvas, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Alcácer do Sal, Viana do Alentejo, Reguengos de Monsaraz e Santiago do Cacém. O cluster D forma uma zona homogénea particularmente representada no centro-interior, constituída por Redondo, Alandroal, Portel, Cuba, Vidigueira, Mourão, Moura, Serpa e Aljustrel. O cluster E constrói-se pelos concelhos que fazem fronteira com a região Algarve (Odemira, Ourique, Almodôvar e Mértola), acrescidos de Barrancos. O cluster F resume os seus membros aos concelhos onde se localizam as antigas capitais de distrito da NUTS (Portalegre, Évora e Beja). Finalmente, o cluster G corresponde à agregação, já referida, dos municípios de Grândola, Sines e Castro Verde.

O que é que caracteriza, em termos socio-económicos, estas sete zonas homogéneas da NUTS Alentejo? É a esta questão que nos dedicaremos de seguida, fazendo apelo aos scores concelhios calculados a partir da análise factorial. Para o efeito, criamos scores médios para cada um dos 7 clusters em cada uma das 9 componentes principais, que apresentamos no quadro 46.

Quadro 46
Scores Concelhios Médios das Zonas Homogéneas nas 9 Componentes Principais ¹

Zonas Homogéneas	Componentes Principais								
	CP1	CP2	CP3	CP4	CP5	CP6	CP7	CP8	CP9
A	-0,37922	1,41390	-0,00365	-0,21948	-0,45694	-1,81571	0,00068	0,15060	-0,56832
B	-0,46453	0,60735	0,37793	-0,33581	-0,57249	0,88163	-0,79708	-0,39345	-0,64819
C	0,38330	-0,86398	0,35315	0,07230	0,30871	0,08386	-0,38656	0,01449	0,19933
D	-0,55389	0,19138	-0,07073	-0,21877	-0,23569	0,34369	0,47037	-0,39018	0,96670
E	-0,72281	0,82026	-2,11520	-0,33287	-0,55767	-0,91582	1,73160	-0,34909	-0,47082
F	2,95786	-1,28324	0,78011	0,20651	0,19169	0,00085	-0,54743	0,43522	0,17050
G	0,42935	-1,11178	0,28990	2,12739	2,72754	-0,35883	0,45260	2,36991	-0,16483

¹ Calculados por média aritmética dos scores concelhios em cada componente principal.

A principal característica do cluster A, localizado no norte da região, encontra-se na componente principal do envelhecimento demográfico e inactividade económica (Componente Principal 2). Com efeito, é nesta componente que este cluster assume o seu maior score médio, um score, para além do mais, claramente destacado dos demais clusters. É, assim, nesta zona do território regional que se encontram, grosso modo, as maiores proporções de população idosa e viúva, de inactivos por reforma a viver da assistência social, etc. Paralelamente, este cluster apresenta o segundo score médio mais baixo na componente principal da família (CP 9). À grande proporção de idosos, juntam-se, assim, algumas das mais baixas taxas de fecundidade e de nupcialidade da região. O futuro demográfico pela vertente do movimento natural apresenta-se, desta forma, bastante comprometido neste cluster. Em termos económicos, a componente da agricultura (CP 6) regista, neste caso, o índice mais baixo da região e os restantes sectores (indústria: CP'S 4 e 5; turismo: CP 8 e serviços: CP 1) apresentam valores pouco satisfatórios. Assim se explica, em parte, o grande índice de inactividade económica deste cluster.

O cluster B, que separa territorialmente o norte do centro regionais, apresenta, tal como o cluster anterior, pouca vocação para as actividades industrial (CP'S 4 e 5) e turística (CP 8), mas regista o maior score regional na componente agrícola (CP 6). E é certamente neste tipo de actividade económica que encontra os recursos necessários para fazer face aos problemas

do desemprego, denotando, nesta componente (CP 7), o valor médio mais favorável de todos os clusters. Favorável é também o índice de dotação de infra-estruturas da habitação (CP 3), ocupando nesta componente a segunda melhor posição. Ainda assim, no capítulo da demografia regista uma considerável tendência de envelhecimento demográfico (CP 2) e a menor propensão natalista (CP 9) da região, o que contribui para uma posição abaixo da média regional na componente da excelência concelhia (CP 1).

O cluster C, que se estende do norte ao litoral da região, regista, de uma forma geral, valores intermédios em todas as componentes principais, sem destaque particular em nenhuma delas. Em termos económicos representa um grupo de concelhos mais terciários (CP 1) e industriais (CP 5) do que agrícolas (CP 6) ou turísticos (CP 8) e com scores de inactividade (CP 2) e de desemprego (CP 7) abaixo das respectivas médias regionais. As infra-estruturas da habitação (CP 3) não são das mais desfavoráveis e o índice de excelência concelhia (CP 1) situa-se acima dos dois clusters anteriores.

O cluster D, mormente representado no centro-interior da região, caracteriza-se, principalmente, por uma forte propensão natalista e familiar (CP 9), sem que isso lhe conceda, no entanto, resultados muito abonatórios no capítulo do envelhecimento demográfico (CP 2). Este é, pois, um dos clusters onde os movimentos migratórios desfavoráveis, típicos da região, mais se farão sentir. A explicação para este facto residirá, em parte, no facto de se tratarem de concelhos bastante agrícolas (CP 6), com elevados níveis de desemprego e de desqualificação profissional (CP 7). Os valores do turismo (CP 8) e o índice de dotação de infra-estruturas da habitação (CP 3) também não ajudam (os segundos mais baixos nas respectivas componentes) e o resultado final cifra-se numa das excelências concelhias médias (CP 1) mais baixas da região.

O cluster E, na sua maior parte fronteiriço à região Algarve, destaca-se dos demais, pela negativa, ao arrecadar o pior índice de infra-estruturas da habitação (CP 3) e os mais altos níveis de desemprego e de desqualificação profissional (CP 7) dos sete clusters. Para além disso, tratam-se de concelhos demograficamente muito envelhecidos (CP 2), com pouca propensão natalista (CP 9), e com diminuta actividade económica, seja na agricultura (CP 6), seja na

indústria (CP'S 4 e 5), seja ainda no turismo (CP 8). O score médio mais baixo na componente da excelência concelhia (CP 1) retrata, significativamente, a posição deste cluster no contexto regional.

Em situação oposta ao anterior, o cluster F, formado pelos concelhos mais populosos e socio-economicamente mais desenvolvidos da região, reúne municipalmente o que de maior excelência (CP 1) se pode encontrar no Alentejo. Com efeito, a posição dos concelhos de Évora, Beja e Portalegre na primeira componente principal destaca-se, notoriamente, da de todos os outros clusters. Para além dos maiores índices de terciarização económica, de nível de vida e de dotação de equipamentos assistenciais e culturais (entre outros) que esta componente representa, este cluster denota também os melhores resultados regionais nas componentes 2 (menos envelhecidos e com maior actividade económica) e 3 (maior dotação de infra-estruturas da habitação). Finalmente, o retrato completa-se com níveis de actividade industrial (CP'S 4 e 5) e turística (CP 8) acima da média e com um dos índices mais baixos de desemprego e de desqualificação profissional (CP 7).

Por último, resta-nos o cluster G, composto pelos concelhos de Grândola, Sines e Castro Verde, ao qual já nos referimos anteriormente. Algo heterogéneo nas suas características socio-económicas, nem por isso deixa de apresentar traços comuns, bastante significativos, entre os concelhos que o representam. A tónica dominante comum a Sines e Castro Verde é a da indústria, principalmente a transformadora, componente em que Grândola, embora menos, também se destaca da generalidade dos concelhos da região. Em todo o caso, a predominância deste último concelho, secundado por Sines, encontra-se na actividade turística. Esta é a componente onde Castro Verde está em maior dissonância com os outros dois concelhos, denotando um dos scores mais baixos da região. Fruto de uma indústria ou de um turismo que lhes granjeia parte significativa dos seus recursos económicos, estes três concelhos homogeneizam-se também na componente do envelhecimento demográfico e da inactividade económica, apresentando neste caso o segundo score médio mais favorável de todos os clusters. Com estes resultados, qualquer um destes três concelhos, com Sines à cabeça, posiciona-se na metade superior da hierarquia municipal da

NUTS Alentejo formada pela primeira componente principal (excelência concelhia).

Capítulo 5

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Alentejo é uma das regiões menos desenvolvidas do país e da União Europeia.

Da economia sobressai uma actividade fortemente enraizada no sector primário, com uma predominância cultural cerealífera pouco adaptável às características edafo-climáticas da região e, simultaneamente, um processo de terciarização, particularmente direccionado para a actividade comercial e serviços sociais, com prejuízo dos serviços de sustentação à base produtiva. A fraca propensão regional para as actividades industriais e o insuficiente aproveitamento turístico das suas potencialidades ambientais e patrimoniais, excepção feita a alguns (poucos) focos onde estas actividades mais se fazem sentir, embora com limitado efeito multiplicador, dão azo à perpetuação de um imenso território ruralizado e alheado da confluência económica que se joga nos principais centros nacionais.

Aliando um tecido empresarial com acentuadas carências financeiras e técnicas a uma situação de marginalização face aos principais pólos nacionais de investimento público, a região é pouco empregadora e insuficientemente atractiva na angariação de recursos financeiros e humanos. As consequências demográficas e sociais mais importantes são o despovoamento e o envelhecimento demográfico e a baixa qualidade de vida que caracterizam o Alentejo, esta última consubstanciada em baixos valores de poder de compra e de qualificação profissional, desemprego, carências infra-estruturais na habitação, parca dotação de equipamentos assistenciais e culturais, etc.. Nestes termos, o Alentejo encontra-se numa situação de reprodução do sub-desenvolvimento, onde só os seus principais centros urbanos e respectivos concelhos conseguem melhor resistir à sangria demográfica e económica.

Face à incapacidade de se quebrar, endogenamente, aquele ciclo de reprodução do sub-desenvolvimento, defendemos aqui a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional, que discrimine positivamente as regiões mais carenciadas do país. Somos receptivos aos argumentos daqueles que procuram nas potencialidades do Alentejo o ponto de partida para o desenvolvimento da região. Todavia, não vislumbramos os meios necessários (a história comprova-o) para que se quebre aquele ciclo fora de um quadro

político nacional com opção clara pela minimização das assimetrias regionais. Um quadro político onde se deveriam discutir (e decidir), antes de mais, os *fins* e não os *meios*. Daí que entendamos que, nas actuais circunstâncias, o processo de regionalização, contrariamente à prioridade que muitos lhe atribuem, é uma questão secundária. De pouco valerá esta reforma administrativa se a vontade política permanecer imune à necessidade da equidade regional.

Para nós, os *fins* estão claros. Entendendo por desenvolvimento o acesso equitativo aos meios que proporcionam bem-estar, e sendo por isso que nos batemos, impõe-se, na nossa opinião, uma política nacional de equilíbrio regional. Naturalmente que na escassez de recursos teremos que nos basear em prioridades. Simplesmente, em prioridades que não se resumam ao benefício e ao prejuízo sempre dos mesmos.

Esclarecidos os *fins*, passemos aos *meios* e às *estratégias*.

5.1. Alentejo: Espaço Homogéneo ou Assimétrico?

A resposta àquela questão tem subjacente o confronto de duas hipóteses básicas: uma, que realça a pretensa homogeneidade global da região e privilegia o seu tratamento como um todo indivisível; outra, que se funda em anunciadas particularidades intra-regionais e que justificam, alegadamente, a sua partição em zonas do tipo norte-sul ou oeste-este. A este respeito lembramos o trabalho de Jorge Pinto (Pinto, 1992), ao qual já nos referimos, onde o autor desenvolveu esta temática. Nesse trabalho, os resultados não se mostraram, na nossa opinião, totalmente concludentes, persistindo a dúvida sobre a pertinência de se tratar o Alentejo como uma única região ou como um território vertical ou horizontalmente divisível. É desta questão que tratamos neste ponto, fazendo apelo aos resultados da agregação concelhia obtida com a análise de clusters no capítulo anterior.

A identificação de 7 zonas concelhias social e economicamente homogéneas no Alentejo revela uma inexistência de contiguidade, assaz significativa, dos espaços intra-regionais. Apenas no cluster A, localizado mais ao norte da região, essa característica está presente. Nos demais clusters, verificam-se intersecções de uns clusters nos outros. Exemplos notórios da falta de contiguidade destas zonas homogéneas são as distribuições dos clusters C e F. Destes dois clusters, o primeiro é representado por concelhos que se localizam tanto no norte como no centro e no litoral da região. O segundo é composto pelos concelhos mais desenvolvidos da região (Évora, Beja e Portalegre), o que, definido pelas suas características socio-económicas, em nada é consonante com os requisitos de contiguidade. Em todos os restantes clusters, nuns casos mais do que noutros, a situação é semelhante.

Simplificando a análise com a divisão da NUTS Alentejo em apenas duas zonas concelhias homogéneas (ver mapa 11, página 128), o que se consegue com recurso ao dendograma da página 112, a intersecção dos clusters continua patente. Portalegre, Beja e Castro Verde, constituem-se em ilhas do cluster H entrepostas no cluster I, que nem sequer apresenta união perfeita no centro da região. Não obstante, mais importante do que isso é o facto de estes dois clusters se mostrarem bastante representados no norte e no sul da região. Aliás, o cluster I constitui, precisamente, uma zona homogénea que agrega, grosso modo, tantos municípios da parte mais norte como da parte mais sul da região. O cluster H remete-se, tendencialmente, para uma extensa faixa concelhia que separa, ao meio, as duas zonas do mesmo cluster I.

O que se diz para a comparação norte-sul é válido também para a comparação litoral-interior. Ambos os clusters (H e I) são simultaneamente representados por concelhos que se localizam, genericamente, tanto a oeste como a este. Aliás, é notório que a separação que o cluster H opera no cluster I se situa numa faixa concelhia que se estende de sudoeste a nordeste (ou vice-versa).

No seguimento desta análise, distinguimos ainda três zonas homogéneas na NUTS Alentejo, novamente com base no dendograma considerado anteriormente e direccionando o concelho de Sines (que naquele dendograma

aparece isolado) para o cluster que lhe é mais próximo. Esta nova divisão em três zonas homogéneas (ver mapa 12, página 129) mantém o cluster H da divisão em duas zonas homogéneas e separa o cluster I em dois: o cluster J, representado, essencialmente, nos extremos norte e sul regionais, e o cluster K, com representatividade a norte e a sul do município de Évora. O cluster J comprova, assim, a homogeneidade dos extremos norte e sul da região, o cluster H mantém-se como uma zona homogénea de grande extensão e o cluster K reparte-se, algo uniformemente, pelo restante território, mais uma vez sem contiguidade.

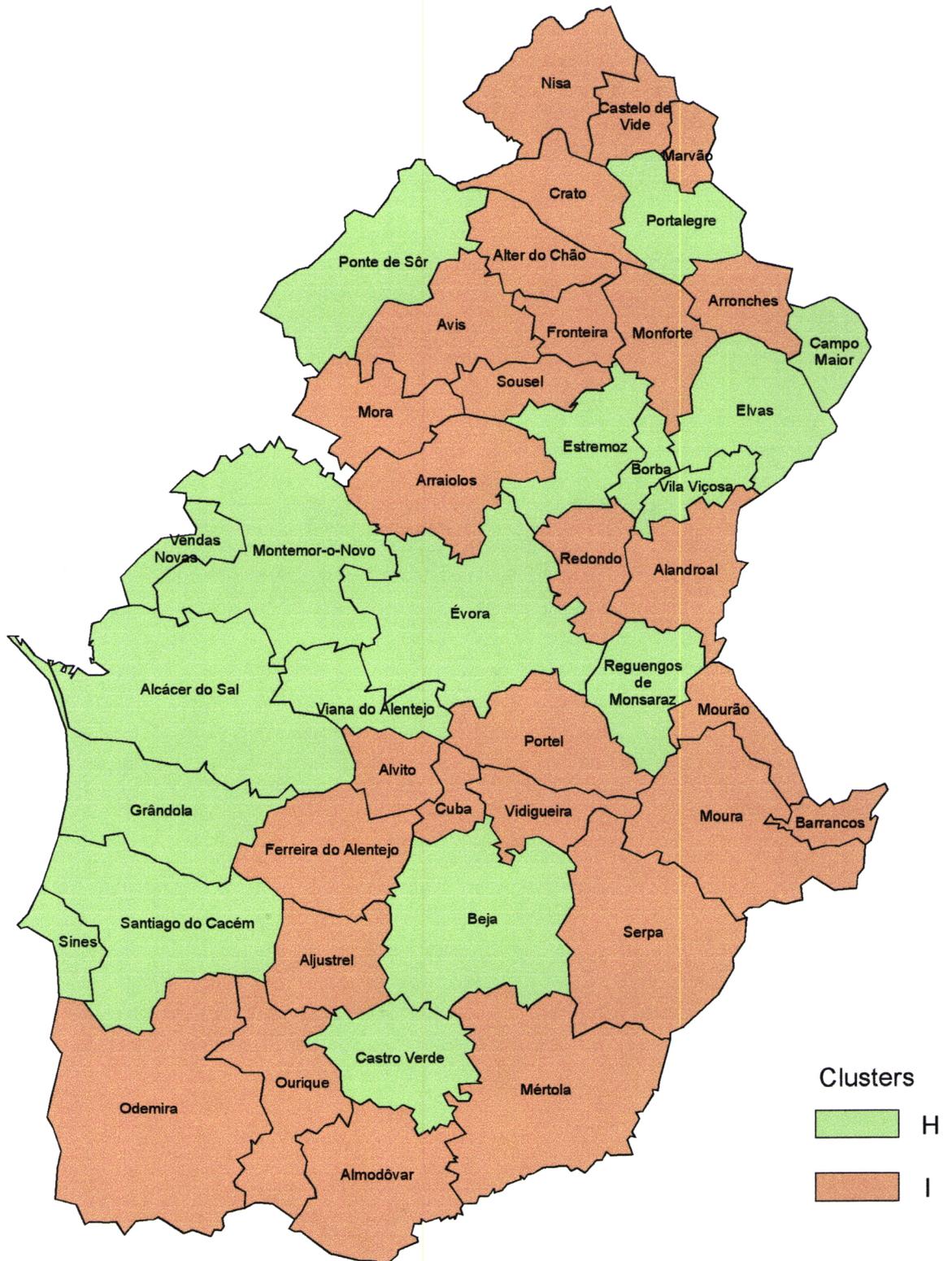
Com base nestes resultados, do eixo vertical ressalta a ideia que o norte e o sul do Alentejo não fazem sentido desagregados. Na divisão da NUTS em três zonas homogéneas é visível que Nisa, Castelo de Vide, Marvão e Crato são social e economicamente mais parecidos com Odemira, Ourique, Almodôvar, Mértola e Barrancos do que com quaisquer outros concelhos.

Para além disso, nota-se que na zona central da NUTS há uma cumplicidade socio-económica muito estreita entre um centro-norte e um centro-sul. Por exemplo, os concelhos de Arraiolos, Mora e Sousel, no centro-norte, e os concelhos de Alvito, Cuba e Portel, no centro-sul, assemelham-se mais entre si do que com os municípios localizados nos extremos norte e sul da NUTS. Esta e outras situações similares tornam inviável qualquer fronteira que trespasse a zona central da região.

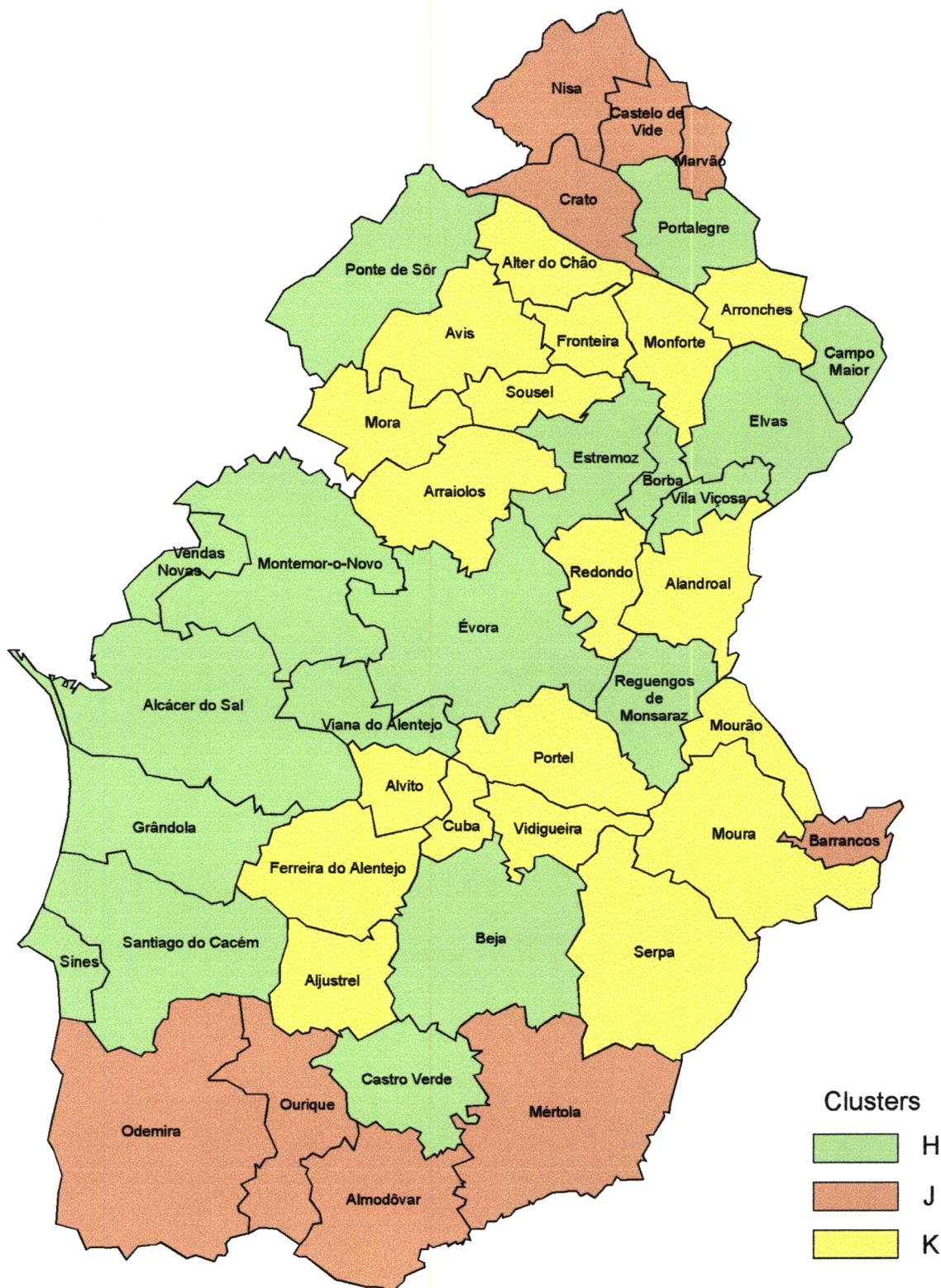
Por sua vez, no eixo horizontal também não se vislumbra qualquer possibilidade de se traçar uma linha divisória que não desrespeite as homogeneidades territoriais inter-concelhias. Tanto os clusters H e I (mapa 11) como os clusters J e K (mapa 12) fazem-se representar concelhamente nas zonas oeste e este da NUTS Alentejo. Este é um ponto em que o nosso trabalho contraria (ou complementa) o de Jorge Pinto, anteriormente referido. Ao contrário do que se conclui nesse trabalho, as nossas observações não permitem considerar uma menor homogeneidade inter-concelhia no eixo horizontal face ao eixo vertical. O trabalho de Jorge Pinto aponta para uma divisão litoral-interior do Alentejo, mas conclui que esta região deve ser considerada como uma só, atendendo à contradição entre esta divisão e a tradicionalmente avançada do tipo norte-sul e tendo em conta, também, a debilidade económica que aquela divisão acarretaria

para a região. Para nós, o cerne da questão não reside na procura de justificações para a sua não implantação, mas no facto de essa diferenciação não existir. A intersecção dos clusters é assaz significativa para que essa consideração, a nosso ver, seja legítima.

Mapa 11
Zonas Concelhias Homogéneas
2 Clusters



Mapa 12
Zonas Concelhias Homogéneas
3 Clusters



Para todos aqueles que pretendem definir para o Alentejo zonas de intervenção diferenciada, cremos que as 7 zonas social e economicamente homogéneas desenhadas no mapa 10 podem servir. Para os que procuram sustentar a defesa de divisões infra-regionais com base em alegadas assimetrias do tipo norte-sul ou oeste-este, os resultados da nossa investigação não satisfazem, certamente, as suas pretensões. É que, na óptica generalista dessas alegadas assimetrias, a região Alentejo não deve deixar de ser considerada, na nossa opinião, globalmente homogénea. Uma homogeneidade que, nessa óptica, não prejudica nem contraria a diferenciação territorial que a nossa agregação concelhia produziu e que nos auxiliará na definição de uma política de desenvolvimento regional.

5.2. Para Uma Política de Desenvolvimento Regional a Aplicar ao Alentejo

Na nossa opinião há três pontos fundamentais pelos quais uma política de desenvolvimento regional a aplicar no Alentejo se deve orientar: 1) uma política que, na mira do nivelamento regional e atenta aos principais estrangulamentos e potencialidades socio-económicas, se processe em função de espaços homogéneos niveladores e não em função de espaços polarizados hierarquizantes. 2) Uma política que respeite as características das diferentes realidades infra-regionais, não obstante a homogeneidade global que identifica o Alentejo como *uma* região e que desaconselha a sua desagregação administrativa. Finalmente, 3) uma política que se consubstancie em intervenções estratégicas prioritárias, que dinamizem a actividade económica da região e permitam a melhoria das condições de vida dos seus habitantes e a sua revitalização demográfica.

Com este desiderato, apresentamos, de seguida, as linhas gerais que a política aqui perseguida deve contemplar. Considerando os resultados da

análise desenvolvida nos capítulos precedentes, elegemos para esta política seis eixos de intervenção estratégica:

- 1 - Dinamização económica e criação de emprego;
- 2 - Diversificação da base produtiva;
- 3 - Turismo;
- 4 - Infra-estruturas da habitação;
- 5 - Equipamentos assistenciais e culturais;
- 6 - Implementação de projectos estruturantes.

O primeiro eixo de intervenção estratégica - dinamização económica e criação de emprego - é o mais generalista e o mais importante. Numa região cuja actividade económica está entregue a um parco tecido empresarial que conta com um grande número de micro-empresas pouco empregadoras, este eixo de intervenção estratégica visa, fundamentalmente, incentivar a criação de novas unidades empresariais e apoiar as unidades já existentes. Para o efeito deverá ser criado um quadro financeiro de apoios a fundo perdido e linhas de crédito altamente bonificado que incentivem, inequivocamente, a localização de novos projectos de cariz preferencialmente industrial, bem como a formação de base e reciclagem profissional dos recursos humanos existentes. Mais do que isso, deverá ser incentivada e apoiada uma reestruturação do quadro institucional actualmente existente de apoio às empresas, em prol de sistemas de cooperação pública e privada estreitamente vocacionados para o desenvolvimento regional.

A aplicação deste primeiro eixo de intervenção estratégica deve generalizar-se a todo o território regional, com preferência pelas zonas onde os índices de inactividade económica e de desemprego são mais elevados. Retomando os resultados da análise factorial e da análise de clusters do capítulo anterior, apontam-se como zonas de intervenção prioritária deste eixo as que se formam, grosso modo, pelos concelhos dos clusters A e E e, também, alguns concelhos do cluster B (no quadro 47, página 135, apresentamos as zonas de intervenção prioritária deste e dos restantes eixos).

O segundo eixo - diversificação da base produtiva - justifica-se pela necessidade de se alargar o tipo de actividades económicas predominantes no Alentejo, fomentando os sistemas de fileiras ou clusters económicos. Neste caso, as prioridades deverão direccionar-se em quatro vertentes: no sector primário impõe-se uma complementarização da tradição cerealífera com o desenvolvimento das culturas de regadio e da florestação; no sector secundário constituirão prioridade a transformação de alguns dos principais recursos minerais extraídos (mármore e granito) e o desenvolvimento das agro-indústrias (tomate, azeite, conserva de azeitona, conserva de frutos, vinho, carne e derivados, cortiça, etc.); no sector terciário dever-se-á investir em serviços de apoio à base produtiva (serviços de sanidade animal, análise de solos, certificação de produtos, contabilidade e gestão, estudos e projectos, formação profissional, marketing empresarial, sistemas de informação, centros de investigação, telecomunicações, etc.).

A aplicação deste segundo eixo de intervenção estratégica privilegiará as zonas concelhias de acordo com as suas actuais maiores potencialidades sectoriais. Desta forma, a diversificação agrícola e o incremento das agro-indústrias são prioritárias na faixa concelhia longitudinal do centro da região e que engloba, na sua maior parte, as componentes do cluster B. O investimento nas actividades de transformação dos minérios não metálicos deverá canalizar-se, maioritariamente, para alguns dos concelhos do cluster C, onde a produção global das respectivas unidades empresariais mais o justifica. Finalmente, o incremento dos serviços de apoio à actividade produtiva privilegiará os locais onde as sinergias do primário e do secundário mais se fazem sentir. Não obstante, e tendo em consideração a natureza de alguns dos serviços a implantar (centros de investigação, estudos e projectos, sistemas de informação, etc.), a sua localização deverá concentrar-se em três zonas-chave: nos concelhos do cluster F (Évora, Beja e Portalegre) e nos eixos de Montemor-Vendas Novas e Vila Viçosa-Borba-Estremoz, ambos do cluster C (ver quadro 47).

O terceiro eixo - turismo - tem por objectivo a consolidação das sinergias já existentes neste domínio e a implantação de novos equipamentos e serviços que permitam o aproveitamento adequado das potencialidades turísticas de algumas zonas da região. Neste caso, o investimento centrar-se-á em unidades

hoteleiras e de turismo rural, equipamentos desportivos e de lazer, recuperação do património monumental, infra-estruturas de apoio às actividades de caça e pesca, melhoria das redes viárias municipais, criação de percursos e formação de guias turísticos, marketing turístico, etc..

As zonas de intervenção prioritária para o terceiro eixo localizam-se em dois concelhos do cluster G (Grândola e Sines) e também em dois triângulos de aproveitamento das sinergias turísticas de Évora e de Castelo de Vide: Évora-Monsaraz-Arraiolos e Castelo de Vide-Portalegre-Marvão (quadro 47).

O quarto eixo - infra-estruturas da habitação - visa a minimização das carências registadas nas condições dos alojamentos familiares, relacionadas com os sistemas de água canalizada, banho ou duche, esgotos e electricidade. Este tipo de intervenção prevalecerá no sul do Alentejo onde os concelhos do Cluster E (com excepção de Barrancos) denotam os maiores problemas neste domínio. Naturalmente que a área física média dos concelhos deste cluster, notoriamente superior à média regional, dificultará a concretização destes objectivos. Mesmo assim, e porque se tratam aqui de necessidades básicas que urge satisfazer, a existência de um eixo de intervenção estratégica neste domínio, na nossa opinião, justifica-se plenamente (quadro 47).

O quinto eixo - equipamentos assistenciais e culturais - depende directamente do investimento público e pretende colmatar as principais lacunas existentes na região em termos de equipamentos e serviços de saúde, segurança social, educação e cultura. A sua aplicação incidirá preferencialmente nas zonas onde a primeira componente principal da análise factorial (excelência concelhia) evidenciou maiores carências, com predominância dos concelhos pertencentes aos clusters A, B, D e E. Aliás, a implantação de equipamentos e serviços assistenciais - saúde e segurança social - nestas zonas prioritárias, justifica-se, também, pela modulação concelhia registada na componente principal 2, já que é precisamente naqueles quatro clusters que se registam os scores concelhios médios mais altos em termos de envelhecimento demográfico (ver quadro 46, página 118). Certamente que a rarefacção populacional em algumas das zonas mais carenciadas prejudicará (porventura, inviabilizando) a implantação, a curto prazo, de alguns destes equipamentos e serviços. O que aqui se propõe é que, na análise factual e na medida do possível, se inverta progressivamente

a lógica actual que perpetua a concentraçãõ dos investimentos nos grandes centros populacionais.

O sexto eixo de intervençãõ estratégica - implantaçãõ de projectos estruturantes - interliga-se com o anterior, mas distingue-se pela natureza e grandeza dos investimentos aqui em causa. Trata-se, nuns casos, de dar a sequênciã adequada a alguns projectos já iniciados e, noutros casos, de proceder à implantaçãõ de novos projectos com efeito multiplicador de grande dimensãõ. Referimo-nos, em primeiro lugar, ao Projecto Alqueva que, não devendo constituir-se na panaceia para todos os males da regiãõ, em muito poderá contribuir para o desenvolvimento das actividades agrícolas e turísticas da sua zona envolvente. Aliás, é dos resultados deste projecto que muito depende o sucesso de algumas das intervenções aqui propostas, nomeadamente algumas das que se relacionam com os sectores agrícola e turístico. Para além do projecto Alqueva, referimo-nos a outros investimentos, destacando-se: uma ligaçãõ rodoviária complementar no interior da regiãõ (fronteiriça a Espanha), de Arronches a Almodôvar e com ligações ao actual Itinerário Principal 2; o melhor aproveitamento do porto de Sines enquanto entreposto regional e nacional; a adequaçãõ da base aérea de Beja e do aeródromo de Évora para serviço comercial e turístico; a consolidaçãõ de canais de distribuiçãõ que facilitem o escoamento de produtos e dinamizem os binómios regionais e inter-regionais de produçãõ-mercado.

Estamos em crer que estes seis eixos de intervençãõ estratégica prioritária servem cabalmente, em teoria, ao desenvolvimento do Alentejo. Contudo, para que aqueles *meios* se concretizem e para que este *fim* possa ser alcançado muita coisa depende do princípio que lhes está inerente: vontade política. Não será fácil encontrar esta vontade quando se fala de uma regiãõ que representa cerca de 5,5% do contingente populacional do país e aproximadamente 5,8% do seu eleitorado. Contudo, é desconsolador que o país se restrinja cada vez mais à franja concelhia atlântica, onde se degladiam as grandes vantagens e as grandes desvantagens da concentraçãõ económica e demográfica, por vezes, com supremacia das segundas. Na visãõ redutora da racionalidade e da eficiênciã economicista, perde-se a grandeza dos horizontes a que, insistentemente, viramos costas e dos quais teimamos em não extrair os dividendos possíveis.

Quadro 47
Eixos de Intervenção Estratégica e Concelhos de Intervenção Prioritária

Eixos de Intervenção Estratégica	Concelhos de Intervenção Prioritária
Eixo 1: Dinamização Económica e Criação de Emprego	Nisa, C. Vide, Marvão, Crato, A. Chão, Arronches, Monforte, Alvito, Cuba, S. Cacém, Ourique, Aljustrel, C. Verde, Almodôvar, Mértola, Serpa, Moura, Barrancos, Mourão
Eixo 2: Diversificação da Base Produtiva: <ul style="list-style-type: none"> . sector primário e agro-indústrias . transformação de minérios não metálicos . serviços de apoio à actividade produtiva 	<p>Avis, Fronteira, Monforte, Sousel, Arraiolos, Évora, Redondo, Alvito, F. Alentejo, Beja, Aljustrel, C. Verde</p> <p>V. Viçosa, Borba, Estremoz</p> <p>Portalegre, Évora, Beja, Montemor, V. Novas, V. Viçosa, Borba, Estremoz</p>
Eixo 3: Turismo	Grândola, Sines, Évora, R. Monsaraz, Arraiolos, C. Vide, Portalegre, Marvão
Eixo 4: Infra-estruturas de Habitação	Odemira, Ourique, Almodôvar, Mértola
Eixo 5: Equipamentos Assistenciais e Culturais	Nisa, Crato, Marvão, Arronches, Monforte, Sousel, Arraiolos, Alvito, F. Alentejo, Redondo, Alandroal, Mourão, Portel, Serpa, Barrancos, Mértola, Almodôvar, Ourique, A. Sal
Eixo 6: Implementação de Projectos Estruturantes	Sines, Beja, Évora, Portel e zona envolvente ao Projecto Alqueva, outros

Definidos os contornos gerais da política de desenvolvimento regional que defendemos para o Alentejo, o trabalho que nos propusemos parece concluído, mas não tanto. Estas são as nossas propostas, cientes de que um trabalho daquela envergadura exige um exercício multidisciplinar, congregador de múltiplas posições e contributos. Por essa razão, terminamos este trabalho com as recomendações que se nos afiguram mais importantes para a continuidade da intervenção política e do trabalho empírico que estas questões merecem.

Relativamente à intervenção política, cremos da maior pertinência a criação de um Conselho Regional, base de discussão e confrontação de ideias e propostas sobre as vias de investimento endógeno e exógeno mais aconselháveis, em prol do desenvolvimento regional. Uma entidade que congregue e sistematize as posições dos principais agentes públicos e privados da região e produza, com regularidade, as directrizes consultivas de base à política nacional, regional e local.

No que se refere ao trabalho empírico, reconhecemos particularmente importante o incremento de estudos aplicáveis às múltiplas realidades locais da região, para apreciação e sustentação das acções estratégicas de âmbito geográfico e tipológico menos abrangente como o que caracteriza o trabalho que aqui apresentamos. Neste sentido, antevemos frutuoso todo o trabalho que, responsabilmente, se desenvolva com incidência ao nível local (freguesias, localidades...) e sectorial (agricultura, indústria, comércio, saúde, educação, acessibilidades, ambiente...). Da nossa parte, o que aqui concluimos representa, apenas, o princípio.

BIBLIOGRAFIA

Obras e Artigos de Enquadramento Teórico

ABREU, Diogo, 1978

"Estudo Estatístico de Algumas Características do Povoamento em Portugal", *in Cadernos da Faculdade de Letras*, nº 7, Lisboa: Universidade de Lisboa

AGUIAR, Joaquim, 1996

"Regionalização, Poder e Responsabilidade", *in Economia e Sociologia*, nº 62, Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora

ALFACE, M^o. João, 1995

"O FEDER no Alentejo. Balanço de Oito Anos", *in Alentejo - Análise Regional*, nº 12, Évora: Comissão de Coordenação da Região Alentejo

ALEGRIA, Maria Fernanda, *et. al.*, 1990

"Norte/Sul e Litoral/Interior: Duas Divisões Dicotómicas de Portugal Continental", *in Finisterra*, vol. XXV, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos

IDEM, 1995

"Breves Considerações sobre o Problema da Regionalização", *in Cadernos do IEP*, nº 1, II série, Lisboa: Instituto de Estudos Políticos

ALVES, M^o. Rosário, LEMOS, J. B., 1986

"A Acessibilidade das Principais Áreas Urbanas do Continente. Transporte Público Interurbano de Passageiros", *in Estudos Urbanos e Regionais*, Série E, nº 38, Lisboa: IACEP

BALSAS, António, *et. al.*, 1982

O Processo de Regionalização e o Quadro Previsível do Ordenamento do Território, Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

BAPTISTA, António José Mendes, 1985

Processo de Regionalização - Concepção e Implementação: Descentralização e Planeamento, Lisboa: Instituto de Análise de Conjuntura e Estudos de Planeamento

BARATA, Óscar Soares, 1981/82

"Demografia e Emprego em Portugal", *in Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 25, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

BARRETO, António (org.), 1996

A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

BOUDEVILLE, Jacques R., 1972

Aménagement du Territoire et Polarisation, Paris: Éditions M.-Th. Génin

BRANCO, Manuel, 1993

"Para que Serve o Desenvolvimento Rural. Uma Análise das Novas Estratégias",
in Economia e Sociologia, nº 55, Évora: Instituto Superior Económico e Social de
Évora

BRITO, Raquel Soeiro de (direcção), 1994

Portugal. Perfil Geográfico, Lisboa: Editorial Estampa

BRUXELAS, Mário Jorge, 1982

"O Problema da Regionalização na Perspectiva do Sistema de Planeamento",
in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 100ª, nº 1 a 12, Lisboa:
Sociedade de Geografia de Lisboa

CALDAS, E. Castro, 1957

"Industrialização e Agricultura", *in Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº
18, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

CALDAS, E. Castro, *et. al.*, 1966

Regiões Homogéneas no Continente Português, Lisboa: Fundação Calouste
Gulbenkian

CALDEIRA, Maria Celestina, 1984

"Esquemas de Incentivos Directos ao Investimento em Portugal", *in*
Planeamento, vol. 6, nº 3, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

CANCELA D'ABREU, Alexandre d'Orey, 1993

"Ordenar o Território Construir o Futuro. O Caso do Alentejo", *in Economia e*
sociologia, nº 55, Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora

CARVALHO, Fátima, LAPÃO, Aldina, 1985

"Contributos para um zonamento do Continente Português", *in Planeamento*,
vol. 7, nº 3, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

CARY, Francisco Caldeira, 1993

Estudo de Sistemas Agrícolas no Distrito de Portalegre. Evolução de 1960 a 1990,
IFADAP

CASCAIS, Mariana, 1995

"Regiões, Desenvolvimento e Partidos Políticos", *in Cadernos do IEP*, nº 1, II série,
Lisboa: Instituto de Estudos Políticos

IDEM, 1996

"Regionalização - Uma Forma Eficaz de Empobrecer o Portugal Mais Pobre", *in*
Economia e Sociologia, nº 62, Évora: Instituto Superior Económico e Social de
Évora

COELHO, Eduardo Prado, 1995

"Descentralização Cultural: Uma Solicitação e Algumas Emboscadas", *in Ibidem*

COIMBRA, Luís Ottolini, 1979

"Comentários às propostas MAI e CEP sobre uma nova divisão administrativa e regional. Proposta alternativa", *in Planeamento*, vol 2. Nº 2, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO, 1990

Zonas Homogéneas da Região Alentejo. Um Conjunto de Análise Factorial de Correspondências Múltiplas, Évora: Ed. do A.

IDEM, 1992

Estabelecimentos do Comércio na Região Alentejo - 1989. Coeficientes de Localização, Évora: Ed. do A.

IDEM, 1993

Zonas Homogéneas de Produção Agro-Pecuária na Região Alentejo, Évora: Ed. do A.

IDEM, 1996,

Estudo para Definição de uma Base Económica para o Alentejo, (2 volumes), Évora: Ed. do A.

COMMISSION EUROPÉENNE, 1996

Premier Rapport sur la Cohésion, Bruxelles

CÓNIM, Custódio N. P. S., 1985

"Migrações Internas em Portugal - 1981", *in Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 27, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

COSTA, António F., 1984

"Espaços Urbanos e Espaços Rurais: Um Xadrez em Dois Tabuleiros", *in Análise Social*, nº 21 (87, 88, 89), Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais

COVAS, António, 1993a

"A Agricultura Portuguesa para os Anos Noventa - Problemas e Perspectivas", *in Economia e Sociologia*, nº 55, Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora

IDEM, 1993b

"Enquadramento Internacional da Agricultura Portuguesa - A Reforma da PAC, o Uruguay Round e a União Europeia", *in Ibidem*

COVAS, António, NETO, Paulo, 1992

"A União Europeia Pós-Maastricht e a Nova Política Regional: Da Regionalização ao Regionalismo", in *Estudos de Economia*, vol. XII, nº 4, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão

DIRECÇÃO GERAL DA ACÇÃO REGIONAL E LOCAL, 1979

Métodos e Critérios de Classificação de Municípios, Lisboa: Ed. do A.

ESTEVES, Maria do Céu, 1984

"Processo de Regionalização. Conceptualização e Avaliação", in *Planeamento*, vol. 6, nº 3, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

FERRÃO, João, 1988

"A Indústria em Portugal: Estruturas Produtivas e Sociais em Contextos Regionais Diversificados", in *Finisterra*, vol. XXIII, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos

IDEM, 1992

Serviços e Inovação. Novos Caminhos para o Desenvolvimento Regional, Oeiras: Celta Editora

FERRÃO, João, JENSEN-BUTLER, Chris, 1988

"Existem 'Regiões-Periféricas' em Portugal?", in *Análise Social*, vol. XXIV (100), Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais

FIGUEIRA, Eduardo, 1996

"Os Medrosos da Regionalização", in *Imenso Sul*, nº 7, Évora

IDEM, 1997

"Carta Aberta aos Medrosos da Regionalização", in *Imenso Sul*, nº 9, Évora

FIGUEIREDO, Ernesto V. S. de, 1988

Portugal: que regiões? Algumas Propostas de Delimitação Regional para o Continente Português, Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica

FONSECA, Ana, 1994

"Despovoamento Avança em Portugal", in *A Razão*, ano V, nº 40, Porto: A Razão

FONSECA, Helder Adegar, 1988

"Sociedade e Élités Alentejanas no Século XIX", in *Economia e Sociologia*, nº 45/46, Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora

IDEM, 1996

O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

FONSECA, Maria Lucinda, 1990

População e Território: Do País à Área Metropolitana, Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos

FRIEDMAN, John, 1979

Territory and Function, London: Edward Arnold

GASCÃO, José Paulo, 1986

"Regionalizar para Desenvolver: Duas Faces da Mesma Moeda", *in Poder Local*, nº 71, Lisboa: Caminho

GASPAR, Jorge, 1975

"Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental", *in Finisterra*, vol. X, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos

IDEM, 1986

"Portugal: População e Povoamento. Evolução Recente, Tendências e Perspectivas", *in Povos e Culturas*, nº 1, Lisboa

IDEM, 1987

"A Ocupação e a Organização do Território. Análise retrospectiva e tendências evolutivas", *in Portugal. Os Próximos 20 Anos*, I vol., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

IDEM, 1993

As Regiões Portuguesas, Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território

GUÉNON, René, 1989

O Reino da Quantidade e os Sinais dos Tempos, Lisboa: Publicações Dom Quixote

JACINTO, Rui, 1993

"As Regiões Portuguesas, a Política Regional e a Reestruturação do Território", *in Cadernos de Geografia*, nº 12, Coimbra: Universidade de Coimbra

LAGE, Carlos, 1987

"Desenvolvimento Nacional, Desenvolvimento Regional e Regiões Administrativas", *in Cadernos Municipais*, nº 40-41, Lisboa: Fundação Antero de Quental

LILAIA, Carlos, BAPTISTA, José Mendes, 1984

"Desenvolvimento regional, ordenamento do território e rede urbana", *in Planeamento*, vol. 6, nº 1-2, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

LOBO, M. L. da Costa, 1982

"Centros Urbanos e Relação das suas Áreas de Influência na Estrutura Regional", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 100ª, nº 1 a 12, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa

LOPES, A. Simões, 1982

"Ordenamento e Regionalização: da Indispensabilidade dos Pólos à sua Adequação a uma Política de Desenvolvimento", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 100ª, nº 1 a 12, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa

IDEM, s.d.

Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

MACHADO, J. Reis, 1978

"O Equipamento do Território e os Desequilíbrios Regionais", in *Planeamento*, vol. 1, nº 2, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

MARQUES, Carlos, 1993

"A Nova Política Agrícola Comum (PAC) e o Alentejo", in *Ibidem*, nº 55

IDEM, 1994

"As Famílias do Alentejo e o Desenvolvimento da Região", in *Economia e Sociologia*, nº 57, Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora

MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno, 1994

História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global, Lisboa: Editorial Presença

MEDEIROS, Carlos Alberto, 1991

Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana: Uma Introdução, Lisboa: Editorial Estampa

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (Secretaria de Estado da Administração Regional e Local), 1980

Livro Branco sobre Regionalização - Anexos, Lisboa: Ed. do A.

IDEM, 1981

Livro Branco sobre Regionalização, Lisboa: Ed. do A.

IDEM, 1982

Propostas de Divisão Regional Apresentadas até 1980. Mapas e Anexos Justificativos, Lisboa: Ed. do A.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (Secretariado Técnico para a Regionalização), 1976

Administração Regional: Projecto, Porto: Ed. do A.

IDEM, 1982

Acerca das Divisões Regionais, Porto: Ed. do A.,

- IDEM, 1982
Projecto de Proposta de Lei - Quadro das Regiões Administrativas, Porto: Ed. do A.
- IDEM, 1982
Regionalização - Autarquias Locais, Porto: Ed. do A.
- IDEM, 1983
Relatório Nacional do Debate Público sobre Regionalização, Porto: Ed. do A.
- MIRANDA, Jorge, 1981
As Constituições Portuguesas, Lisboa: Petrony
- MORAIS, Joaquim J. P. de, 1986
"Breve Apreciação dos Fluxos Demográficos Internos do Envelhecimento e dos Idosos Deduzidos do Recenseamento da População Portuguesa em 1981", in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 28, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- MOREIRA, Carlos Pinto, 1991
No Âmbito da Estratégia Actual do Desenvolvimento Regional, Lisboa: Fotogravura Corte Real
- MOURA, Francisco Pereira de *et. al.*, 1954
"Estrutura da Economia Portuguesa", in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 14, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- NAZARETH, J. Manuel, 1993
"O Envelhecimento Demográfico da População Portuguesa no Início dos Anos Noventa", in *Economia e Sociologia*, nº 56, Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora
- NICOLAU, Fernando da Costa, SÁ, Jorge de, 1979
"Tipologia Socioeconómica dos Municípios Continentais pela Análise das Correspondências", in *Análise Social*, vol. XV (57), Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais
- OLIVEIRA, António C., 1994/95
"A Regionalização: O Caminho Está Aberto", in *Cadernos de Estudos Municipais*, nºs 2/3, Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho
- OLIVEIRA, Camilo Cimourdain de, FERREIRA, José Eugénio Duarte, 1957
"Localização das Indústrias", in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 19, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

- OLIVEIRA, J. M. Pereira, 1980
 "Análise Comparativa dos Centros Urbanos de Portugal. Ensaio Metodológico",
in Revista da Universidade de Coimbra, nº 28, Coimbra: Universidade de
 Coimbra
- OLIVEIRA, Jorge Manuel de, SERRÃO, Amílcar, 1992
 "Alentejo - Uma Região?", *in Economia e Sociologia*, nº 54, Évora: Instituto
 Superior Económico e Social de Évora
- OLIVEIRA, Luís Valente de, 1982
 "Os Instrumentos de um Processo de Regionalização", *Boletim da Sociedade de
 Geografia de Lisboa*, série 100ª, nº 1 a 12, Lisboa: Sociedade de Geografia de
 Lisboa
- IDEM, 1996
Regionalização, Porto: Edições ASA
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, 1977
Proposta de Lei Nº 68/1 sobre as Regiões Administrativas, Lisboa: Ed. do A.
- PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO, 1982
Regionalização - Um Livro PPM, Lisboa: Ed. do A.
- PARTIDO SOCIALISTA, 1979
 "As Regiões-Plano: Proposta PS", *in Cadernos Municipais*, nº 2 e 3, Lisboa:
 Fundação Antero de Quental
- PEIXOTO, João, 1987
 "O Crescimento da População Urbana e a Industrialização em Portugal", *in
 Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 22, Coimbra
- PINHEIRO, António Cipriano A., 1980
 "A Agricultura Portuguesa: Algumas Causas de Estagnação", *in Economia e
 Sociologia*, nº 29/30, Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora
- IDEM, 1993
 "A Água Factor de Desenvolvimento", *in Ibidem*, nº 55
- PINTO, Jorge M. O., 1992
Alentejo - Uma Região?, Trabalho de Fim de Curso de Licenciatura, Évora:
 Universidade de Évora
- PINTO, Jorge M. O., SERRÃO, Amílcar J. C., 1992
 "Alentejo - Uma Região?", *in Economia e Sociologia*, nº 54, Évora: Instituto
 Superior Económico e Social de Évora
- PORTAS, Nuno, 1979
 "Sobre o Processo de Regionalização e a Divisão Territorial do Continente", *in
 Planeamento*, vol. 2, nº 2, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

PORTELA, Manuel, 1984

Les Petites Régions - Concelhos - au Portugal. Analyse Comparative des Structures Agricoles, Montpellier: Universidade Paul Valéry

PORTO, Manuel, 1996

"O Ordenamento do Território Face aos Desafios da Competitividade", in *Dinamismos Socio-Económicos e (Re)organização Territorial: Processos de Urbanização e de Reestruturação Produtiva*, Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos

REGO, Conceição, 1995

"Alentejo Rural", in *Imenso Sul*, nº 1, Évora

REIS, José, 1992

Os Espaços da Indústria. A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal, Porto: Edições Afrontamento

REI DOS LIVROS, 1989

Constituição da República Portuguesa, Lisboa: Ed. do A.

RICHARDSON, Harry W., 1969

Regional Economics. Location Theory, Urban Structure and Regional Change, London: Weidenfeld & Nicolson

RODRIGUES, Rui da Costa, FIGUEIREDO, Ernesto V. S. de, 1985

"As Áreas Homogéneas segundo Níveis de Desenvolvimento Socio-económico em Portugal", in *Factos e Ideias*, ano 1, nº 1, Braga: Universidade do Minho

SALGUEIRO, Teresa Barata, 1992

A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana, Porto: Edições Afrontamento

SANTOS, José António dos, 1982

"A Problemática da Regionalização: Aspectos Históricos, Geográficos e Institucionais", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 100ª, nº 1 a 12, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa

IDEM, 1982

A Regionalização Portuguesa no Contexto Europeu, Lisboa: Instituto Fontes Pereira de Melo

IDEM, 1984

"Regionalização e Regionalismo: Perspectiva Histórica e Geográfica", in *Scientia Ivrídica*, Tomo XXXIII, nº. 187-188, Braga

IDEM, 1985

Regionalização: Processo Histórico, Lisboa: Livros Horizonte

IDEM, 1987

"Regionalização: Tradição e Actualidade de um Processo", in *Cadernos Municipais*, nº 40-41, Lisboa: Fundação Antero de Quental

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO, 1976

Estudo para a Delimitação de Regiões-Plano, Lisboa: Ed. do A.

IDEM, 1977

"Documentos de Trabalho Preliminar com Vista a um Esquema de Ordenamento do Território", Lisboa: Ed. do A.

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1994

Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural, Lisboa: Ed. do A.

SERRÃO, Amílcar, 1995

"Estratégias de Desenvolvimento para a Região Alentejana", in *Economia e Sociologia*, nº 59, Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora

SILVA, António Neto da, 1995

"A Problemática da Divisão do País por Regiões", in *Cadernos do IEP*, nº 1, II série, Lisboa: Instituto de Estudos Políticos, nº 1, II série

SILVA, Manuela, *et. al.*, 1984

Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

STOCK, Maria José, MAGONE, José, 1984

"A Europa das Regiões e a União Europeia", in *Ibidem*

STÖHR, Walter, 1979

"Avaliação comparada dos esquemas de regionalização propostos para Portugal pelo Ministério da Administração Interna e pelo Centro de Estudos de Planeamento", in *Planeamento*, vol. 2, nº 2, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

TELLES, Gonçalo Ribeiro, 1995

"Regionalização: A Humanização do Território", in *Cadernos do IEP*, nº 1, II série, Lisboa: Instituto de Estudos Políticos

ULRICH, Ruy Ennes *et. al.*, 1957

"Conveniência da Industrialização - Alguns Aspectos", in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 18, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

VARÃO, António Proença, 1979

"Alguns Comentários e Propostas acerca da Divisão Regional do Continente", in *Planeamento*, vol. 2, nº 2, Lisboa: Departamento Central de Planeamento

VIEGAS, Maria Margarida, 1997

"Aplicação de Técnicas Estatísticas Multivariadas na Segmentação da Procura Turística do Algarve", in *Revista de Estatística*, nº 5, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

Obras e Artigos de Enquadramento Metodológico

ANDREWS, Frank M., *et. al.*, 1981

A Guide for Selecting Statistical Techniques for Analysing Social Science Data, Ann Arbor: University of Michigan

BENZÉCRI, J. P., 1976

L'Analyse des Données - II - L'Analyses des Correspondances, Paris: Dunod

BLALOCK, Herbert M., 1981

Social Statistics, Tokyo: McGraw-Hill

BOUROCHE, Jean-Marie, SAPORTA, Gilbert, 1989

L'Analyse des Données, Paris: PUF

BRYMAN, Alan, CRAMER, Duncan, 1992

Análise de Dados em Ciências Sociais. Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS, Oeiras: Celta Editora

CIBOIS, Philippe, 1984

L'Analyse des Données en Sociologie, Paris: PUF

IDEM, 1987

L'Analyse Factorielle, Ibidem

CRAUSER, Jean-Pierre, *et. al.*, 1989

Guide Pratique d'Analyse des Données, Paris: Les Éditions d'Organization

D'HAINAUT, Louis, 1990

Conceitos e Métodos da Estatística, 2 vols., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

DILLON, William R., GOLDSTEIN, Mathew, 1984

Multivariate Analysis. Methods and Applications, New York: John Willey & Sons, Inc.

HAIR, Joseph F., *et. al.*, 1992

Multivariate Data Analysis with Readings, New York: Macmillan Publishing Company

LOPES, A. Simões, 1980

“O recurso à taxonomia numérica em análise regional. Um exemplo de delimitação de regiões a partir de Cl. analysis”, *in Estudos de Economia*, vol. I, nº 2

NAZARETH, J. Manuel, 1988

Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa, Lisboa: Editorial Presença

NORUSIS, Marija J., 1994

SPSS Professional Statistics 6.1, Chicago: SPSS Inc., 1994

REIS, Elisabeth, 1990

Análise Factorial das Componentes Principais: um método de reduzir sem perder informação, Lisboa: ISCTE

IDEM, 1991

Análise de Clusters: um método de classificação sem preconceitos, Lisboa: ISCTE

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO, 1974

Indicadores e Medidas de Localização, Lisboa: Ed. do A.

SEERS, Dudley, 1979

“Os Indicadores de Desenvolvimento: O que Estamos a Medir”, *in Análise Social*, vol. XV (60), Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais

SPIEGEL, Murray R., 1984

Estatística, São Paulo: McGraw-Hill

UNITED NATIONS, 1989

Handbook on Social Indicators, New York: Ed. do A.

Fontes de Informação Estatística

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO,

Indicadores Regionais 1994, Évora: Ed. do A.

IDEM,

Investimento no Alentejo. Análise da Realização Financeira dos Programas Apoiados pelo FEDER 1986-1993. Localização Concelhia, Évora: Ed. do A.

DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA,

"Finanças Locais. Aplicação em 1995", in *Indicadores Municipais*, nº 14, Lisboa: Ed. do A.

INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E AO INVESTIMENTO e COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO,

Manual de Apoio ao Investidor na Região do Alentejo 1993, Évora: Ed. do A.

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (DELEGAÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO),

Desemprego Registado 1994 e 1995, Évora: Ed. do A.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA,

Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981 e 1991, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Base Belém 1991 a 1994, informação em suporte informático

IDEM,

Caracterização das Empresas Portuguesas. Dados físicos e económicos 1988 - 1991, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Contas Regionais 1990 a 1992, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estatísticas do Ambiente 1993 e 1994, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estatísticas da Construção de Edifícios 1990 a 1994, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1991 a 1995, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estatísticas Demográficas 1988 a 1995, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estatísticas do Emprego 1992 a 1996, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estatísticas Industriais 1986 a 1989, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estatísticas da Saúde 1991 a 1995, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estatísticas do Turismo 1993 e 1994, Lisboa: Ed. do A.

IDEM,

Estimativas de População Residente 1988 a 1994, Lisboa: Ed. do A.

- IDEM,
Inquérito aos Orçamentos Familiares 1989/90, Lisboa: Ed. do A.
- IDEM,
Painel de Empresas 1990-91 e 1994-95, Lisboa: Ed. do A.
- IDEM,
Recenseamento Geral Agrícola 1989, Lisboa: Ed. do A.
- IDEM,
XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação 1981, Lisboa: Ed. do A.
- IDEM,
XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação 1991, Lisboa: Ed. do A.
- IDEM,
Refter 1994, informação em suporte informático
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (DIRECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO),
Alentejo Social 1998, Évora: Ed. do A.
- IDEM,
Anuário Estatístico da Região Alentejo 1992 a 1996, Évora: Ed. do A.
- IDEM,
Inventário Municipal da Região Alentejo 1993, Évora: Ed. do A.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (DIRECÇÃO REGIONAL DO CENTRO),
Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 1993 e 1995, Coimbra: Ed. do A.
- IDEM,
"Índice de Interioridade 1995: Um Estudo para Portugal Continental", *in Cadernos Regionais*, nº 3
- MARKTEST, *Sales Index 1994*, Lisboa: Ed. do A.
- MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL, *Quadros de Pessoal 1981 a 1991*, Lisboa: Ed. do A.

APÊNDICES

Apêndice 1
Variáveis de Base do Modelo Original

Demografia		
A	1	Área do concelho (Km²) 1993
A	3	% concelhia da população residente na região 1992
A	4	Densidade populacional (hab / Km²) 1991
A	5	% população residente isolada 1991
A	6	% população residente em lugares com -2000 habitantes 1991
A	7	% população residente em lugares com 2000-9999 habitantes 1991
A	8	% população residente em lugares com 10000+ habitantes 1991
A	9	% população residente 0-14 anos 1991
A	12	% população residente 65+ anos 1991
A	13	Variação percentual da população residente 0-14 anos 1981/91
A	16	Variação percentual da população residente 65+ anos 1981/91
A	17	% população residente solteira 1991
A	18	% população residente casada (legalmente) 1991
A	19	% população residente casada (de facto) 1991
A	20	% população residente viúva 1991
A	21	% população residente divorciada/separada 1991
A	23	Taxa de crescimento demográfico efectivo 1981-1991
A	24	Taxa de crescimento demográfico natural 1981-1991
A	25	Taxa de fecundidade geral 1991-94
A	26	Taxa de fecundidade legítima 1991-94
A	27	Taxa de fecundidade ilegítima 1991-94
A	28	% nados-vivos fora do casamento 1991-94
A	29	Taxa de nupcialidade geral 1991-94
A	30	Idade média no 1º casamento 1991
A	31	Idade média na maternidade 1993-94
A	32	Taxa de divórcio geral 1991-94
A	33	Taxa bruta de mortalidade 1991-94
A	34	Taxa de crescimento demográfico migratório 1981-1991
A	37	Índice de atracção populacional inter-concelhia 1985/91
A	38	Índice de repulsão populacional inter-concelhia 1985/91
Economia		
B	1	Nº de estabelecimentos por 1000 hab. 1991-93
B	2	Nº de empresas sediadas por 1000 hab. 1991-94
B	3	Volume de negócios empresariais por hab. 1991-94
B	4	IRC por 1000 hab. 1993
B	5	População residente empregada por 1000 hab. 1991 (com 12+ anos)
B	6	Taxa de desemprego registado Dez. 1994 -95
B	7	Taxa de inactividade económica 1991 (pop. resid. sem actividade económica por 100 hab. com 12+ anos)
B	8	VBP da indústria transformadora por hab. 1986-89
B	9	VAB da indústria transformadora por hab. 1986-89
B	10	Consumo industrial de água (1000 m3) por 1000 hab. 1989/93
B	11	Consumo industrial de electricidade (1000 kwh) por 1000 hab. 1991-94

B	12	Consumo de combustíveis por 1000 hab. 1994 (toneladas de gasolinas, gasóleo, petróleo e fuelóleo)
B	13	Crédito bancário concedido por hab 1994 (contos/hab)
B	14	FEDER por hab 1986-93
B	15	FEF por hab 1991-93
B	16	% despesas de capital dos municípios em relação ao total de despesas 1991-93
B	19	Superfície dos pavimentos de edifícios concluídos para habitação por 1000 hab 1990-93
B	20	Superfície dos pavimentos de edifícios concluídos para actividade económica por 1000 hab 1990-93
B	21	Nº de empresas constituídas em 1991-93 por 1000 hab
B	22	Pessoas ao serviço em 1993 das empresas criadas em 1991-93 por 1000 hab.
B	23	Volume de negócios em 1993 das empresas criadas em 1991-93 por 1000 hab
B	24	Formação bruta de capital fixo na indústria transformadora por hab 1986-89
B	25	% do pessoal ao serviço em empresas com 1-9 trabalhadores 1991-94
B	26	% do pessoal ao serviço em empresas com 10-19 trabalhadores 1991-94
B	27	% do pessoal ao serviço em empresas com 20-49 trabalhadores 1991-94
B	28	% do pessoal ao serviço em empresas com 50+ trabalhadores 1991-94
B	29	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 1-49999 contos 1991-94
B	30	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 50000-249999 contos 1991-94
B	31	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 250000-499999 contos 1991-94
B	32	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 500000+ contos 1991-94
B	33	% de pop. residente empregada na cae 1 1991
B	34	% de pop. residente empregada na cae 2 1991
B	35	% de pop. residente empregada na cae 3 1991
B	36	% de pop. residente empregada na cae 4 1991
B	37	% de pop. residente empregada na cae 5 1991
B	38	% de pop. residente empregada na cae 6 1991
B	39	% de pop. residente empregada na cae 7 1991
B	40	% de pop. residente empregada na cae 8 1991
B	41	% de pop. residente empregada na cae 9 1991
B	42	% de empresas da cae 1 1991-94
B	43	% de empresas da cae 2 1991-94
B	44	% de empresas da cae 3 1991-94
B	45	% de empresas da cae 4 1991-94
B	46	% de empresas da cae 5 1991-94
B	47	% de empresas da cae 6 1991-94
B	48	% de empresas da cae 7 1991-94
B	49	% de empresas da cae 8 1991-94
B	50	% de empresas da cae 9 1991-94
B	51	% de volume de negócios na cae 1 1991-94
B	52	% de volume de negócios na cae 2 1991-94
B	53	% de volume de negócios na cae 3 1991-94
B	54	% de volume de negócios na cae 4 1991-94
B	55	% de volume de negócios na cae 5 1991-94
B	56	% de volume de negócios na cae 6 1991-94
B	57	% de volume de negócios na cae 7 1991-94
B	58	% de volume de negócios na cae 8 1991-94
B	59	% de volume de negócios na cae 9 1991-94

B	60	% de população residente empregada com -20 anos 1991
B	61	% de população residente empregada com 20-39 anos 1991
B	62	% de população residente empregada com 40-64 anos 1991
B	63	% de população residente empregada com 65+ anos 1991
B	64	% população residente empregada sem instrução formal 1991
B	65	% população residente empregada com instrução primária/ciclo preparatório 1991
B	66	% população residente empregada com instrução do secundário unificado/complementar 1991
B	67	% população residente empregada com instrução do ensino médio/superior 1991
B	68	% população residente empregada - patrão 1991
B	69	% população residente empregada - trabalhador por conta própria 1991
B	70	% população residente empregada - trabalhador por conta de outrém 1991
B	71	% população residente empregada - trabalhador familiar não remunerado 1991
B	72	% população residente desempregada - procura 1º emprego 1991
B	73	% população residente desempregada - procura novo emprego 1991
B	74	% população residente sem actividade económica - estudante 1991
B	75	% população residente sem actividade económica - doméstica 1991
B	76	% população residente sem actividade económica - reformada 1991
B	77	% população residente sem actividade económica - incapacitada 1991
B	78	% população residente empregada com 1 a 14 horas de trabalho semanal 1991
B	79	% população residente empregada com 15 a 34 horas de trabalho semanal 1991
B	80	% população residente empregada com 35 a 44 horas de trabalho semanal 1991
B	81	% população residente empregada com 45+ horas de trabalho semanal 1991
B	82	Índice de produtividade empresarial 1991-94 (contos / trabalhador)
B	83	Índice de produtividade empresarial na cae 1 1991-94 (contos / trabalhador)
B	84	Índice de produtividade empresarial na cae 2 1991-94 (contos / trabalhador)
B	85	Índice de produtividade empresarial na cae 3 1991-94 (contos / trabalhador)
B	86	Índice de produtividade empresarial na cae 4 1991-94 (contos / trabalhador)
B	87	Índice de produtividade empresarial na cae 5 1991-94 (contos / trabalhador)
B	88	Índice de produtividade empres. na cae 6 1991-94 (contos / trabalhador)
B	89	Índice de produtiv. empres. na cae 7 1991-94 (contos / trabalhador)
B	90	Índice de produtiv. empres. na cae 8 1991-94 (contos / trabalhador)
B	91	Índice de produtividade empresarial na cae 9 1991-94 (contos / trabalhador)
B	92	Pessoal de execução não qualificado por 100 indivíduos de pessoal de execução qualificado 1991
B	93	Empregados administrativos (comércio e serviços) não qualificados por 100 empregados administrativos qualificados 1991
B	94	Operários industriais não qualificados por 100 operários industriais qualificados 1991
B	95	Trabalhadores agrícolas não qualificados por 100 trabalhadores agrícolas qualificados 1991
B	96	Superfície média das explorações agrícolas 1989
B	97	% sau em relação à superfície agrícola total 1989
B	98	% superfície irrigada em relação à superfície total irrigável 1989
B	99	% sau com dimensão económica de 0-4 UDE 1989 (nota: 1 UDE = 1200 ECU de margem bruta)
B	100	% sau com dimensão económica de 4-16 UDE 1989
B	101	% sau com dimensão económica de 16-40 UDE 1989
B	102	% sau com dimensão económica de 40+ UDE 1989
B	103	% gado bovino em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B	104	% gado ovino em relação ao total de efectivos pecuários 1989

B	105	% gado caprino em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B	106	% gado suíno em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B	107	% gado equídeo em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B	108	% área de cereais para grão em relação à superfície agrícola total 1989 (nota: a superfície agrícola total não inclui aqui as áreas de pousio, sanu e outras superfícies que na publicação aparecem como outras)
B	109	% área de culturas forrageiras em relação à superfície agrícola total 1989
B	110	% área de prados temporários em relação à superfície agrícola total 1989
B	111	% área de girassol em relação à superfície agrícola total 1989
B	112	% área de olival em relação à superfície agrícola total 1989
B	113	% área de vinha em relação à superfície agrícola total 1989
B	114	% área de pastagens permanentes em relação à superfície agrícola total 1989
B	115	% área de matas e florestas sem culturas sob-coberto em relação à superfície agrícola total 1989
B	116	Capacidade de alojamento de estabelecimentos hoteleiros por 1000 hab. 1993-94
B	117	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 1000 hab. 1993-94
		Sociedade
CA	1	% de pop. resid. em alojamentos familiares com sistema de abastecimento de água canalizada 1991
CA	2	% de pop. resid. em alojamentos familiares com instalação de banho ou duche 1991
CA	3	% de pop. resid. em alojamentos familiares com instalações sanitárias 1991
CA	4	% de pop. resid. em alojamentos familiares com instalação de electricidade 1991
CA	5	% de pop. resid. em barracas em relação ao total de pop. resid. em alojamentos familiares 1991
CA	6	Extensão de estradas, caminhos e vias municipais por 100 km ² 1992
CA	7	% de extensão de estradas, caminhos e vias municipais pavimentadas 1992
CB	1	Nº hospitais gerais (públicos e particulares) 1994
CB	2	Nº extensões de centros de saúde 1993-94
CB	3	Nº farmácias e postos de medicamentos 1991-94
CB	4	Nº. médicos de clínica geral por 1000 hab. 1991-94
CB	5	Nº. médicos especialistas por 1000 hab. 1991-94
CB	6	Nº. camas de hospitais e centros de saúde por 1000 hab. 1992-94
CB	7	Nº. consultas de clínica geral nos centros de saúde por 100 hab. 1992-94
CB	8	Nº. consultas de especialidades nos centros de saúde por 100 hab. 1992-94
CB	9	Taxa de mortalidade infantil 1991-94
CB	10	Capacidade máxima de creches/jardins de infância por 1000 hab. com 0-5 anos 1994
CB	11	Capacidade máxima de lares de idosos/internatos para crianças e jovens por 1000 hab. com 0-14 e 65+ anos 1994
CC	1	Nº. escolas do ensino pré-escolar 1993/94
CC	2	Nº. escolas dos 1º e 2º ciclos do ensino básico 1993/94
CC	3	Nº. escolas do 3º ciclo do ensino básico e do secundário 1993/94
CC	4	Nº. professores do ensino pré-escolar por 1000 hab. 1993/94
CC	5	Nº. professores dos 1º e 2º ciclos do ensino básico por 1000 hab. 1993/94
CC	6	Nº. professores do 3º ciclo do ensino básico e do secundário por 1000 hab. 1993/94
CC	7	Nº. escolas do ensino superior 1993/94
CC	8	Nº. professores do ensino superior por 1000 hab. 1993/94
CC	9	Tiragem total anual de imprensa periódica por hab. 1994
CC	10	Bibliotecas 1994
CD	1	% população residente sem instrução formal 1991
CD	2	% população residente com instrução primária/preparatória 1991

CD	3	% população residente com instrução do secundário unificado/complementar 1991
CD	4	% população residente com instrução do ensino médio/superior 1991
CD	5	% pop. resid. com activ. económ. - grupo empresários/pequenos patrões 1991
CD	6	% pop. resid. com activ. económ. - grupo directores, dirigentes, quadros superiores 1991
CD	7	% pop. resid. com activ. económ. - grupo quadros intermédios 1991
CD	8	% pop. resid. com activ. económ. - grupo trabalhadores independentes 1991
CD	9	% pop. resid. com activ. económ. - grupo empreg. administrativos 1991
CD	10	% pop. resid. com activ. económ. - grupo operários industriais 1991
CD	11	% pop. resid. com activ. económ. - grupo trabalhadores agrícolas 1991
CD	12	% população residente a viver do trabalho 1991
CD	13	% população residente a viver de subsídio de desemprego 1991
CD	14	% população residente a viver de pensões / apoio social 1991
CD	15	% população residente a viver de rendimentos de propriedade 1991
CD	16	% população residente a viver da família 1991
CD	17	Remuneração base média mensal dos tpc 1991-93
CD	18	Depósitos bancários por hab 1994 (contos/hab)
CD	19	Consumo doméstico de electricidade por consumidor 1991-94 (1000 kwh por 1000 consumidores domésticos)
CD	20	Consumo doméstico de água por 1000 hab 1993 (1000 m ³ por 1000 hab)
CD	21	IRS por 1000 hab. 1993
CD	22	IVA por 1000 hab. 1993
CD	23	SISA por 1000 hab. 1993
CD	24	Contrib. Autárquica por 1000 hab. 1993
CD	25	IA por 1000 hab. 1993
CD	26	Índice de poder de compra 1993 (INE)
CE	1	% analfabetismo feminino em relação à % analfabetismo masculino 1991
CE	2	% escolarização superior feminina em relação à % escolarização superior masculina 1991
CE	3	% emprego feminino em relação à % emprego masculino 1991
CE	4	% trabalhadores não qualificados fem. em relação à % de trabalhadores não qualif. masc. 1991
CE	5	% quadros superiores femininos em relação à % quadros superiores masculinos 1991
CE	6	Taxa de desemprego registado do sexo feminino em relação à taxa de desemprego registado do sexo masculino Dez. 1994-95
CE	7	Remuneração base média mensal do emprego feminina em relação à do emprego masculina 1991-94

Apêndice 2
Classificação de Actividades Económicas
(Desagregação a um dígito da CAE)

CAE 1: Agricultura, silvicultura, caça e pesca

CAE 2: Indústrias extractivas

CAE 3: Indústrias transformadoras

CAE 4: Electricidade, gás e água

CAE 5: Construção e obras públicas

CAE 6: Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis

CAE 7: Transportes, armazenagem e comunicações

CAE 8: Bancos e outras instituições financeiras. Seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas

CAE 9: Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais

Apêndice 3
Loadings das Variáveis do Modelo Original
9 Componentes Principais (Extraídas com Rotação Varimax) ¹

Variáveis	Componentes Principais								
	CP1	CP2	CP3	CP4	CP5	CP6	CP7	CP8	CP9
A01			- 0,68931						
A03	0,82307								
A04	0,50348	0,46624							
A05			- 0,64198						
A06	- 0,41997	- 0,41614							
A07									
A08	0,88574								
A09		0,59336							
A12		- 0,79001							
A13									
A16		0,48763							
A17							0,43432		
A18			0,59790						
A19			- 0,64940					0,48812	
A20		- 0,80087							
A21	0,59294							0,46536	
A23		0,41166	0,42041		0,46197				
A24		0,76793							
A25									0,73932
A26									0,67427
A27									
A28			- 0,55364						
A29						- 0,47554			0,45383
A30			- 0,47679				0,47452		
A31									- 0,45226
A32	0,51361								
A33		- 0,84578							
A34			0,48332		0,52713				
A37				0,41559	0,49992				
A38									
B001	0,45512								
B002								0,49453	
B003					0,67403				
B004		0,53763		0,49767					
B005	0,43066	0,71489							
B006							0,68798		
B007		- 0,78890							
B008				0,93173					
B009				0,92642					
B010				0,76689					
B011				0,57124	0,71964				
B012				0,93157					

B063		-	0,45271										0,40378
B064	-	0,52446		-	0,48761								
B065	-	0,88465											
B066		0,82510											
B067		0,90817											
B068		0,46425											
B069				-	0,54790								
B070		0,47733	0,65306										
B071													
B072											0,59805		
B073								0,50019					
B074		0,73512											
B075								-	0,47983	0,52603			
B076		-	0,76806										
B077													
B078													
B079		0,50677											
B080			0,42941										
B081	-	0,43416											
B082								0,60221					
B083													
B084								0,71596					
B085			0,44920		0,51463								
B086												0,73472	
B087													
B088													
B089					0,49628								
B090													
B091										0,42819			
B092	-	0,46453					-	0,42982					
B093													
B094										0,67453			
B095													
B096							0,41921	0,53476					
B097								0,41226		-	0,71382		
B098													
B099				-	0,48606			-	0,62148				
B100								-	0,64030				
B101													
B102								0,62495					
B103													0,48566
B104		-	0,44154					0,48060					
B105								-	0,73298				
B106			0,52330										
B107								-	0,64113				
B108								0,62342					
B109													-
B110													0,40994

B111								0,56855				
B112				0,44367								
B113												
B114								- 0,52638				
B115											0,65788	
B116											0,80885	
B117											0,75190	
CA01				0,80236								
CA02				0,61729								
CA03				0,67664								
CA04				0,77339								
CA05												0,47913
CA06								- 0,62881				
CA07				0,43087								0,43334
CB01	0,80149											
CB02	0,49826			- 0,40167								
CB03	0,76850											
CB04	0,74107											
CB05	0,84065											
CB06												
CB07	- 0,43744											
CB08												
CB09												
CB10												- 0,41405
CB11				- 0,54358								
CC01	0,46368											
CC02	0,48119			- 0,69055								
CC03	0,83626											
CC04												0,47794
CC05									0,43770			
CC06	0,51420								0,46760			
CC07	0,79995											
CC08	0,86066											
CC09	0,64539											
CC10	0,81137											
CD01	- 0,58950			- 0,46392								
CD02	- 0,62993											
CD03	0,80931											
CD04	0,92113											
CD05												0,48416
CD06	0,87237											
CD07	0,79693											
CD08				- 0,53328								
CD09	0,75894											
CD10								0,43899				
CD11	- 0,54027							- 0,40638	0,47362			
CD12				0,72520								
CD13								0,44799				

CD14		-	0,74285										
CD15						0,40791						0,40534	
CD16										0,77299			
CD17					0,53172	0,66115							
CD18	0,54061												
CD19	0,57233	0,63451											
CD20													0,64877
CD21						0,82270							
CD22		0,52665			0,49186								
CD23		0,45365										0,55540	
CD24					0,58309							0,54377	
CD25	0,68348												
CD26	0,73679	0,46226											
CE01													
CE02										0,49822			
CE03	0,60684									-	0,57662		
CE04		0,52705								-	0,41306		
CE05											0,70190		
CE06													
CE07		-	0,56158										

¹ Tendo em consideração que só os loadings mais altos interessam, ocultamos os valores inferiores a 0,40.

Apêndice 4
Variáveis Seleccionadas para o Cálculo dos Scores Concelhios

Componente Principal 1
Excelência Concelhia

CD04	% população residente com instrução do ensino médio/superior 1991
B067	% população residente empregada com instrução do ensino médio/superior 1991
A08	% população residente em lugares com 10000+ habitantes 1991
B065	% população residente empregada com instrução primária/ciclo preparatório 1991
CD06	% pop. resid. com activ. económ. - grupo directores, dirigentes, quadros superiores 1991
CC08	Nº. professores do ensino superior por 1000 hab. 1993/94
CB05	Nº. médicos especialistas por 1000 hab. 1991-94
CC03	Nº. escolas do 3º ciclo do ensino básico e do secundário 1993/94
B066	% população residente empregada com instrução do secundário unificado/complementar 1991
A03	% concelhia da população residente na região 1992
CC10	Bibliotecas 1994
CD03	% população residente com instrução do secundário unificado/complementar 1991
CB01	Nº hospitais gerais (públicos e particulares) 1994
CC07	Nº. escolas do ensino superior 1993/94
CD07	% pop. resid. com activ. económ. - grupo quadros intermédios 1991
B040	% de pop. residente empregada na cae 8 (bancos e outras inst. financ., seg.) 1991
CB03	Nº farmácias e postos de medicamentos 1991-94
CD09	% pop. resid. com activ. económ. - grupo empreg. administrativos 1991
B049	% de empresas da cae 8 (bancos e outras inst. financeiras, seguros) 1991-94
CB04	Nº. médicos de clínica geral por 1000 hab. 1991-94
CD26	Índice de poder de compra 1993
B074	% população residente sem actividade económica - estudante 1991
CD25	IA por 1000 hab. 1993
CC09	Tiragem total anual de imprensa periódica por hab. 1994
B033	% de pop. residente empregada na cae 1 (agricult., sicultura, caça e pesca) 1991
CD02	% população residente com instrução primária/preparatória 1991
CE03	% emprego feminino em relação à % emprego masculino 1991
B050	% de empresas da cae 9 1991-94
CD01	% população residente sem instrução formal 1991
CD19	Consumo doméstico de electricidade por consumidor 1991-94
CD18	Depósitos bancários por hab 1994
CD11	% pop. resid. com activ. económ. - grupo trabalhadores agrícolas 1991
B041	% de pop. residente empregada na cae 9 1991
B064	% população residente empregada sem instrução formal 1991
CC06	Nº. professores do 3º ciclo do ensino básico e do secundário por 1000 hab. 1993/94
B079	% população residente empregada com 15 a 34 horas de trabalho semanal 1991
A04	Densidade populacional 1991
CB02	Nº extensões de centros de saúde 1993-94
B013	Crédito bancário concedido por hab 1994
CC02	Nº. escolas dos 1º e 2º ciclos do ensino básico 1993/94
B092	Pessoal de execução não qualificado por 100 indivíduos de pessoal de execução qualificado 1991

B068	% população residente empregada - patrão 1991
CC01	Nº. escolas do ensino pré-escolar 1993/94
B042	% de empresas da cae 1 1991-94
B001	Nº de estabelecimentos por 1000 hab. 1991-93
B081	% população residente empregada com 45+ horas de trabalho semanal 1991
B005	População residente empregada por 1000 hab. 1991 (com 12+ anos)
A06	% população residente em lugares com <2000 habitantes 1991

**Componente Principal 2
Envelhecimento Demográfico e Inactividade Económica**

A33	Taxa bruta de mortalidade 1991-94
A20	% população residente viúva 1991
A12	% população residente 65+ anos 1991
B007	Taxa de inactividade económica 1991
B076	% população residente sem actividade económica - reformada 1991
A24	Taxa de crescimento demográfico natural 1981-1991
CD14	% população residente a viver de pensões / apoio social 1991
CD12	% população residente a viver do trabalho 1991
B005	População residente empregada por 1000 hab. 1991
B025	% do pessoal ao serviço em empresas com 1-9 trabalhadores 1991-94
B070	% população residente empregada - trabalhador por conta de outrem 1991
A09	% população residente 0-14 anos 1991
B029	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 1-49999 contos 1991-94
B021	Nº de empresas constituídas em 1991-93 por 1000 hab
B063	% de população residente empregada com 65+ anos 1991
B080	% população residente empregada com 35 a 44 horas de trabalho semanal 1991
B028	% do pessoal ao serviço em empresas com 50+ trabalhadores 1991-94
A23	Taxa de crescimento demográfico efectivo 1981-1991
B032	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 500000+ contos 1991-94

**Componente Principal 3
Infra-Estruturas da Habitação**

CA01	% de pop. resid. em alojamentos familiares com sistema de abastecim. de água canalizada 1991
CA04	% de pop. resid. em alojamentos familiares com instalação de electricidade 1991
CA03	% de pop. resid. em alojamentos familiares com instalações sanitárias 1991
CA02	% de pop. resid. em alojamentos familiares com instalação de banho ou duche 1991

**Componente Principal 4
Indústria Transformadora**

B008	VBP da indústria transformadora por hab. 1986-89
B012	Consumo de combustíveis por 1000 hab. 1994
B009	VAB da indústria transformadora por hab. 1986-89
B054	% de volume de negócios na cae 4 1991-94
B010	Consumo industrial de água por 1000 hab. 1989/93

B024	Formação bruta de capital fixo na indústria transformadora por hab 1986-89
B036	% de pop. residente empregada na cae 4 1991
B011	Consumo industrial de electricidade por 1000 hab. 1991-94
B057	% de volume de negócios na cae 7 1991-94
B085	Índice de produtividade empresarial na cae 3 1991-94
B004	IRC por 1000 hab. 1993
B089	Índice de produtiv. empres. na cae 7 1991-94

**Componente Principal 5
Indústria Extractiva**

B052	% de volume de negócios na cae 2 1991-94
B011	Consumo industrial de electricidade por 1000 hab. 1991-94
B084	Índice de produtividade empresarial na cae 2 1991-94
B003	Volume de negócios empresariais por hab. 1991-94
B034	% de pop. residente empregada na cae 2 1991
B028	% do pessoal ao serviço em empresas com 50+ trabalhadores 1991-94
B032	% do vol. de neg. em empresas com vol. neg. de 500000+ contos 1991-94
CD10	% pop. resid. com activ. económ. - grupo operários industriais 1991

**Componente Principal 6
Agricultura**

B105	% gado caprino em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B107	% gado equídeo em relação ao total de efectivos pecuários 1989
B100	% sau com dimensão económica de 4-16 UDE 1989
B102	% sau com dimensão económica de 40+ UDE 1989
B108	% área de cereais para grão em relação à superfície agrícola total 1989
B099	% sau com dimensão económica de 0-4 UDE 1989
B111	% área de girassol em relação à superfície agrícola total 1989
B051	% de volume de negócios na cae 1 1991-94
B096	Superfície média das explorações agrícolas 1989
B114	% área de pastagens permanentes em relação à superfície agrícola total 1989
B104	% gado ovino em relação ao total de efectivos pecuários 1989
CD11	% pop. resid. com activ. económ. - grupo trabalhadores agrícolas 1991
B097	% sau em relação à superfície agrícola total 1989

**Componente Principal 7
Desemprego e Baixa Qualificação Profissional**

CD16	% população residente a viver da família 1991
CE05	% quadros superiores femininos em relação à % quadros superiores masculinos 1991
B006	Taxa de desemprego registado Dez. 1994 -95
B094	Operários industriais não qualificados por 100 operários industriais qualificados 1991
B072	% população residente desempregada - procura 1º emprego 1991
CE03	% emprego feminino em relação à % emprego masculino 1991
B075	% população residente sem actividade económica - doméstica 1991

CE02	% escolarização superior feminina em relação à % escolarização superior masculina 1991
CE04	% trabalhadores não qualificados fem. Em relação à % de trabalhadores não qualif. masc. 1991

Componente Principal 8
Turismo e Habitação

B116	Capacidade de alojamento de estabelecimentos hoteleiros por 1000 hab. 1993-94
B117	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 1000 hab. 1993-94
CD23	SISA por 1000 hab. 1993
CD24	Contrib. Autárquica por 1000 hab. 1993
B055	% de volume de negócios na cae 5 1991-94

Componente Principal 9
Família

A25	Taxa de fecundidade geral 1991-94
A26	Taxa de fecundidade legítima 1991-94
A29	Taxa de nupcialidade geral 1991-94
A31	Idade média na maternidade 1993-94

Apêndice 5
Scores Concelhios

(Extracção de 9 Componentes Principais Sem rotação, Considerando as Principais Variáveis de Cada Componente)

Concelhos	Componentes Principais								
	CP1	CP2	CP3	CP4	CP5	CP6	CP7	CP8	CP9
Alcácer do Sal	-0,44852	-1,25076	0,40605	-0,03556	0,36418	0,05733	-0,08370	-0,06609	-0,62410
Grandola	-0,03464	-0,52924	-0,02901	-0,09793	0,86638	-1,63898	0,08088	4,88466	-0,13398
Odemira	-0,59045	-0,08527	-2,35138	-0,44300	-0,38801	-1,53588	0,24425	0,65116	0,06602
Santiago do Cacém	1,29319	-1,29233	0,31507	-0,00138	0,21225	-0,74229	0,60165	0,20133	-1,39087
Sines	1,30826	-2,18160	0,81414	6,37293	2,15952	-0,73751	0,40161	3,01918	0,06023
Alter do Chão	-0,09229	1,45963	0,96454	-0,37608	-0,66917	0,07269	-1,27719	-0,49166	-0,46701
Arronches	-0,75458	1,46160	-0,96488	-0,50889	-0,68981	0,38733	-0,53726	-0,70100	-0,10111
Avis	-0,32414	-0,02121	0,25514	-0,29287	-0,32040	1,21156	-1,67628	-0,35624	-0,95098
Campo Maior	0,27873	-0,91097	0,78106	0,27844	0,96553	0,39089	0,42015	-0,40227	1,12032
Castelo de Vide	0,25131	1,03406	-0,15241	-0,09682	-0,13222	-1,67996	-0,30597	1,60500	0,34587
Crato	-0,56799	1,48403	0,46087	-0,39803	-0,61832	-0,86288	-0,57635	-0,40230	-1,73516
Elvas	1,42921	-1,06959	0,35922	0,01421	-0,19387	0,41417	-0,34831	0,25867	1,23019
Fronteira	-0,35677	0,44096	1,01717	-0,39755	-0,95196	1,35542	-0,41355	-0,59259	-0,24621
Marvão	-0,86842	1,14818	-0,97976	-0,37958	-0,54939	-2,65125	0,78592	0,06777	1,17295
Monforte	-0,76670	1,25225	0,36862	-0,49106	-0,59999	1,05784	-1,08922	-0,59232	0,55156
Mora	-0,27338	0,06373	0,64521	-0,01236	-0,37631	0,64925	-1,16343	-0,49871	-1,55970
Nisa	-0,33177	1,98933	0,65670	-0,00349	-0,52784	-2,06874	0,09912	-0,66809	-2,05694
Ponte de Sôr	0,02756	-0,66457	0,14747	0,24530	0,25425	-0,62336	-0,35923	0,09620	0,68920
Portalegre	2,46275	-1,23629	0,49609	0,50655	0,40324	-1,86801	-0,23935	-0,03929	-0,07058
Alandroal	-1,24016	0,01775	-0,70376	-0,38256	0,37855	-0,04419	-0,71989	-0,44599	0,42644
Arraiolos	-0,45076	-0,33281	0,45100	-0,35953	-0,01675	1,05297	-0,66878	-0,34385	-0,34943
Borba	0,12435	-1,01671	0,11456	-0,07839	0,85864	-0,04189	-1,10911	-0,19756	0,28940
Estremoz	0,55965	-0,25861	-0,23505	-0,07651	0,15851	0,27330	-0,72621	-0,12127	0,81219
Évora	3,52421	-1,76649	0,97770	0,26481	0,13924	0,81002	-1,29373	1,24328	0,48795
Montemor	0,07173	-0,69155	-0,31019	0,32403	0,12461	0,66420	-0,33024	0,05766	-0,79555
Mourao	-0,75031	0,08062	0,49799	0,35965	-0,09379	-0,15950	1,12070	-0,52893	3,09129
Portel	-1,16995	-0,22380	-0,37194	-0,37753	-0,52557	0,47988	0,42950	-0,20967	0,24763
Redondo	-0,51045	-0,31106	-0,76989	-0,12210	-0,03673	0,73391	-0,07128	-0,19280	1,05213
Reguengos de Monsaraz	0,04700	-0,44169	0,51115	-0,28502	-0,50565	0,29019	-0,63118	-0,22803	0,59917
Sousel	-0,68727	0,59291	0,54351	-0,26239	-0,75044	0,85933	-0,88644	-0,22197	-0,24637
Vendas Novas	0,69659	-1,10983	1,08823	0,54505	0,31567	-0,30595	-0,15703	0,05185	-0,58969
Viana do Alentejo	-0,36176	-0,22890	0,56239	-0,14941	-0,14955	0,68047	-0,43412	0,17723	0,70325
Vila Viçosa	0,88186	-1,43227	0,49789	0,08681	1,29992	-0,05074	-1,48142	0,34614	0,34842
Aljustrel	-0,03889	0,20984	0,34579	-0,30710	0,49185	1,10972	0,62438	-0,60338	-0,24528
Almodovar	-0,49519	0,52998	-2,03069	-0,49528	-0,64560	-1,08023	1,58178	-0,40899	-0,67422
Alvito	-0,45332	1,26923	0,21410	-0,26750	-0,85028	1,08806	0,18440	0,31003	-1,58180
Barrancos	-0,82121	0,95481	0,12778	0,09429	-0,70075	-1,34155	3,82225	-0,90088	-0,74044
Beja	2,88664	-0,84694	0,86652	-0,15184	0,03258	1,06054	-0,10921	0,10167	0,09413
Castro Verde	0,01441	-0,62449	0,08458	0,10718	5,15673	1,29999	0,87532	-0,79412	-0,42074
Cuba	-0,28228	0,89376	0,70719	-0,24299	-0,78117	0,62889	1,15985	-0,01888	0,58262
Ferreira do Alentejo	-0,48610	-0,11279	0,28490	-0,38987	-0,49975	1,08190	-0,44305	-0,44622	-1,53082
Mértola	-0,90903	1,82673	-3,72660	-0,53783	-0,72542	-0,23394	1,61815	-0,79255	-1,16017
Moura	-0,28167	0,08507	-0,44444	-0,25344	-0,39873	-0,26882	0,56139	-0,37704	1,66380
Ourique	-0,79815	0,87504	-2,59512	-0,28252	-0,32855	-0,38753	1,39154	-0,29418	0,15468
Serpa	-0,47650	0,50420	-0,59029	-0,48662	-0,54849	0,09565	1,07423	-0,55808	1,36849
Vidigueira	-0,23481	0,46605	0,69280	-0,15619	-0,60717	0,51768	0,05446	-0,57688	0,51320